

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

ABRAÃO ANTUNES SILVA



SÃO PAULO

2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

ABRAÃO ANTUNES SILVA

RELEITURA:

Bibliotecas Comunitárias em Rede

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado como requisito parcial para a
obtenção de título de Bacharel em
Biblioteconomia pela Escola de
Comunicações e Artes da Universidade de
São Paulo.

Orientadora: Profª Drª Vânia Mara Alves Lima

SÃO PAULO

2013

RESUMO

ANTUNES SILVA, Abraão. **Releitura**: Bibliotecas Comunitárias em Rede. 2013. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Nessa pesquisa de caráter documental, procura-se traçar um panorama das lutas populares em prol da educação e cultura no Recife, que, tendo como um de seus precursores o MCP - o Movimento de Cultura Popular -, no qual incluía-se a figura do educador Paulo Freire, culminaram na atuação recente da Releitura – a Rede de Bibliotecas Comunitárias da Região Metropolitana do Recife. Após tal contextualização, o trabalho debruça-se sobre uma análise da visita realizada às bibliotecas da Releitura, subvencionadas pelo Programa Prazer em Ler, do Instituto C&A, atentando-se a eixos estratégicos desse projeto, a saber: mediação, acervo, espaço e gestão. Por fim, delineia-se os avanços e algumas perspectivas concretas para os movimentos sociais influentes nas rotas do discurso público sobre as políticas de leitura no Brasil.

Palavras-Chave: Bibliotecas Comunitárias, Movimentos Sociais (Leitura), Política Cultural, Cultura Popular, Releitura



Se não é possível pensar em alterações gerais e globais fáceis e imediatas, a luta diária e concreta por pressupostos que divergem dos que sustentam a ordem dominante vai permitindo o surgimento de espaços institucionais com novas características, capazes não só de estimular, respeitar, reconhecer a expressão cultural da infância, como de instigar, provocar, alimentar de várias formas as relações de crianças e jovens com o conhecimento, a cultura, a leitura, o mundo. Mesmo se localizadas, restritas, marginais, essas iniciativas mostram a capacidade que tem a infância de se envolver, se interessar, se maravilhar com os conteúdos guardados nos textos. Posta em condições de experimentar os vínculos existentes entre os livros e o mundo, participando efetivamente da cultura, a infância mostra-se disponível para descobrir e prezar – talvez para sempre – as infinitas possibilidades da leitura.

Edmir Perroti, Confinamento Cultural, infância e leitura

SUMÁRIO

1. AS BIBLIOTECAS ‘PARA A COMUNIDADE’.....	p. 1
2. AS BIBLIOTECAS ‘DA COMUNIDADE’.....	p. 5
3. MORADORES CANSADOS DE ESPERAR: A EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA NA REGIÃO COMUNITÁRIA DO RECIFE.....	p. 17
4. O PRAZER EM LER & A RELEITURA.....	p. 24
4.1 O Programa ‘ <i>Prazer em Ler</i> ’.....	p. 24
4. 2 A <i>Releitura</i>	p.32
4. 2. 1 Biblioteca Comunitária do Instituto Però.....	p. 34
4. 2. 2 Biblioteca Comunitária da Creche Mei Mei.....	p. 40
4. 2. 1 Biblioteca Comunitária Os Bravistas.....	p. 47
4. 2. 2 Biblioteca Multicultural Nascedouro.....	p. 53
4. 2. 3 Biblioteca Comunitária do CEPOMA.....	p. 63
4. 2. 4 Biblioteca Popular do Coque.....	p. 70
4. 2. 5 Biblioteca Comunitária Caranguejo Tabaiaries.....	p. 78
4. 2. 6 Biblioteca Comunitária Amigos da Leitura.....	p. 89
4. 2. 7 Livroteca Brincante do Pina.....	p. 91
5. PERSPECTIVAS PARA A RELEITURA.....	p. 93
6. POLÍTICAS LEITORAS & A DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA ESCRITA...	p.102

BIBLIOGRAFIA

.

ANEXOS

ILUSTRAÇÕES

Fotos

Epígrafe – Jovem leitor na Biblioteca Popular do Coque, 2009

Fig. 1: Biblioteca Popular da Campanha de Pé no Chão se Aprende a Ler, Natal/RN, 1962. (p. 9)

Fig. 2 a 7: Escolas Comunitárias na Região Metropolitana do Recife, décadas de 80 e 90 (p. 19-20)

Fig. 8 a 12: Biblioteca Però & Associação Instituto Però (p.34-35)

Fig. 13 a 17: Biblioteca e Creche 'Lar Mei Mei' (p. 40-41)

Fig. 18 a 21: Biblioteca 'Os Bravistas' & Creche Educacional Shekiná (p.47-48)

Fig. 22 a 25: Movimento Cultural Boca do Lixo, Biblioteca Nascedouro (p. 53-54)

Fig. 26 a 30: Centro de Educação Popular Mailde Araújo (Cepoma) & Biblioteca (p. 63-64)

Fig. 31 a 36 Biblioteca Popular do Coque (p.70-71)

Fig. 37 a 42: Biblioteca Comunitária Caranguejo Tabaiariesá (p.78-79)

Fig. 43 a 46: Biblioteca Comunitária Amigos da Leitura (p.89)

Fig. 47 a 49: Livroteca Brincante do Pina (p. 91)

Fig. 50: Convite para Reativação do Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura (p.98)

Tabelas

Tabela 1: Aproximações e Diferenças entre Bibliotecas Públicas e Comunitárias (p. 4)

Tabela 2: Apoios Orçamentários à Pontos de Leitura (MinC, 2008-2010) (p. 12)

Tabela 3: Dados sobre Projetos e Públicos Atendidos pelo Programa Prazer em Ler & pelo Instituto C&A, 2012 (p. 26)

Tabela 4: Dados sobre Financiamento das Bibliotecas Comunitárias da Releitura pelo Programa Prazer em Ler / Instituto C&A, 2012 (p. 99)

Tabela 5: Dados sobre Atendimento por Faixa Etária na Releitura (p. 101)

Tabela 6: Dados sobre Atendimento por Biblioteca Componente na Releitura (p. 101)

Gráficos

Gráfico 1: Valores Totais (em %) Investidos pelo Instituto C&A (2011/2012) (p. 27)

Gráfico 2: Recursos Aprovados por Segmento Cultural – Prefeitura do Recife [valores totais de 2001 a 2008] (p. 100)

Gráfico 3: Recursos Aprovados por Segmento Cultural – Prefeitura do Recife [valores escalonados de 2001 a 2008] (p. 100)

1. AS BIBLIOTECAS “PARA A COMUNIDADE”

Na extensa pesquisa sobre as políticas desenvolvidas para as Bibliotecas sob a responsabilidade do Instituto Nacional do Livro (INL), primeiro órgão formulador de planos para a leitura no país OLIVEIRA (1994)¹ destaca: “A política assistencial de doação de livros entronizou a Biblioteca Pública. [...] Tal vinculação da política de bibliotecas à de promoção do livro, foi a razão de ser do INL”. (p. 188) Consequentemente, a biblioteca foi encarada como um espaço secundário em relação a formação do leitor, e “ao conceber a Biblioteca Pública privilegiando a recepção de livros e não o seu uso, ele criou uma instituição com funções e feições de depositária e preservadora da cultura erudita brasileira”. (p. 191)

O INL foi crucial na expansão das bibliotecas pelo país. Se no começo da década de 40 eram contabilizadas 89 ‘Bibliotecas Populares’², na década de 90, quando ocorreu sua extinção no Governo Collor, cerca de 4.425 municípios brasileiros tinham convênios para a manutenção de suas Bibliotecas Públicas municipais. (idem, p.188) Porém, embora democratizada quanto a sua presença física, o espaço da Biblioteca Pública se constituía como um “organismo ‘plantado’ na comunidade”. (p. 189). Seu distanciamento em relação ao seu público foi sentido na falta de um planejamento local em realização às suas atividades, serviços e no desenvolvimento de seu acervo: eram geradas bibliotecas “para a comunidade e não da comunidade”. (p. 189). Contribuiu para tais equívocos uma característica apontada pela autora que até hoje tem reminiscências na construção de políticas públicas para a leitura³ a

¹ OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. A Biblioteca ‘fora do tempo’: políticas governamentais de Bibliotecas Públicas no Brasil, 1937-1989. 1994. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação), ECA/USP, 1994.

² Na época o termo ‘Bibliotecas Públicas’, nos Anuários do IBGE, foi substituído pela expressão ‘Bibliotecas Populares’, por questões possivelmente ligadas ao *populismo*, na Era Vargas.

³ c.v. “Carta aberta à presidenta Dilma Rousseff: o Setor do Livro, Leitura e Literatura pede providências”, elaborada pelo Colegiado Setorial do Livro, Leitura, em 2012. Os representantes da Comissão responsável pelo apoio na estruturação de políticas sobre o tema ressentiam-se do pouco diálogo da gestão da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), apresentando dados comprovando a distribuição desigual de recursos, transferidos para setores historicamente privilegiados. O recente pedido de afastamento simultâneo de duas coordenadoras da área de leitura na FBN – Cleide Soares e Elisa Machado, do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas – é outro indício do descontentamento quanto à última gestão da FBN, que, graças a algumas medidas do seu recém-demitido coordenador, Galeno Amorim, tiveram um recrudescimento na atual gestão governamental. Com as mudanças, tanto no nível ministerial (com a nomeação de

excessiva *centralização*, pontuada como uma influência política da própria esfera governamental que o estruturou – já que ele foi originado nos regimes ditatoriais. Assim, tal “*isolamento na construção de seus planos*”, bem como uma “*continuidade administrativa não-inovadora*” - atrelada ao '*gigantismo*' que dificultava o controle de suas ações, contribuíram para a “*cristalização dos procedimentos e rotinas do órgão, e, conseqüentemente, das políticas para a área de leitura no país*”. (p. 200-202)

Outra tendência observada nas Bibliotecas Públicas atuais, advinda de um posicionamento também inscrito no INL foi, segundo OLIVEIRA, a “*escolarização das bibliotecas*” (idem, p. 203), que as utilizava para pesquisa. Houve assim, na expressão de PAIVA (2008)⁴, um “*desvio de rota*” pois a Biblioteca Pública deixou de enxergar-se como um dispositivo “*de apoio à educação permanente, a chamada educação ao longo da vida – que deveria justamente promover serviços para os cidadãos comuns de todas as idades, não mais vinculados ao ambiente escolar*, limitando um grande público em potencial⁵. (PAIVA, 2008, p. 36)

Por outro lado, como observam OLIVEIRA e PAIVA, existiram pontos positivos no trabalho desenvolvido pelo INL. Foi com a criação desse Instituto que o tema da Biblioteca Pública conseguiu inserir-se na discussão pública, dentro da esfera governamental. A expansão de Bibliotecas Públicas, ainda que apresentando inúmeras falhas, fez com que esses espaços sejam atualmente o dispositivo cultural proporcionalmente mais abrangente no país⁶. Além disso, o INL também foi essencial na produção e divulgação de autores nacionais, pois

Marta Suplicy no lugar da contestada Ana de Holanda), quanto na gestão das políticas de leitura (com a vinda de Renato Lessa, do Instituto Ciência Hoje, e o retorno de José Castilho, um dos articuladores do Plano Nacional do Livro e Leitura) avanços na área das políticas de leitura podem ser alcançados, se a retomada do diálogo estiver presente no cerne das preocupações desses gestores.

⁴ PAIVA, Marília de Abreu Martins de. Bibliotecas Públicas: políticas do Estado brasileiro de 1990 a 2006. Dissertação de Mestrado - ECI/UFMG, 2008.

⁵ Atualmente, de acordo com o ‘*Censo Nacional de Bibliotecas Públicas*’ (elaborado pela Fundação Getúlio Vargas em 2010). 65% dos frequentadores desses espaços vão ‘*geralmente mais*’ com o objetivo de realizar alguma ‘*pesquisa escolar*’, 26% ‘*pesquisa em geral*’ e apenas 8% por ‘*lazer*’. Nota-se também que 88% dessas bibliotecas não desenvolvem atividades de extensão; e 44% não oferece nenhuma atividade no local.

⁶ Estando presente em cerca de 80% dos municípios brasileiros, de acordo com o Censo Nacional de Bibliotecas Públicas, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, em 2010.

suas publicações tinham ênfase sobre esses escritores; isso foi fundamental em um período no qual “*prevaleciam os temas e autores europeus*” nos livros editados no Brasil. (PAIVA, 2008, p. 30)

Deve-se pontuar uma lacuna de nossa própria área quanto ao assunto do desenvolvimento das Bibliotecas Públicas no país. É válido observar, de acordo com SILVA (2011)⁷ que o bibliotecário “*assim como a população, não foi incluído (e não se incluiu) neste processo de construção de políticas públicas para bibliotecas*” (SILVA, 2011, p. 101). Isso não foi certamente uma via única, e bons exemplos na esfera pública em relação às nossas bibliotecas podem ser observados - desde os tempos de Mário de Andrade, em que a Biblioteca Infantil sob responsabilidade de Lenira Fracarolli atendeu cerca de 25.000 crianças, em seu primeiro ano de atuação. Hoje o trabalho desenvolvido pelas Bibliotecas de Manguinhos e da Rocinha, no Rio de Janeiro, pela Biblioteca da Floresta do Acre, assim como muitas outras iniciativas semeadas pelo país, demonstra que o *modus operandi* das Bibliotecas Públicas pode ser modificado se houver empenho político e um planejamento adequado, voltado à comunidade na qual esse dispositivo cultural se instala.

Na tese de MACHADO (2008)⁸, uma das principais referências sobre o tema, há um quadro em que são pontuadas diferenças essenciais entre algumas das características das Bibliotecas Públicas e Comunitárias:

⁷ SILVA, Ana Claudia Perpétuo de Oliveira. É preciso estar atento: a ética no pensamento expresso dos líderes de bibliotecas comunitárias. Dissertação de Mestrado - PGCIN/UFSC, 2011.

⁸ MACHADO, Elisa Campos. Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil. Tese de Doutorado – CBD/ECA/USP, 2008.

Características	Bibliotecas Públicas	Bibliotecas Comunitárias
Fundamentação	Projeto Técnico	Projeto Político-Social
Legitimidade	Dada pelas Leis	Dada pelo Grupo
Estrutura	Vinculada a órgão governamental	Vinculada a um grupo de pessoas, podendo ou não ser parceria ou ter apoio de órgão público e privados
Hierarquia	Rígida - altamente hierarquizada	Mínima - Flexível
Equipe Interna - Constituição	Funcionários da administração pública, alocados no equipamento independentemente do seu vínculo local	Membros da Comunidade
Equipe Interna - Postura	Dependência	Autonomia

Tabela 1: Aproximações e Diferenças entre Bibliotecas Públicas e Comunitárias

Como delineado, a Biblioteca Comunitária apresenta características mais orgânicas em relação ao local que pertence, favorecendo o estabelecimento de elos para sua evolução – ao menos quando o projeto é desenvolvido de uma maneira efetivamente participativa. Possuindo autonomia, existe nesse espaço uma possibilidade para a criação de novas práticas que possam reinventar a experiência da Biblioteca Pública no Brasil. Sendo fruto do esforço coletivo em defesa do direito à leitura, tais locais apresentam-se dentro da concepção de “Biblioteca Alternativa” proposta por ALMEIDA JUNIOR⁹ (1993, p. 126): *“entende-se por Bibliotecas Alternativas as propostas, práticas ou teóricas, que visam alterar, modificar, transformar os trabalhos, as atividades, as posturas, as ideias das Bibliotecas Públicas tradicionais”*.

⁹ ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Bibliografia comentada: Bibliotecas Públicas e Alternativas. In. : Rev. Bras. Bibliotecon. e Doc., São Paulo, v. 26, n. 1/2, 1993, p. 115-127.

Situando a questão dentro de um quadro mais amplo, Carmen Bandeira, uma das protagonistas na luta recente pela democratização da educação e da cultura junto aos meios populares¹⁰, em texto desenvolvido junto ao Centro de Cultura Luiz Freire¹¹, deixa claro que:

A política de leitura não pode ser contada apenas por aquilo que oficialmente nos é dado a perceber. Ainda que nesse âmbito se detecte, aqui e acolá, sinais de vitalidade, os movimentos sociais têm sido protagonistas de uma história que, no Brasil, cada vez mais ganha uma dimensão fundamental na compreensão do que acontece em termos de leitura. Porque surgem de um compromisso político que deseja suprir as necessidades que o Estado, por razões conhecidas, não tem se mostrado disposto a atendê-las, estes movimentos ganham em qualidade porque dependem de uma sintonia permanente com a população, e se inspiram na articulação coletiva e independente de projetos movidos pela vontade de pessoas e pela ação e comprometimento de instituições nascidas sob perspectivas assumidamente sociais. (BANDEIRA et al, 2000, p. 62)

Nesse sentido, na próxima seção faz-se um breve panorama das Bibliotecas Comunitárias como uma experiência de emancipação social pela leitura, situando sua origem junto às experiências de educação popular fomentadas - entre outros, por Paulo Freire - na década de 60, no Recife, situando esses ambientes alternativos de bibliotecas como uma experiência com paralelos na região latino-americana. Por fim, há uma descrição pormenorizada desses dispositivos no país, com base em normativas e dados oficiais disponibilizados recentemente pelo Ministério da Cultura.

2. AS BIBLIOTECAS “DA COMUNIDADE”

As Bibliotecas Comunitárias são muitas vezes citadas como ‘Bibliotecas Populares’. A análise dos documentos aferidos por ALMEIDA JUNIOR (1993) demonstra que essa última acepção está ligada a iniciativas governamentais pertencentes a regimes populistas. Em São Paulo, onde ocorreu a pioneira experiência de um Departamento de Cultura, as Bibliotecas Populares

¹⁰ Seu trabalho exemplar remonta ao início de 1981, quando *Carminha*, do Departamento da Arquidiocese de Recife e Olinda, começou a atuar como uma apoiadora pedagógica das professoras leigas, responsáveis pelas centenas de Escolas Comunitárias locais. Continuando seus esforços junto ao Centro de Cultura Luiz Freire, ONG de referência na área de educação e cultura popular localizada em Olinda. Hoje, Carminha também auxilia nas atividades e no desenvolvimento da rede de bibliotecas comunitárias local.

¹¹ BANDEIRA, Carmen et al. Política de Leitura: qualidade que não pode mais esperar (ou qualidade cansada de esperar?). Olinda: CCFL, 2000.

idealizadas por Mário de Andrade e Rubens Borba de Moraes não foram devidamente implantadas, de acordo com RAFFAINI (2001)¹². Cabe, no entanto, destacar uma opinião do próprio Mário, que deixa claro um certo deslocamento da relação que se estabeleceria entre a biblioteca e sua comunidade, na medida em que incita a esse espaço cultural uma tarefa de combatividade em relação ao público que a iria freqüentar, em um dos bairros operários de São Paulo:

Esta biblioteca, é desejo desta diretoria que esteja pronta a funcionar ainda este ano. Será pois útil que se principie desde logo a fixar as obras a serem adquiridas para ela. Lembra ainda esta Diretoria que será do nacionalismo mais sã evitar, nos livros sobre ofícios, obras em língua espanhola. Devido a extrema semelhança entre o espanhol e o português há uma tendência natural em nosso povo para espanholizar a sua linguagem, Essa tendência é muito notável nas regiões limítrofes do Brasil com a América Espanhola. E esse perigo ainda é acrescentado noutras partes do Brasil, atualmente, pela influência dos filmes em língua espanhola bem como pela enchente de tangos argentinos, *rancheras*, rumbas, que nos atolam no espanhol e exercem uma ação corrosiva, *desvernacularizadora* sobre a fala nacional. (ANDRADE, 1935, apud RAFFAINI, 2001, p. 35).

Mesmo um visionário cultural como Mário de Andrade demonstra aspectos de uma política de *dirigismo cultural* explícita no desenvolvimento de coleções que seria realizado nessas Bibliotecas Populares. Evidentemente, o contexto do *entreguerras*, no qual os imigrantes eram percebidos como elementos a serem nacionalizados teve influência sobre o assunto. De toda forma, Mário de Andrade teve uma atuação destacada e renovadora quanto à práxis cultural desenvolvida na esfera pública, algo que, segundo descreveu SCHELLING¹³, teve influência no trabalho desenvolvido por Paulo Freire, posteriormente.

No Recife, de acordo com a ampla pesquisa de VERRI¹⁴ houve “a *inauguração de pequenas Bibliotecas Populares, das quais a mais importante foi no Monteiro*”, no final do século XIX. Mais à frente¹⁵, a partir da década de 40, ocorreu um importante movimento responsável pela criação de espaços

¹² RAFFAINI, Patrícia Tavares. Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo. São Paulo: Humanistas, 2001.

¹³ SCHELLING, Vivian, A presença do povo na cultura brasileira: ensaio sobre o pensamento de Mário de Andrade e Paulo Freire. Campinas: Ed. EdUnicamp, 1990.

¹⁴ VERRI, Gilda Maria Whitaker. Templários da Ausência em Bibliotecas Populares. Recife: EDUFPE, 2010.

¹⁵ Infelizmente nessa pesquisa, não foram localizadas informações sobre espaços autônomos de fruição da leitura no Recife entre esses períodos, ou anteriormente.

educacionais e culturais, desenvolvido pela Prefeitura. Houve, de acordo com Edson Nery da Fonseca¹⁶ - um dos gestores envolvidos no processo - a inauguração de “*um posto de empréstimo de livros no centro da cidade, bibliotecas nos bairros de Encruzilhada, Casa Amarela, Afogados e Santo Amaro*”, além da inauguração de um Ônibus Biblioteca que tinha um trajeto contemplando “*quase todos os bairros populares e de classe média do Recife*”, realizando visitas semanais em cada local. (FONSECA, 2010, p. 18, apud VERRI). Tal ciclo de práticas e experiências incitou o surgimento da Associação de Bibliotecas e Escolas Populares (ABEP), que vinha a complementar a ação do Departamento de Documentação e Cultura, o DDC.

No entanto, carecendo de *autonomia* em seu funcionamento (VERRI, 2010, p. 146), pode-se dizer que esses projetos, paralisados desde então¹⁷, não ousaram o suficiente em sua atuação para tais experiências serem consideradas como Bibliotecas efetivamente construídas pela comunidade. Pode-se considerar, ao menos, que uma pioneira tentativa de aproximação da leitura pública junto aos meios populares foi realizada, algo que seria desenvolvido de forma mais incisiva por Paulo Freire, Miguel Arraes, e outros integrantes do Movimento de Cultura Popular, o MCP, na década de 60.

O MCP desenvolveu o projeto “*Meios Informais de Educação*”, a partir de um plano referente a instalação da “*Biblioteca Juvenil do Recife*”, elaborado pelo professor Paulo Rosas, da Universidade Federal do Pernambuco, na década de 50 e desenvolvido na década de 60, por meio das “*Praças de Cultura*”, que incluíam em seu espaço “*parques infantis, bibliotecas, auditório para teatro, teleclube, cineclube, debates, concha acústica – trabalhando junto a associações de bairros, centros esportivos e recreativos, grupos escolares, templos etc*”, de acordo com GOÉS¹⁸ (1980, p. 50).

¹⁶ Ele fez o Prefácio do livro, procurando demonstrar um pouco da realidade que o fez “*deixar de fazer uma revolução social com as Bibliotecas Populares no Recife*”.

¹⁷ Há somente duas Bibliotecas Públicas em Recife hoje: justamente a de Santo Amaro e a da Casa Amarela, o que de certa forma comprova que houve reminiscências desses esforços.

¹⁸ ROSAS, Paulo. O movimento de cultura popular – MCP. In.: XXXII Reunião Anual da SBPC, 1980, mimeo.

De acordo com números do idealizador do projeto, em menos de três de atuação (entre 1960 e setembro de 1962), o Movimento de Cultura Popular tinha entre suas realizações:

- 201 escolas, com 626 turmas
- 19.946 alunos, entre crianças, adolescentes e adultos;
- uma rede de escolas radiofônicas;
- um centro de artes plásticas, com cursos de artesanato (destinado principalmente a especializar o professorado do próprio MCP);
- 452 professores e 174 monitores, ministrando o ensino correspondente ao primeiro grau, supletivo, educação de base e educação artística;
- círculos de cultura
- Centro de Cultura Dona Olegarinha, no Poço da Panela, em colaboração com a Paróquia de Casa Forte;
- cinco praças de cultura, que levavam ao povo local bibliotecas, teatro, cinema, tele-clube, música, orientação pedagógica, jogos infantis e educação física;

Sobre tais *Praças de Cultura*¹⁹, ROSAS afirma, de forma seminal, que:

deveriam desenvolver na comunidade a compreensão do binômio diversão-educação e enfatizar o papel de leitura como divertimento. [...] Às bibliotecas caberia educar o gosto estético, iniciar quanto ao emprego de livros de referência, orientar em relação à elaboração de resumos, condensações, compilações e fichas, estimular o desenvolvimento da vocação de escritores, valorizando, sobretudo, a literatura infanto-juvenil. No concernente aos adultos, as Bibliotecas pretendiam vir a ser centros de audiência sobre temas educativos (ROSAS, p. 3, 1980)

Parte da essência do que viria a se transformar no fenômeno das Bibliotecas Comunitárias - não somente no Brasil, como na América Latina - estava assentada sobre o ideário a ser desenvolvido em tal projeto, imerso em um amplo contexto de movimentos em prol da educação e da cultura nos meios populares, nos quais a questão da leitura estava ligada de forma umbilical.

Demonstrando a amplitude dessa conjuntura, como relata GOÉS (1980, p. 48)²⁰, no I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em setembro de 1963, no Recife, houve a identificação de ao menos quatro grandes movimentos, atuantes em plano nacional ou regional:

¹⁹ As "Praças do PEC", a serem implantadas pelo Ministério da Cultura, portanto, tem um antecedente no panorama recifense.

²⁰ GOÉS, Moacyr de. De pé no chão também se aprende a ler (1961 – 1964) – uma escola democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

- a) Movimento de Cultura Popular, criado em maio de 1960, sob o patrocínio da Prefeitura do Recife, como sociedade civil autônoma;
- b) Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, deflagrada em Natal, em 23 de fevereiro de 1961, pela Secretaria de Educação da Prefeitura de Natal;
- c) Movimento de Educação de Base, lançado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em convênio com o Governo federal, em março de 1961;
- d) Centro Popular de Cultura, criado pela União Nacional dos Estudantes, em abril de 1961.



Fig. 1: Biblioteca Popular da Campanha de Pé no Chão se Aprende a Ler, Natal/RN, 1962

Nessa ocasião no Recife reúnem-se outras 44 organizações de alfabetização e cultura popular; tal contexto múltiplo de emancipação simbólica, como observa SCHELLING²¹ era parte de um “*projeto multidimensional de superar o subdesenvolvimento*”, no qual constava também o Cinema Novo, por exemplo. No entanto, o golpe militar sufocou a atuação desses movimentos, não impedindo contudo a sua influência junto a outras iniciativas que iriam aflorar pelo Brasil e pela América Latina nas décadas seguintes. Algumas dessas experiências, por exemplo, eclodiram na década de 80, no Peru. Sobre as ‘*Bibliotecas Populares*’ peruanas: LUIS CARBAJO & ESPINO RELUCE²² (1989) citam que naquele momento eram formadas:

en lo urbano impulsados mayoritariamente por jóvenes que últimamente representan el sector más dinámico de las actividades culturales; y en el campo impulsados mayoritariamente por adultos, talvez por que la biblioteca está ligada a su vida cotidiana, a la producción, al quehacer del hogar del trabajo. (LUIS CARBAJO & ESPINO RELUCE, 1989, p. 54)

²¹ SCHELLING, *op. cit*

²² LUIS CARBAJO, José Luis; ESPINA RELUCE, Gonzalo. La Biblioteca como signo de cultura popular. Revista Contexto & Educação, n. 13, jan./mar. 1989.

Os autores as agrupam sobre diversas formas particulares de organização interna; tal composição influía sobre as práticas desenvolvidas, e consequentemente sobre a forma com que seus freqüentadores se envolviam com tal espaço. No caso das bibliotecas gestadas pelos jovens, que procuravam se fortalecer como um dispositivo de '*aporte al barrio*', ela servia de insumo para a própria forma de organização interna do grupo que a gestava. Aqui encontramos um reflexo nas práticas desenvolvidas por iniciativas contemporâneas, como a do Núcleo Cultural Força Ativa, que possui sua combativa Biblioteca Comunitária, localizada em Cidade Tiradentes, na Zona Leste de São Paulo.

Ainda no artigo de LUIS CARBAJO & ESPINO RELUCE (1989), outra forma de biblioteca mencionada que encontra similaridades com as dispersas pelo Brasil, é a impulsionada por coletivos culturais, comunidades camponesas ou sindicais, que pode ou não ter apoios de instituições estatais ou particulares. Em tais casos, pode-se pensar na conjuntura atual dos Pontos de Cultura, que possuem muitas vezes bibliotecas em seus ambientes - ainda que as políticas para seu desenvolvimento e fruição não estejam bem definidas, ou conduzidas. Quanto às agrupações camponesas, existem algumas iniciativas no Brasil ligadas ao MST - o Movimento Sem Terra - como a biblioteca presente na Escola Florestan Fernandes, importante centro de formação desse grupo.

Segundo LUIS CARBAJO & ESPINO RELUCE (1989) havia internamente, no *modus operandi* das Bibliotecas Comunitárias no Peru "*uma contradição entre o que desejam ser, o que propõe conseguir e o que alcançam por sua prática*" (p. 55). Essa relação, ainda que por muitas vezes desgastante e problemática para seus articuladores, possibilita que se vá "*aprendiendo de la práctica*" (idem), tendo com isso uma possibilidade de fortalecimento em seus vínculos internos por meio de um constante debate sobre sua forma de atuação, reafirmando o que BANDEIRA disse quanto aos diversos movimentos sociais ensejados em prol da leitura no Brasil²³.

²³ A semelhança da expressão peruana com a "*Aprendizagem pela Prática Cultural*" utilizada pelas Escolas Comunitárias de Recife na década de 80 é também reveladora da contigüidade simbólica nesses movimentos.

Outra experiência desenvolvida na América Latina que encontra vínculos com a concepção *freiriana* de educação é a do programa ‘Gente y Cuentos’, pela qual mediadores devidamente preparados – em sua maioria jovens recém-saídos da universidade, além de contar com a presença de alguns sociólogos e lingüistas – realizavam sessões de leituras públicas de contos literários com adultos em um projeto de educação popular na Buenos Aires da década de 80. Trabalhando preferencialmente com contos de curta extensão, para serem lidos em uma reunião com no mínimo 7 integrantes, as leituras eram realizadas de forma compartilhada. Além do mediador, que deveria ter uma preparação anterior com o texto a ser trabalhado, em relação aos aspectos que pudessem conversar com a comunidade para a qual ele seria partilhado, havia um representante local, que às vezes tomava para si a responsabilidade de ser o interlocutor responsável pela coordenação da atividade; para isso, ele tinha um treinamento visando sua autonomia nesse contexto. Segundo as coordenadoras²⁴ do projeto:

Um diálogo sobre el cuento empieza con la ayuda de un coordinador que actúa como mediador entre la obra literaria y el lector oyente popular. Al principio, el coordinador tiene que trabajar solo sobre el cuento. Tiene que leer y releer el texto, tomar notas de sus primeras y segundas impresiones, extraer los temas, buscar los contrastes, explorar las sombras, saborear los nudos dramáticos, hacer resonar las voces de los diálogos, en fin, disfrutar del ‘*placer del texto*’. Paulatinamente, tiene que aprender a hacerlo de la manera más crítica posible e identificar con precisión las articulaciones del cuento que generan los momentos dramáticos, los sueños, el placer. El trabajo de preparación para la sesión en el barrio no puede comenzar sin esta comunión previa, individual, con el texto mismo (CARMEN FEIJOÓ e HIRSCHMAN, 1984, p. 15).

Em parte corroborando o contínuo esforço argentino no apoio à iniciativas fomentadoras de uma comunidade leitora, nesse país ainda persiste uma instituição exemplar e secular: a *Comisión Nacional de Bibliotecas Populares*, ou CONABIP. Atualmente, dentro do *Plano Nacional del Lectura*, ela cobre cerca de 70% das iniciativas emergentes em prol da leitura²⁵.

²⁴ CARMEN FEIJOÓ, Maria del; HIRSCHMAN, Sarah. *Gente y cuentos: educación popular y literatura*. Buenos Aires: CEDES, 1984.

²⁵ “La Comisión Nacional de Bibliotecas Populares (CONABIP) es el organismo dependiente de la Secretaría de Cultura de la Nación que fomenta el fortalecimiento de las Bibliotecas Populares en tanto organizaciones de la sociedad civil e impulsa su valoración pública como espacios físicos y sociales relevantes para el gestión asociado que favorezca la consolidación del carácter autónomo de este movimiento social único conformado por casi 2 000 bibliotecas y 30 000 voluntarios que, a lo largo y a lo ancho del país, despliegan sus acciones desde hace más de 141 años”. Disponível no site: <http://www.conabip.gob.ar>

Enquanto a Argentina possui uma preocupação centenária em relação as suas Bibliotecas Populares, o Brasil apenas recentemente incluiu as Bibliotecas Comunitárias, práticas presentes em todo território nacional, no seu planejamento governamental. Como o Estado não poderia ignorar este movimento social emergente, sob a gestão do Ministério da Cultura por Gilberto Gil e Juca Ferreira elas foram inseridas dentro do Programa Mais Cultura, o qual tem entre suas ações os Pontos de Leitura. Assim, desde 2008 já podemos mapear alguns indicadores sobre a evolução dessas bibliotecas no país. Pensando em sua distribuição numérica no Brasil, pode-se aferir que:

- De acordo com os *Relatórios Plurianuais* do Ministério da Cultura, desde 2008, ano da pioneira premiação de âmbito nacional para iniciativas promotoras da leitura provenientes de membros da sociedade civil, com o Concurso Pontos de Leitura “Edição Machado de Assis” até o ano de 2010, já foram apoiadas oficialmente **1957 Bibliotecas Comunitárias**. Abaixo um quadro resumido dos dados presentes em tais documentos, que dizem respeito ao número de Bibliotecas Comunitárias apoiadas, e ao aporte realizado a esses dispositivos:

Bibliotecas Comunitárias & Pontos de Leitura²⁶	Iniciativas Apoiadas	Montante Aplicado [MinC]	Montante Aplicado [Entes Federados]
2008	768	153.797,00	--
2009	590	118.093,00	--
2010	599	4.895.482,13	12.002.660,00
TOTAL	1957	5.167.372,13	--

Tabela 2: Apoios Orçamentários à Pontos de Leitura (MinC, 2008-2010)

²⁶ Os dados de 2008 e 2009 foram coletados nos Relatórios Plurianuais do MinC, dos respectivos anos. Os de 2010 são provenientes de consultoria elaborada para a Fundação Biblioteca Nacional, por Valéria Labrea, em 2011. [LABREA, Valéria Viana. Cartografia da cadeia Criativa do Livro: subsídios para uma política pública. Brasília: DLLL / MinC; UNESCO, dez./2011]. A grande disparidade entre os valores aplicados demonstra a dificuldade na disponibilização de dados públicos sobre o tema.

- Somando-se a esses esforços existem quase **8800 espaços de leitura** cedidos pelo Programa Arca das Letras, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. De acordo com o site do programa, cerca de 1,5 milhão de famílias moradoras do campo já foram beneficiadas com essas bibliotecas rurais, com o saldo de mais de 8 milhões de pessoas atendidas, em mais de 3.200 municípios, sendo que 17,5 mil agentes de leitura foram capacitados.

- Outro dado a ser observado é referente à presença de bibliotecas ou espaços de leitura junto aos Pontos de Cultura, pertencentes ao programa Cultura Viva, também do MinC. De acordo com o primeiro Catálogo dos Pontos de Cultura do Estado de São Paulo, dos 301 Pontos pesquisados cerca de um terço (92) tem bibliotecas ou desenvolvem atividades ligadas a literatura - como saraus e contação de histórias. No Brasil, temos hoje aproximadamente 3700 Pontos²⁷; utilizando-se a proporção paulista para o território nacional, teríamos cerca de outras **1200 bibliotecas** disponíveis às mais diversas comunidades pelo país.

Considerando tais dados, a estimativa de **10.000 Bibliotecas Comunitárias no Brasil**, citada por autoridades e entidades relacionadas à leitura, embora seja à primeira vista grandiosa - sendo praticamente o dobro do número das Bibliotecas Públicas - é uma quantia razoável a ser considerada. Os dados sobre tais bibliotecas serão enfim coletados de forma sistemática com a consolidação do Cadastro Nacional de Bibliotecas e, de acordo com seus gestores, os dados desse Cadastro permitirão identificar o perfil da instituição com informações específicas sobre seu público, acervo, serviços, infraestrutura, gestão e relações institucionais.

Uma normativa legal de extrema importância para as Bibliotecas Comunitárias é o recém-aprovado Plano Nacional do Livro e da Leitura²⁸, que possui quatro eixos estratégicos, e dezenove linhas de ação, relacionados abaixo:

²⁷ De acordo com dados disponibilizados no site do Ministério da Cultura - <http://www.cultura.gov.br/site/aceso-a-informacao/programas-e-acoas/cultura-viva/>

²⁸ BRASIL. MEC / MINC. DECRETO Nº 7.559, de 1º de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências.

I - eixo estratégico I - democratização do acesso:

- a) linha de ação 1 - implantação de novas bibliotecas contemplando os requisitos de acessibilidade;
- b) *linha de ação 2 - fortalecimento da rede atual de bibliotecas de acesso público integradas à comunidade, contemplando os requisitos de acessibilidade²⁹;*
- c) linha de ação 3 - criação de novos espaços de leitura;
- d) linha de ação 4 - distribuição de livros gratuitos que contemplem as especificidades dos neoleitores jovens e adultos, em diversos formatos acessíveis;
- e) linha de ação 5 - melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura; e
- f) linha de ação 6 - disponibilização e uso de tecnologias de informação e comunicação, contemplando os requisitos de acessibilidade;

II - eixo estratégico II - fomento à leitura e à formação de mediadores:

- a) linha de ação 7 - promoção de atividades de reconhecimento de ações de incentivo e fomento à leitura;
- b) linha de ação 8 - formação de mediadores de leitura e de educadores leitores;
- c) *linha de ação 9 - projetos sociais de leitura;*
- d) linha de ação 10 - estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura;
- e) linha de ação 11 - sistemas de informação nas áreas de biblioteca, bibliografia e mercado editorial; e
- f) *linha de ação 12 - prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura;*

III - eixo estratégico III - valorização institucional da leitura e de seu valor simbólico:

- a) *linha de ação 13 - ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado; e*
- b) linha de ação 14 - ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura; e

IV - eixo estratégico IV - fomento à cadeia criativa e à cadeia produtiva do livro:

- a) linha de ação 15 - desenvolvimento da cadeia produtiva do livro;
- b) linha de ação 16 - fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura;
- c) linha de ação 17 - apoio à cadeia criativa do livro e incentivo à leitura literária;
- d) linha de ação 18 - fomento às ações de produção, distribuição e circulação de livros e outros materiais de leitura, contemplando as especificidades dos neoleitores jovens e adultos e os diversos formatos acessíveis; e
- e) linha de ação 19 - maior presença da produção nacional literária, científica e cultural no exterior.

As Bibliotecas Comunitárias também foram incluídas em outra regulamentação da esfera cultural, a que institui o Plano Nacional de Cultura³⁰. Abaixo, alguns itens onde ela está citada diretamente:

3.1.18 Garantir a implantação e manutenção de bibliotecas em todos os Municípios brasileiros como espaço fundamental de informação, de memória literária, da língua e do design gráfico, de formação e educação, de lazer e fruição cultural, expandindo,

²⁹ Os pontos em destaque são aqueles nos quais as Bibliotecas Comunitárias se enquadram.

³⁰ BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – CASA CIVIL – SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Lei n. 12.343, de 02 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais e dá outras providências.

atualizando e diversificando a rede de Bibliotecas Públicas e Comunitárias e abastecendo-as com os acervos mínimos recomendados pela Unesco, acrescidos de integração digital e disponibilização de sites de referência.

3.1.19 Estimular a criação de centros de referência e comunitários voltados às culturas populares, ao artesanato, às técnicas e aos saberes tradicionais com a finalidade de registro e transmissão da memória, desenvolvimento de pesquisas e valorização das tradições locais.

3.3 Organizar em rede a infraestrutura de arquivos, bibliotecas, museus e outros centros de documentação, atualizando os conceitos e os modelos de promoção cultural, gestão técnica profissional e atendimento ao público, reciclando a formação e a estrutura institucional, ampliando o emprego de recursos humanos inovadores, de tecnologias e de modelos de sustentabilidade econômica, efetivando a constituição de uma rede nacional que dinamize esses equipamentos públicos e privados.

3.4.8 Fomentar a formação e a manutenção de grupos e organizações coletivas de pesquisa, produção e difusão das artes e expressões culturais, especialmente em locais habitados por comunidades com maior dificuldade de acesso à produção e fruição da cultura.

4.4.11 Capacitar educadores, bibliotecários e agentes do setor público e da sociedade civil para a atuação como agentes de difusão da leitura, contadores de histórias e mediadores de leitura em escolas, bibliotecas e museus, entre outros equipamentos culturais e espaços comunitários. (BRASIL, 2010)

Como visto, as Bibliotecas Comunitárias conseguiram sua inserção no rol das políticas governamentais para a cultura, e algumas ferramentas para o seu acompanhamento, como o Cadastro de Bibliotecas, também foram criadas. Por enquanto são muito limitadas as informações públicas sobre o assunto, mas no levantamento feito por Valéria Labrea³¹ junto a praticamente metade dos vencedores do 1º Concurso de Pontos de Leitura, pode-se verificar que³²:

Os pontos trabalham com o empréstimo de livros e a contação de histórias (82%), seguidos de oficinas de literatura (57%) e produção textual (56%), estudos, formação e pesquisa (54%), oficinas para formação de leitores críticos (49%). Cerca de 44% dos Pontos de Cultura tem como integrante autores, publicados ou não, mas apenas 23% produzem livros de forma artesanal“ (LABREA, 2011, p. 32).

São números que indicam espaços com uma atuação diversificada, caracterizados pelo estímulo a oralidade e a criticidade do leitor, que, no entanto, ainda tem um grande espaço para se enxergar também como um autor. A própria autora cita Paulo Freire, que recomendava a criação de

³¹ LABREA, Valéria Viana. Cartografia da cadeia Criativa do Livro: subsídios para uma política pública. Brasília: DLLL / MinC; UNESCO, dez./2011

³² A tabela com os dados completos de tal pesquisa encontra-se em anexo

acervos provenientes da memória local; há também uma observação crucial de BANDEIRA³³ sobre o assunto:

A idéia de autoria é talvez a síntese mais importante que os movimentos de leitura trazem na sua contribuição para repensar a educação. São aprendizes se fazendo autores, produtores de texto e de obras de linguagem nas suas múltiplas expressões, nesta arte de produção coletiva, onde se forja a palavra e os sujeitos são constituídos em artífices da história. E a conquista dessa síntese é tributária do pensamento de Paulo Freire, quando ele ensina que o começo de tudo deve ser buscado no próprio homem, na sua história de luta, e que cada conquista significa sempre um esforço inaudito. (BANDEIRA et al, 2000, p. 8)

Se o movimento em prol da leitura nos meios populares como um todo se apropriar dessa reconstrução leitora como uma prática concreta e continuada em seus espaços, uma efetiva renovação simbólica poderá ser despertada.

Ainda de acordo com LABREA (2011), as principais dificuldades verificadas em sua pesquisa sobre os Pontos de Leitura foram:

- a) Acompanhar/avaliar/qualificar as ações desenvolvidas pelos pontos de leitura, tanto no aspecto qualitativo quanto quantitativo;
- b) Fomentar e alimentar com informações a rede nacional e redes locais dos pontos de leitura;
- c) Ausência de política pública voltada para a continuidade e qualificação das ações;
- d) Ausência de ponto focal para acompanhar as ações dos pontos de leitura. É necessário uma pessoa encarregada do acompanhamento e avaliação das ações, bem como visitas e encontros locais;
- e) Compreensão dos pontos de leitura apenas como espaços de leitura, relacionando-os assim somente com cadeia mediadora, desconsiderando seu potencial como cadeia criativa (presença de autores em 44% dos pontos) e produtiva (cooperativas e incubadoras);
- f) Inarticulação das ações: as possibilidades de ação conjunta e colaborativa entre pontos de leitura e agentes de leitura, Bibliotecas Comunitárias, Bibliotecas Públicas e demais beneficiários são desconsideradas e tornadas assim irrelevantes. (LABREA, 2011, p. 43).

Em contraponto a esse quadro, existem algumas redes de leitura articuladas, estabelecendo laços autônomos de solidariedade em prol dessa causa – atuando principalmente junto aos movimentos sociais, e/ou com organizações do terceiro setor. A Releitura, um desses exemplos, é um fruto direto da luta em prol da educação popular no Recife, tendo seu fortalecimento possibilitado graças a recursos provenientes de um amplo projeto não-governamental, o

³³ BANDEIRA, Carmen et al. Política de Leitura: qualidade que não pode mais esperar (ou qualidade cansada de esperar?). Olinda: CCFL, 2000

‘Programa Prazer em Ler’ do Instituto C&A, encontrando-se focada na efetivação de uma política local para democratizar a cultura escrita na região.

A seguir, visando contextualizar os princípios de tal rede e desse Programa, será delineado um histórico envolvendo educadoras e organizações locais que tiveram projetos anteriores voltados à leitura, e que hoje continuam imersas nesse campo, auxiliando a Releitura de forma estratégica.

3. MORADORES CANSADOS DE ESPERAR: A EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Retomando o histórico do Movimento de Cultura Popular, ROSAS destaca que:

O povo participou do MCP não como usuário-passivo, mas como usuário-construtor, usuário-participante, e, quase diria patrocinador, através da abertura de seus clubes de subúrbios, transformados em 'núcleos de cultura' e centros de educação. (ROSAS, 1980, p. 4).

Essa abertura popular a educação gestada em seus próprios ambientes, por sua vez, iria se expandir de uma forma acentuada por algumas regiões do Brasil, em especial o Norte e o Nordeste, a partir da década de 70. Em números compilados por SPOSITO & RIBEIRO³⁴ (1989), são destacadas iniciativas de Escolas Comunitárias no Rio de Janeiro (com 500 Escolas Comunitárias para cerca de 32.000 crianças), Belém (com 52 unidades e 20.000 alunos), São Luís (com 10.000 alunos). Uma das pioneiras nessa área, a Região Metropolitana do Recife, que abrange também Olinda, Jaboatão dos Guararapes e outras 9 cidades, de acordo com pesquisa do Centro de Cultura Luiz Freire desenvolvida entre 1991 e 1992, comportava cerca de 864 experiências alternativas de educação, compostas por aproximadamente 68.000 alunos, sendo que 14.873 eram pertencentes a Escolas Comunitárias³⁵. De acordo com um quadro detalhado contido na contribuição singular do

³⁴ SPOSITO, Marília Pontes; RIBEIRO, Vera Masagão. Escolas Comunitárias: contribuição para o debate de novas políticas educacionais. São Paulo: CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1989

³⁵ Nas instituições particulares, existiam 45.000 alunos; nas filantrópicas, quase 8.000. (Centro de Cultura Luiz Freire. Escolarização básica nas camadas populares da Região Metropolitana do Recife. Olinda: CCFL, 1993)

relatório referente à "*Escolarização Básica das Camadas Populares na Região Metropolitana do Recife*", tais Escolas Comunitárias:

Oferecem ensino gratuito, no entanto algumas cobram dos alunos pequenas taxas, caracterizadas como contribuição dos moradores para manutenção da escola. Todavia, esta prática não é um obstáculo ao acesso daqueles que não podem pagar. Na grande maioria, funcionam em espaços de Associações ou Conselhos de Moradores, salões de Igreja ou outros locais de uso coletivo. Apenas 1 (uma) das escolas observadas havia sido construída para funcionar especificamente como escola.

Em decorrência, as escolas comunitárias, com mais frequência que as outras dividem suas atividades com práticas de uso coletivo nos locais de funcionamento, tais como reuniões, cursos, palestras, assembléias etc, além de contarem com a presença mais frequente de outros atores, sobretudo dos presidentes de associações.

Outra característica deste grupo é a sua localização em áreas mais carentes de equipamentos e serviços públicos. Neste sentido, estão inseridas num processo mais abrangente de luta pela sobrevivência, o que também provoca um movimento reivindicatório junto aos setores públicos. Está é a razão por que também se verifica nestas escolas uma busca de relacionamento com órgãos públicos, através de convênios. Estes, aliás, geralmente não asseguram a manutenção das atividades escolares, ficando grande parte das escolas a depender de seus próprios organizadores.

As professoras não têm salário fixo. Geralmente recebem apenas o equivalente a uma ajuda de custo, sem previsão de tempo para o recebimento. Algumas, inclusive, nem isto recebem, caracterizando-se o seu trabalho como voluntário. Quase todas são do próprio bairro e têm algum tipo de vinculação com a entidade comunitária da qual a escola faz parte. São bastante jovens, estão em processo de formação - em geral são estudantes do 1º ou 2º grau. Importa ressaltar, no entanto, que se constatou, nas escolas vinculadas a algum tipo de rede, uma maior presença de professoras com magistério e até em formação de 3º grau. De modo geral, esta atividade se caracteriza como sua primeira experiência de trabalho.

No grupo das escolas vinculadas a entidades comunitárias, quatro fazem parte da Associação dos Educadores das Escolas Comunitárias de Pernambuco - AEEC/PE; uma faz parte do Coletivo de Projetos Populares de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos e uma mantém articulação com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR. Decidiu-se adotar essa subdivisão de vinculadas e não vinculadas, por entender que isto implicava diferenciações marcantes no conjunto destas escolas. No tocante à proposta pedagógica, geralmente apresentam um maior nível de organização do trabalho pedagógico e o concebem - como é o caso das escolas vinculadas à AEEC - a partir de uma reflexão sobre o papel das escolas comunitárias. Essa postura é bem ilustrada num dos documentos da entidade: "*Essas crianças oriundas das camadas populares encontram nas Escolas Comunitárias uma alternativa de Educação, onde o eixo central do processo de ensino-aprendizagem é a identidade de classe entre professor e aluno, o resgate de seus valores culturais e do fortalecimento da auto-estima, no sentido de integrá-los na luta para a conquista dos seus direitos e condições de vida digna, assim como a construção coletiva de conhecimentos que fazem do educador e do educando, elementos de igual importância dentro do contexto educacional*". Observou-se, por parte de algumas Escolas Comunitárias a prática da valorização e incorporação da cultura popular com a utilização de danças, rodas e músicas, como bumba-meu-boi, ciranda etc, nos horários de recreação e/ou em festinhas realizadas nesses espaços. Percebeu-se, outrossim, que neste grupo de escolas havia, por parte de suas entidades representativas, forte preocupação com a organização de processos de capacitação, que redundava, em alguns casos, numa sensível diferenciação na prática da professora.

Independentemente de serem vinculadas ou não, as Escolas Comunitárias também se caracterizam pela forte participação na oferta de pré-escola e alfabetização. E, em geral, as Escolas Comunitárias são de pequeno porte. (CCLF, 1993, p. 70-72)



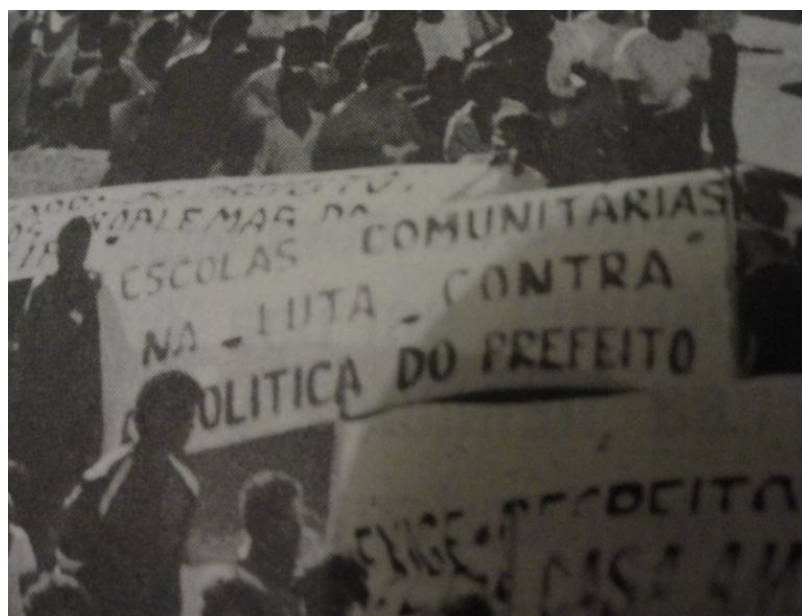


Fig. 2 a 7 - Ambientes internos e externos das Escolas Comunitárias.

Imagens coletadas em relatórios do Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF) e da Associação dos Educadores de Escolas Comunitárias do Pernambuco (AEEC/PE).

BANDEIRA, de acordo com uma sistematização realizada em conjunto com a própria associação, pontua os princípios educativos da AEEC³⁶:

1º) O princípio da organização das camadas populares em luta pelos direitos mais elementares da cidadania (no caso das Escolas Comunitárias, a luta se dá pela conquista pelo acesso à escolarização);

³⁶ BANDEIRA, Carmen Lúcia Bezerra. O movimento das Escolas Comunitárias de Olinda / Recife. In.: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (org.). Educação de Jovens e Adultos – teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez Educativa, Instituto Paulo Freire, 1995.

2º) O princípio da unidade na diversidade, que também pode ser considerado como princípio da convivência democrática ou do respeito às diferenças;

3º) O princípio da autonomia de gestão;

4º) O princípio da relação com a cultura popular, abrangendo seus múltiplos aspectos. (BANDEIRA, 1995, p. 15)

Nesses ambientes, a "*Aprendizagem pela Prática Cultural*" era algo recorrente, e, como cita a educadora, a cultura era assim vivida, compartilhada, incorporada. Muitas das práticas desenvolvidas nas Escolas Comunitárias do Recife demonstram reminiscências dos trabalhos de Paulo Freire e do Movimento de Cultura Popular, e apresentam salientes semelhanças com as Bibliotecas Comunitárias componentes da Releitura. Mas, antes de ater-se a análise pormenorizada dessas iniciativas atuais, deve-se pontuar que essa pedagogia da '*leitura do mundo*' teve reflexos em outros ambientes na cidade, sobretudo nas bibliotecas escolares.

O trabalho desenvolvido pelos pesquisadores do Centro de Cultura Luiz Freire estendeu-se também a parte da rede de escolas do Recife, com o projeto '*Oficinas de Leitura - Aprendendo a Gostar de Ler*'. Esse programa, criado em conjunto com o Centro de Educação da UFPE, tinha o objetivo de acompanhar e fortalecer o trabalho das educadoras populares, responsáveis por aulas de reforço ou de alfabetização junto a sua comunidade. Seu contexto de surgimento está atrelado a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e nelas foram adotados pelo menos dois princípios, de acordo com BANDEIRA³⁷:

1º) O princípio da leitura partilhada, uma vez que, em suas práticas, está sempre presente a idéia do fazer junto, do trabalho em mutirão. Assim, valorizam-se os conteúdos das histórias e das lutas de cada um, focando os sujeitos inseridos nos seus contextos sociais, mobilizados em torno da conquista da cidadania.

2º) O princípio da identidade que, além de classe social, destaca a dimensão étnica, pois, nos bairros populares da Região Metropolitana do Recife, a cultura popular é muito misturada com os cultos das tradições afro-indígenas. Assim essa dimensão é também integrada e valorizada como conteúdo de leitura. (BANDEIRA, 2003, p. 23)

³⁷ BANDEIRA, Carmen Lúcia Bezerra. A leitura e o direito à educação de qualidade: lições das Oficinas de Leitura. In.: Observatório da Educação e da Juventude. Políticas e práticas de leitura no Brasil. São Paulo: Ação Educativa, 2003 (Série Em Questão, 2)

Posicionando o livro como um “recurso facilitador da comunicação e da relação interpessoal”, as educadoras teciam uma relação dinâmica entre esse elemento simbólico e o ser que deveria dele se apropriar. O livro possibilitava uma margem de manobra do discurso, ao se apresentar como um “*importante canal de aproximação entre as modalidades faladas e escritas da língua, desencadeando novas narrativas, estimulando a prática da reflexão e o desenvolvimento da imaginação*”. (idem, p. 24) Assim, histórias de vida, os “*acervos pessoais*” eram inseridos nas atividades. Nas palavras de BANDEIRA:

Nas Oficinas, o livro de literatura é utilizado como recurso de formação continuada de leitores. E, nesse sentido, afirmamos que as histórias de vida, das lutas comunitárias e os acervos pessoais são tão importantes quanto os livros, pois cada pessoa, inserida em seu contexto cultural, é fonte de muitas histórias. É principalmente nas pessoas que se encontram as possibilidades de expressão que dão vida a novas histórias, novas linguagens e sugerem a produção de novos livros ou de outras manifestações do conhecimento. (idem, p. 25)

Quanto à sua metodologia, o programa era assim estruturado:

A formação é desenvolvida através de quatro módulos de trinta horas, por um total de 120 horas, com duração que varia de nove a doze meses, ajustando-se à disponibilidade de tempo dos grupos que estão sendo formados. (...) O primeiro módulo se destina principalmente ao exercício da apropriação coletiva de um acervo básico de histórias, constituído de clássicos da literatura infanto-juvenil e do acervo mais recente da literatura produzida no Brasil, preocupada com a questão da identidade e da formação cultural do povo brasileiro – foi desenvolvido um segundo módulo, articulando a leitura à produção escrita de histórias, memórias, cartas, relatos de experiência. A demanda para a criação de acervos nos centros de educação e cultura popular inspirou a criação de um terceiro módulo, cujo conteúdo, além de trazer os princípios básicos de organização de acervos, responde as questões levantadas pelas educadoras na tarefa de experimentar oficinas de leitura em seus locais de trabalho. O quarto módulo consiste no monitoramento dos projetos de leitura que resultam do processo de formação, orientando para a sistematização e a reflexão documentada sobre a experiência realizada. (CCLF, 1994, p. 3-4)³⁸.

Posteriormente, em 2005, o Programa Manuel Bandeira de Formação de Leitores foi desenvolvido pela recém-criada Gerência de Biblioteca e Formação de Leitores (GBFL), pertencente a Secretaria de Educação, Esporte e Lazer. Tendo estabelecido como foco a revitalização das bibliotecas escolares, houve uma reestruturação dos espaços de leitura nesses ambientes, e instituiu-se as '*professoras de biblioteca*', que atuaram pedagogicamente num espaço de ampliação das aprendizagens, além do fomento a uma equipe de mediadores

³⁸ CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE. Oficinas de Leitura Aprendendo a Gostar de Ler: Fundamentos e Sistematização do Método. Olinda: CCLF, 1994.

de leitura, composta por universitários de diferentes cursos. Citando o documento de sistematização sobre tal Programa, situa-se que:

Optou-se pelos estudantes universitários de Ciências Humanas, especialmente dos cursos de Letras, História, Artes, Música e Pedagogia, por entender que eles apresentavam um perfil mais compatível, principalmente pelo aspecto multidisciplinar. Na perspectiva da GBFL esta estratégia é avaliada como bem sucedida em parte pelo perfil multidisciplinar do grupo de mediadores, que possibilita a realização de situações diversificadas de produção de linguagens. Além disso, o incremento do entusiasmo e do idealismo juvenil impulsionou a revitalização, gerando um dinamismo permanente no dia a dia das bibliotecas. Por outro lado, o estágio propicia aos jovens estudantes a oportunidade de uma imersão na realidade das escolas públicas, com possibilidade concreta de intervenção transformadora. (BANDEIRA et al, 2009, p. 40-41)³⁹

Propiciando às bibliotecas escolares um ambiente mais dinâmico, as organizadoras do Programa atestam que:

Entre os resultados da experiência, registrou-se a descoberta das professoras como agentes da expressão do contar. Elas foram instigadas a buscar na memória de infância a relação com os bons narradores e a reconstituição de contos da tradição oral que marcaram suas infâncias, integrando-os aos seus acervos, para serem recontados às crianças. (...) A importância atribuída ao poder da palavra foi apreendida de forma subjetiva pelas professoras de biblioteca que começaram a se perceber como agentes transformadoras da realidade, passando de meras transmissoras de conhecimento a sujeitos ativos na construção de uma biblioteca enquanto lugar de convívio e desenvolvimento da expressão. (idem, p. 46)

Outro dos aportes centrais do programa foi a distribuição de kits de livros entre os alunos. Tais obras, escolhidas de acordo com critérios pedagógicos envolvendo a questão do resgate cultural, e atendo-se a poesia - forma de literatura muito apreciada no Recife – teve, no período de 2005 a 2008, cerca de 870.000 livros distribuídos em escolas, para estudantes e professores. No ano de 2009, quando o projeto ainda estava em seu auge político, havia na Rede Municipal de Ensino do Recife cerca de 135 ambientes de leitura, sendo 61 bibliotecas, 36 salas de leitura e 38 cantinhos de leitura, segundo BANDEIRA (idem, p. 54).

Como se percebe, contínuos programas ligados ao Centro de Cultura Luiz Freire e a Universidade Federal de Pernambuco foram responsáveis pela proposição de políticas e práticas de leitura na Região Metropolitana do Recife.

³⁹ BANDEIRA, Carmen Lúcia Bezerra et al. (org.). Programa Manuel Bandeira de Formação dos Leitores: uma política de leitura na Rede Municipal de Ensino do Recife. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2009.

Na próxima seção seguinte, o surgimento da Releitura, bem como a metodologia de trabalho do “*Programa Prazer em Ler*”, do Instituto C&A, serão explicitadas, concluindo tal capítulo com a análise pormenorizada das bibliotecas comunitárias que compõe essa rede local.

4. O PRAZER EM LER & A RELEITURA

4. 1 O PROGRAMA PRAZER EM LER

O Instituto C&A é uma organização sem fins lucrativos que tem por finalidade promover e qualificar, em âmbito nacional, a educação de crianças e adolescentes, atuando por meio de apoios técnicos e financeiros a projetos desenvolvidos em organizações vinculadas ao público infantil. Entre as suas principais ações encontra-se o *Programa Prazer em Ler*, lançado em fevereiro de 2006, o qual, em sua curta trajetória, já apoiou mais de 260 projetos. Como é citado na contextualização do Programa, realizada pela então coordenadora da área de Educação do Instituto C&A⁴⁰:

O Programa Prazer em Ler nasceu no calor das discussões do Instituto C&A em 2005, em busca de uma frente de trabalho que tanto atendesse às demandas sociais apresentadas pelas ONGs, quanto fosse capaz de mobilizar o voluntariado (...) De um caldeirão fervilhante de ideias em torno da educação de qualidade começa a emergir a leitura com a infinita capacidade de se relacionar com a arte, com o teatro, com a dança, com a ciência, e tantas outras áreas do conhecimento. (...) A escolha de um eixo temático para a constituição de um programa, com as características acima indicadas, nos orientou para um trabalho cuidadoso de pesquisa sobre a realidade educacional do país e nos confirmou sobre uma dada situação que sabíamos de antemão: que as condições para o domínio dos códigos básicos de cidadania, quais sejam o domínio da leitura, da escrita e do cálculo, não foram alcançadas. (ÁVILA, 2009, p. 1).

No mesmo documento, onde se nota a importância dada aos diferentes *letramentos* pelos quais as noções de cidadania se constroem, a biblioteca encontra-se é situada como um ambiente extra-escolar a ser apropriado por seus públicos, um local propício à sua formação continuada, encontrando ressonâncias na Declaração de Hamburgo, onde a educação é vista:

⁴⁰ ÁVILA, Alais. Contextualização do programa Prazer em Ler. Barueri: Instituto C&A, 2009.

(..) como um direito ao longo de toda a vida: não mais apenas para crianças, adolescentes e jovens, mas também para as suas famílias, em suas comunidades. Logo, o momento da alfabetização torna-se um passo inicial, o começo de uma longa trajetória de ler e de ver o mundo, com lentes que vão se ampliando para melhor decifrar a realidade. (idem, 2009, p. 3)

Procurando auxiliar no “*desenvolvimento de habilidades diversas, como a de argumentar, criticar, comparar, raciocinar, proporcionando o prazer da fruição estética e a ampliação do universo lingüístico e cultural*”, (idem, p. 3) tal Programa é permeado pelas seguintes perspectivas sobre a leitura:

- a) A perspectiva da leitura como processo de construção de significados;
- b) A perspectiva da leitura literária;
- c) A perspectiva social da leitura ou como processo de construção da cidadania.

De acordo com o exposto no site oficial do Programa Prazer em Ler no Instituto C&A, são três as frentes de ação utilizadas em seu planejamento:

Desenvolvimento - O desenvolvimento de projetos de leitura em diferentes espaços institucionais (ONGs, escolas, bibliotecas e outros) foi a ação inaugural do programa Prazer em Ler e se mantém preponderante até hoje. Tal frente inclui a formação continuada de educadores mediadores de leitura; a criação ou adequação de espaços de leitura nas instituições que são parceiras do Instituto C&A na implementação do programa: a organização de seus acervos; e o apoio ao desenvolvimento de projetos (ou práticas) de leitura.

Disseminação - A disseminação à sociedade da importância da leitura, bem como de boas práticas na área, também é um compromisso assumido pelo programa Prazer em Ler desde o seu lançamento. Na prática, o trabalho engloba a organização de seminários, concursos e premiações, a utilização de diferentes mídias para propagar a importância da leitura, o apoio ou realização de campanhas, a edição de publicações sobre leitura e a participação em feiras e eventos da área.

Articulação - O desafio de promover a leitura em um país de tão poucos leitores como o Brasil não deve ser enfrentado isoladamente por uma ou outra organização – ele é de toda a sociedade. Nesse sentido, a articulação com diferentes agentes sociais que atuam ou podem vir a atuar na promoção da leitura é uma ação fundamental para o programa Prazer em Ler. Esta frente de trabalho inclui a aproximação e a mobilização de outras organizações sem fins lucrativos, bem como de empresas e do poder público, para uma atuação conjunta pela causa da promoção da leitura. (INSTITUTO C&A, 2013)

Assim, o objetivo do programa configura-se como o de promover a formação de leitores, ou, de forma mais pedagógica, '*Contribuir na formação do leitor*', nos dizeres de Volnei Canônica - seu atual coordenador, desenvolvendo o gosto pela leitura por meio de ações continuadas e sustentáveis, atuando também de forma estratégica na articulação com distintos agentes envolvidos na área.

Sendo o principal programa do Instituto C&A quanto ao investimento total, ao número de projetos e à diversidade de ações, o Prazer em Ler entre 2011 e 2012 financiou R\$ 3,8 milhões em 80 projetos de 78 organizações da sociedade civil, com o objetivo de promover a formação de leitores e disseminar o gosto pela leitura. Abaixo, uma Tabela, com base nos dados disponibilizados no último Relatório do Instituto C&A⁴¹, que discrimina o total de públicos apoiados pelo Programa, e pela organização como um todo – de acordo com a faixa etária⁴² e seu envolvimento em tais projetos:

Instituição	Programa Prazer em Ler	Instituto C&A
Projetos apoiados	80	129
Organizações apoiadas	78	126
Crianças	76915	115385
Adolescentes	17891	28765
Jovens	4002	4582
Professores	3476	5081
Educadores mediadores	1800	2988
Familiares	5521	6231
Outros membros da comunidade	5232	48743
Outras pessoas	43100	70000

Tabela 3: Dados sobre Projetos e Públicos Atendidos pelo Programa Prazer em Ler & pelo Instituto C&A (2012)

O gráfico abaixo evidencia a participação estratégica do Programa Prazer em Ler no volume total de patrocínios do Instituto C&A: dos cerca de R\$ 18.485.000,00 de orçamento direcionado ao investimento social, foram alocados R\$ 4.790.000,00⁴³ para todos os seus 80 projetos.

⁴¹ Dados referentes ao biênio 2011/2012.

⁴² Com relação às faixas etárias, foi-se estabelecido o seguinte: crianças, de 0 a 12 anos; adolescentes, de 13 a 17 anos, e jovens, de 18 a 25 anos.

⁴³ Sendo R\$ 3.804.422,34 investido em projetos, e R\$ 981.577,70 na operacionalização do programa. Comparando-se tais valores aos apoios firmados pelo Ministério da Cultura aos

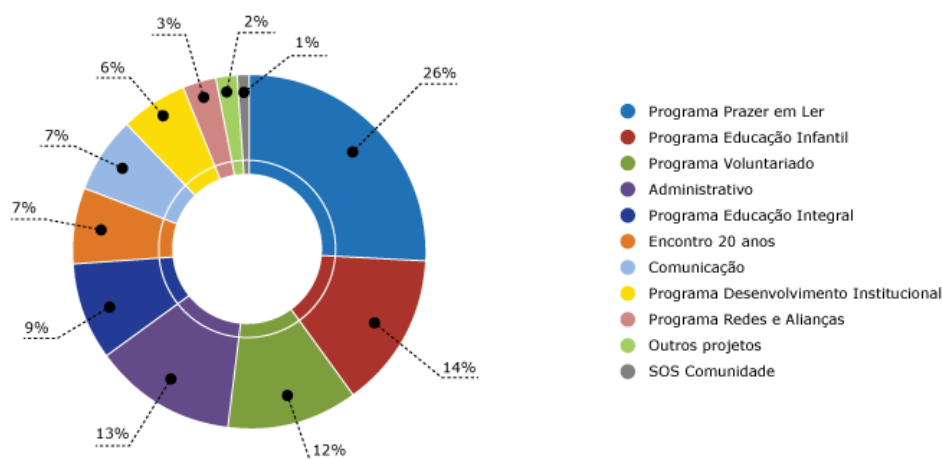


Gráfico 1: Valores Totais (em %) Investidos pelo Instituto C&A (2011/2012)

Algo a se destacar no Programa Prazer em Ler é o entendimento holístico acerca das atividades de um espaço leitor, sinalizando importantes perspectivas de promoção literária ainda não presentes de forma orgânica nos projetos governamentais - como visto no primeiro capítulo desse trabalho. Permeando o planejamento dos espaços componentes desse *rede*, são quatro os eixos nos quais as organizações atuantes devem estruturar suas experiências: *Espaço, Acervo, Mediação e Gestão Compartilhada*⁴⁴. Como é delineado por ÁVILA (2009):

Inicialmente, as instituições apoiadas pelo programa Prazer em Ler foram levadas a refletir sobre o desenvolvimento de um projeto de promoção da leitura nas comunidades onde elas já atuavam. Aproveitando sua experiência de educação com crianças e adolescentes, essas instituições foram estimuladas a planejar seus projetos a partir de indicadores de qualidade de espaço, acervo e mediação. Ou seja, o Programa Prazer em Ler, desde o início, foi pautado pela concepção de que a promoção da leitura deve acontecer em espaços acolhedores e bem constituídos, onde existam acervos diversificados e adaptados aos interesses dos usuários e com a presença de educadores mediadores de leitura capazes de desenvolver comportamentos leitores nas comunidades, formando leitores cada vez mais autônomos e interessados em buscar suas próprias referências no universo literário. (ÁVILA, 2009, p. 1)

Pontos de Leitura (cerca de R\$ 5 milhões para o período de 2008 a 2010), percebe-se a relevância desses aportes.

⁴⁴ Sendo o cerne dos trabalhos desenvolvidos pelo Programa, a esses eixos, recentemente, incluíram-se orientações específicas quanto à *comunicação* dos projetos, bem como na *incidência em políticas públicas de leitura*, procurando melhor divulgar e perenizar as ações financiadas pelo Instituto C&A.

Com relação ao *Espaço*, a organização do ambiente deve contar com:

- local e mobiliário apropriados para guardar e expor livros e os outros suportes de texto,
- uma boa visualização e comunicação com o ambiente externo onde está inserido,
- facilitação do acesso aos objetos de leitura, para que possam aguçar a vontade e a curiosidade de mexer, buscar, localizar, pesquisar e satisfazer o desejo dos usuários,
- presença de diferentes mídias que favoreçam a interação entre diferentes linguagens: acervos bibliográficos, TV, computador com Internet, aparelhos de som e DVD,
- presença de educadores mediadores de leitura durante seu funcionamento para apoiar os leitores em suas buscas e pesquisas e desenvolver atividades planejadas de leitura com os mesmos, e uma programação de atividades de leitura conhecida pelo público. (INSTITUTO C&A, 2009, p. 5)

Dessa forma, o espaço é percebido como um local planejado de forma orientada e adequada para estimular a interação do leitor com os vários gêneros e suportes de leitura, e com outros leitores.

Sobre o *Acervo*, o Instituto pontua:

A principal diretriz que orienta a constituição dos acervos dos espaços de leitura ou bibliotecas apoiados pelo programa Prazer em Ler é de que estes sejam constituídos com livros que expressem a diversidade e a qualidade da literatura e com outros suportes de texto que sejam relevantes e adaptados aos interesses do público atendido. (idem, p. 6)

Compreendendo livros e outros suportes relacionados a literatura, levando em consideração critérios de qualidade e interesses dos leitores, organizados de forma a propiciar a autonomia na escolha, o desenvolvimento de seu acervo constitui-se como elemento chave no apoio à formação do hábito leitor.

Já a Mediação, considerada como um eixo responsável por orientar e promover o desenvolvimento do gosto pela leitura e da cultura leitora nas comunidades onde os projetos estão inseridos, apresenta o seguinte contexto:

O Programa Prazer em Ler tem trabalhado na perspectiva de que o educador mediador de leitura é a figura central para possibilitar a mudança no comportamento leitor nas comunidades em que está inserido. Seja através da biblioteca escolar, de salas de leitura em organizações não-governamentais ou de Bibliotecas Comunitárias, esses profissionais vêm atuando no sentido de promover o gosto pela leitura entre crianças, adolescentes e seus familiares. Adotando esta estratégia de longo termo, o Programa Prazer em Ler investe na formação desses profissionais, começando com o estímulo para que eles desenvolvam uma maior intimidade com a leitura literária, algo ainda limitado mesmo entre o público de educadores brasileiros. (idem, p. 7)

Com relação a(o) mediador(a) desejado(a), descreve-se que ele(a) deve:

- Aproximar leitores potenciais ou aprendizes da leitura dos objetos portadores de texto (livros, jornais, revistas, textos escritos disponíveis, Internet, etc).
- Seduzir os leitores, aproximando-os dos textos, usando argumentos que os convençam do prazer da leitura, da beleza e riqueza dos textos.
- Orientar os leitores para que desenvolvam intimidade com os vários tipos de texto, sobretudo entre aqueles que precisam ainda desenvolver uma relação mais íntima com a leitura.
- Compartilhar saberes, renovando velhas significações, instigando o pensamento na busca de outros significados, contrapondo diferentes visões e entendimentos. (idem, p. 7)

Grande parte da atenção dedicada no Programa Prazer em Ler é referente a atuação dos mediadores. Há um breve '*roteiro*' que descreve detalhadamente como as atividades realizadas por ele devem ser estruturadas:

Descrição das Atividades Realizadas pelo Mediador/Gestor com sua Equipe:

1. Elaboração do plano de desenvolvimento do espaço de leitura de forma participativa com os leitores e outros agentes do espaço de leitura. O plano é realizado com base no projeto de leitura e deve conter: objetivos, atividades, horários, acordos e responsabilidades quanto a:
 - a) planejamento da organização e funcionamento do espaço;
 - b) definição sobre a organização do acervo, especialmente de literatura;
 - c) programação semanal, mensal ou de eventos pontuais de atividades de leitura;
 - d) atendimento e orientação para empréstimos dos livros;
 - e) orientação de pesquisas e outros serviços oferecidos pelo espaço.
 - f) definição dos procedimentos e instrumentos para monitoramento e avaliação do projeto.
2. Produção de materiais de comunicação do projeto e das programações do espaço de leitura de modo a dar maior visibilidade às atividades realizadas na biblioteca. Isto pode ser feito por meio de:
 - elaboração de um plano de comunicação, incluindo: contatos e/ou encontros com diferentes lideranças comunitárias para divulgar sistematicamente a programação de leitura realizada no espaço de leitura e convidar os moradores para participar dos eventos; programações conjuntas com outras organizações locais: organizações governamentais, escolas, grupos comunitários, bibliotecas, etc. exposição de materiais de informação sobre as produções e programação do espaço de leitura nos locais de grande circulação de moradores da comunidade: comércio, postos de saúde, escolas, espaços de convivência entre outros. (idem, p. 8-9)

Retomando ÁVILA (2009), o(a) mediador(a) deve ter em consideração que:

Uma boa mediação é feita de encontros bem-sucedidos, em que o mediador, levado por sua paixão e por seu desejo de compartilhar o gosto de ler, o transmite em uma relação personalizada. Petit aprofunda o sentido desta relação ao afirmar que o mediador é alguém que acolhe, que recolhe as palavras do outro e com ele estabelece um vínculo parecido com o amor, sem deslizar-se para uma mediação do tipo pedagógico. Por isso o seu papel é o de estabelecer pontes. Ele está em uma posição chave para levar os principiantes da leitura a acertarem em suas escolhas e para isso o conhecimento do acervo é fundamental. O mediador então se associa ao que um jovem disse sobre o que é uma biblioteca ideal: é aquela que quando entramos para buscar um certo livro, encontramos outro, nos dizers de Michele Pétit. Mediar a leitura nem sempre é ler histórias para que possíveis futuros leitores venham a desenvolver o gosto pela leitura. (ÁVILA, 2009, p. 4)

Por sua vez, a Gestão Compartilhada é fundamental para o trabalho do Programa Prazer em Ler. De acordo com Cida Fernandez⁴⁵, bibliotecária do CCLF, e consultora de tal programa: *“A gestão é o maestro da orquestra, dela depende a harmonia dos demais eixos – espaço, acervo e mediação – e, conseqüentemente, o sucesso do projeto”*. (INSTITUTO C&A, 2009, p. 10). Segundo o Instituto *“é de responsabilidade do gestor o cuidado com o espaço e sua preparação para as diferentes atividades de leitura, o cuidado com o acervo e a promoção da interatividade do leitor com outros leitores e com os livros”*. (idem, p. 11) O gestor dos projetos de leitura é visto como um articulador responsável em agregar seus esforços ao de iniciativas locais já existentes, batalhando também pela questão da autonomia de seu espaço, baseando-se em princípios sólidos de ação e indicadores delineados para a avaliação contínua, e participativa, de suas atividades.

Tais eixos englobam a frente de *Desenvolvimento* do programa Prazer em Ler, sendo que diversos eventos e campanhas por ele estimuladas – como as dos movimentos “Por um Brasil Literário”, e “Eu Quero Minha Biblioteca!” – perfilam-se sob a sua *Disseminação*. Completando esse quadro, a *Articulação* pode ser visualizada atentando-se ao amplo trabalho desenvolvidos pelos 15 Pólos de Leitura mantidos pelo país⁴⁶.

⁴⁵ Cida, assim como Carminha, acompanhou boa parte dos projetos antecedentes e culminantes da Releitura, sendo hoje uma destacada figura na luta em prol da efetivação de políticas locais e regionais para a promoção da leitura no Brasil.

⁴⁶ Polo Baixada Literária (Duque de Caxias e adjacências, RJ), Polo Ceará + Leitura (Fortaleza, CE), Polo Conexão Leitura (Rio de Janeiro, RJ), Polo EMredando Leituras (Salvador, BA), Polo Guaralendo (Guarulhos, SP), Polo Leitores em Rede (São Luís, MA), Polo Leitura na Rede (João Pessoa, PB), Polo Ler com Arte (Curitiba, PR), Polo Ler e Ler (Betim, MG), Polo Literasampa (São Paulo, SP), Polo Rede RMR (Região Metropolitana do Recife, PE), Polo

Frutos de uma proposta lançada em 2009, quando fortaleceu-se uma perspectiva de atuação em rede, provocando ações coletivas para o desenvolvimento do programa, os Pólos de Leitura tiveram entre março de 2011 e fevereiro de 2012, de acordo com o instituto C&A, um tempo de afirmação definitiva, reorganizando a própria forma de apoio aos projetos das organizações sociais, pois naquele ano, o Programa Prazer em Ler “passou a apoiar projetos realizados por no mínimo quatro organizações sociais de uma mesma região, articuladas para a formulação de um projeto coletivo de fomento à leitura” (INSTITUTO C&A, 2009, p. 13).

Consequentemente, os Pólos de Leitura ganharam consistência, incidindo diretamente na formulação de políticas públicas locais, como no caso da construção do Plano Municipal do Livro e da Leitura (PMLL), em Porto Alegre. Articulando apoios entre os diferentes atores sociais, promovendo debates, o Pólo coordenado pelo articuladores do Centro de Integração de Redes Sociais e Culturas Locais (Cirandar) foram responsáveis pela tessitura do primeiro PMLL de uma capital brasileira, sancionado em março de 2012. Atualmente, os demais Pólos vêm fazendo um grande esforço para articular os atores envolvidos com o livro e leitura em seus municípios e Estados, visando a construção e efetivação dos PMLLs e Planos Estaduais do Livro e da Leitura (PELLs). Ressalta-se a dificuldade inerente a esse esforço, já que os antecedentes históricos ainda ressoam na centralização e morosidade de políticas públicas para leitura no país. Ultrapassar a fronteira do livro e repousar suas bases sobre o sujeito leitor, um dos motes a ser observado para a promoção literária no país, apresenta-se como algo afeito às preocupações do Programa Prazer em Ler, o qual, como visualizado, estabelece, por meio de projetos coletivos que planejam ações de promoção de leitura e formação de leitores, volta-se à incidência em suas políticas *estruturantes*; sendo assim tal rede de Pólos são protagonistas na recente consolidação de marcos legais nesse campo no Brasil.

Procurando contribuir ao registrar, refletir e sistematizar algumas dessas *iniciativas alternativas*, procura-se na próxima seção oferecer um retrato aproximativo do Pólo de Leitura da Região Metropolitana do Recife, visitado por duas vezes em 2010⁴⁷, buscando demonstrar parte de suas articulações locais conjuntas, detalhando suas fontes de financiamento e parcerias, monitorando parte de sua execução, em uma análise que estrutura-se sobre os quatro eixos citados de atuação do Programa Prazer em Ler.

4. 2 RELEITURA: Bibliotecas Comunitárias em Rede

A Releitura é uma ampla rede de educadores populares que tecem seus esforços em uma construção coletiva, ensejando a emancipação social de suas comunidades - tendo a leitura como um catalisador nessa luta. Ela é fruto de iniciativas que remontam a abril de 2007, quando:

um grupo de quatro bibliotecas comunitárias, entre elas duas parceiras do Programa Prazer em Ler, do Instituto C&A de Desenvolvimento Social, começaram a se encontrar uma vez ao mês, inicialmente com a perspectiva de auto-formação a partir da leitura e discussão de textos teóricos sobre as temáticas voltadas à formação de leitores. Nesses momentos, evidenciou-se a necessidade urgente de um espaço de discussão sobre a realidade de cada entidade, colocando em segundo plano o projeto original de estudo e aprofundamento teórico. Conhecer-se mutuamente mostrou para esses grupos o quão fundamental é estabelecer e manter o diálogo; compreender a realidade geral e as realidades particulares; conhecer atividades comuns (como construção e manutenção do acervo e ações de mediação de leitura); relatar esforços e contextos específicos; discutir as dificuldades para o desenvolvimento de uma cultura leitura nas comunidades, e buscar alternativas conjuntas. Nesses debates e identificações, percebeu-se também o quão estratégico é o conhecimento e a apropriação sobre o fazer, intervir e controlar as políticas públicas de democratização do livro, da leitura e

⁴⁷ Viagem realizada em dezembro de 2010, nas primeiras 7 Bibliotecas Comunitárias relacionadas; conheci brevemente os coordenadores das outras 2 Bibliotecas, mas não tive, infelizmente, acesso às suas experiências. Agradeço ao apoio essencial da Ashoka Foundation e do Instituto C&A, que possibilitaram o intercâmbio, pelo Centro de Cultura Luiz Freire que cedeu o espaço para a reunião de sistematização parcial desse documento, e, especialmente a Reginaldo, Carminha, Gabriel, e todos as mediadoras e mediadores desses mágicos espaços, além das inesquecíveis crianças poetisas da comunidade Shekiná, que com sua leitura de Bandeira, me fizeram ler o mundo novamente com um sorriso.

das bibliotecas, nesse processo de formação de uma sociedade leitora. (RELEITURA, 2013⁴⁸).

Conseguindo o financiamento em 2008, depois de remeter um projeto ao Instituto C&A, foram realizadas capacitações técnicas e discussões coletivas em torno das ações presentes nessas bibliotecas. Mais uma vez, o Centro de Cultura Luiz Freire ofereceu seu apoio estratégico em prol desses esforços de ação pedagógica comunitária, contribuindo na “ação de massa” pioneira da Releitura - uma campanha metropolitana de arrecadação de livros intitulada “*Para gostar de ler, precisamos de livros*”, lançada em outubro de 2008, numa coletiva de imprensa, em que estiveram presentes, além dos principais meios de comunicação escrita, falada e televisionada, os representantes dos escritórios regional e nacional do PNLL no Ministério da Cultura. Desde então, muito tem sido feito em prol dessa Rede, que hoje é um dos Pólos de maior destaque junto ao Programa Prazer em Ler. Para a Releitura (2013):

as ações em Rede *energizam* cada uma das organizações, que passam a contribuir com as ações já realizadas. Todas as organizações têm o objetivo de fortalecer as ações de leitura e democratização do acesso ao livro e demais suportes de informações. Essas organizações entendem a importância do acesso ao livro e à leitura em suas diversas modalidades: informativa, formativa e recreativa, como um direito humano, fundamental para o desenvolvimento pessoal, social e comunitário. (idem)

A seguir, um panorama das Bibliotecas Comunitárias componentes da Releitura visitadas pelo autor será traçado, composto por um histórico de cada instituição (e eventualmente de sua comunidade) que antecede a explicação pormenorizada de suas atividades baseadas nos quatro eixos do Programa Prazer em Ler.

⁴⁸ Histórico recolhido no site da Releitura; <http://releitura.wordpress.com>

4. 2. 1 BIBLIOTECA COMUNITÁRIA DO INSTITUTO PERÓ [BAIRRO PIEDADE, JABOATÃO DOS GUARARAPES]





*Fig. 8 a 12: Biblioteca Però & Associação Instituto Però
Jaboatão dos Guararapes (PE)
Investimento: R\$ 20.277,00*

Participantes: 178 crianças, 170 adolescentes, 38 jovens, 22 professores, 44 familiares e 311 outros membros da comunidade

A visita as Bibliotecas da Releitura iniciou-se em Jaboatão dos Guararapes. Na Biblioteca Comunitária mantida desde 2008 pelo Instituto Però fomos recepcionados⁴⁹ por Delia, Michele - ambas há 2 anos no local - e Rodrigo - naquele momento, com 3 semanas ali. O incentivo a leitura é realizado junto a crianças que já eram previamente atendidas pelo Instituto Però - o qual desenvolve atividades culturais ligadas a música e dança. A experiência tem

⁴⁹ Em todas as viagens fui gentilmente acompanhado pelo amigo Reginaldo, coordenador da Biblioteca Comunitária Caranguejo Tabaiães.

amplo reconhecimento, visto que se trata de um Ponto de Leitura, do MinC, e o local possui uma de suas experiências premiadas com o prêmio Vivaleitura, também do MinC.

O Instituto Però Arte & Cidadania surgiu em 2004, devido a idéia de alguns dos empreendedores do Shopping Guararapes em construir um espaço para garantir o acesso à educação e cultura, principalmente para as crianças da região onde ele fica instalado. *Peró*, inclusive, é uma palavra em tupi-guarani que significa criança. Um galpão abandonado dentro do estacionamento do Shopping foi o espaço que abrigou originalmente a instituição, que hoje conta com uma ampla biblioteca voltada ao público infantil.

Mediação

- Para as atividades de mediação, os arte-educadores da Biblioteca participam de seminários locais sobre o assunto, bem como recebem formação continuada do Instituto C&A. A formação complementar dos membros envolvidos [pedagogia, artes plásticas, letras] é um ponto positivo, para um relacionamento mais amplo com os participantes da Biblioteca.
- Há uma separação do público leitor em 4 turmas, o que possibilita um atendimento melhor orientado, favorecendo a mediação ali propiciada. Tais '*Grupos Focais*', para os quais são planejadas atividades específicas em relação às leituras a serem propostas, são separados em duas faixas etárias: uma dos 7 aos 11 anos, e outra dos 12 anos em diante. Na época da visita, existiam 2 grupos para cada faixa.
- Como um serviço de extensão, existe o 'Baú da Leitura', distribuído para escolas públicas da cidade de Jaboatão, onde são realizadas contações de histórias visando efetivar o vínculo desse público com a leitura. Em tais atividades *conjuntas* de mediação, existiam, na época da visita, 10 voluntários do Instituto C&A [para isso, o fato da Biblioteca Comunitária ser quase contígua a sede local do C&A, no Shopping, é um facilitador]

e mais 4 membros do Instituto Però. Imersos no pensamento de que a Biblioteca Comunitária desenvolve ‘atividades de elevação da escolaridade’, como foi relatado na entrevista, é de se destacar tal aproximação realizada nas escolas locais.

- Mensalmente é realizada uma reunião junto aos pais e mães dos jovens envolvidos no projeto; trata-se do ‘Movimento Integração’. Nesses encontros são discutidas temáticas específicas como o tema ‘África’ – sendo então debatida a questão do preconceito racial, por exemplo.

Acervo

- Com cerca de 3000 itens, a maioria dos livros encontrados no local era recente, estava higienizado, e bem disposto junto as prateleiras - contando com o uso de recursos como o *livro-espelhado*, apregoado em ambientes como livrarias para a maior atração do leitor quanto a obra. Seu acervo é classificado de acordo com uma padronização por cores elaborada pelo Centro de Cultura Luiz Freire, e disponibilizada em uma Cartilha⁵⁰.
- Havia muitos DVDs no local, mas cerca de 120 foram furtados - uma situação problemática para os gestores do projeto. Mesmo assim, a equipe contava na época com o desejo de criar um Cineclube no local.
- O controle do acervo era realizado, naquele instante, por planilhas do Excel⁵¹; também havia carteirinhas para o empréstimo. Com a finalidade de diminuir roubos, até então constantes, foi instituída a ‘multa educativa’, de R\$0,50 por dia de atraso. Visando a coleta de opiniões quanto a novos livros, mantinham um Livro de Sugestões no local.

⁵⁰ FERNANDEZ, Cida. Os desafios da organização técnica de acervos literários: algumas dicas para a construção de uma classificação amigável. Olinda: CCLF, 2008 (*circulação restrita*).

⁵¹ Recentemente o OPAC BibLivre foi escolhido para uso geral da Releitura, algo a ser realizado com o apoio do Departamento de Biblioteconomia da UFPE; espera-se que tal parceria tenha bons proveitos, desenvolvendo a autonomia dos membros envolvidos.

- Havia distribuição do material considerado como sendo de ‘baixa qualidade literária’ para compor o acervo. Com relação a doações, além do fato de ter garantida a renovação de seu acervo por ser um Ponto de Leitura, ocasionalmente tinham obras cedidas pela Editora Abril.
- Algo a ser citado é o incentivo a produção própria de materiais para compor o acervo da Biblioteca. Isso ocorreu no projeto ‘*Que Chita Bacana*’ – onde eram confeccionados livros ilustrados com chita, com o apoio de uma arte-educadora. Em reconhecimento ao grande êxito da idéia, essa experiência foi premiada com o VivaLeitura, em 2010.

Espaço

- Contando com um amplo espaço para a leitura, a Biblioteca tem em suas paredes vizinhas salas que utilizadas para atividades de dança e música do Instituto Però.
- O mobiliário é novo, organizado de forma agradável, e a Biblioteca conta com *puffs* e tapetes pelo chão.
- O local foi certamente um dos melhores espaços de Bibliotecas Comunitárias visitado; mesmo com dimensões limitadas, o *aconchego* é grande - graças a limpeza e organização que garantem uma ambiência agradável.

Gestão

- Os principais mantenedores da Biblioteca são os empreendedores do Shopping Jaboatão; existe uma vinculação administrativa e financeira direta entre ambas as partes.

- Por meio das reuniões do '*Movimento Integração*', com os pais e mães, são colhidas opiniões que permitem readequar o que é desenvolvido na Biblioteca.
- Para orientar as atividades que viriam a ser realizadas pelo Instituto Però, em 2005 foi realizado um '*Plano Conjunto de Informações sobre a Comunidade*', o qual ajudou a delinear os serviços da Biblioteca. Seria interessante a continuação de tal *Estudo Sistematizado de Comunidade*, bem como a conversa e troca de experiências junto aos demais componentes da Releitura sobre pesquisas semelhantes já realizadas; na seção final desse Relatório, há maiores detalhes quanto a dados específicos a se considerar nesse quadro.

Outros Aspectos

- Permeando a 'economia criativa', ou mesmo dentro do contexto da 'economia solidária', os membros das Bibliotecas desenvolviam oficinas de *bisqui* (uma massa de modelar) para as mães dos seus leitores mirins; um estímulo relevante para que elas pudessem ter uma fonte complementar de renda, caso quisessem. Ampliar e aperfeiçoar tais formações seria uma forma interessante de fortalecer esse elo com tal público, ampliando as ações da biblioteca.
- Havia uma estrutura para banda larga, possibilitada por uma parceria com uma loja de informática do Shopping. A biblioteca inclusive mantém um blog próprio⁵², além de ajudar na alimentação do site da Releitura. Ainda em relação a divulgação de suas atividades, há sempre um espaço reservado no jornal do Shopping Guararapes, e um Painel nesse centro comercial, para expor suas novidades.
- Um dos principais problemas mencionados, na ocasião da pesquisa, foi a inexistência de um programa automatizado para uso na Biblioteca.

⁵² INSERIR BLOG DA BIBLIOTECA PERÓ

Isso facilitaria, por exemplo, na escolha dos 'Leitores do Ano', premiação que eles oferecerem aos leitores que mais retiram livros no espaço.

- Em 2010, foi observado pela equipe da Biblioteca - por meio de uma sistematização de suas atividades - que uma maior aproximação com as escolas, por meio do Baú da Leitura, deveria ser estimulada.

4. 2. 2 BIBLIOTECA COMUNITÁRIA DA CRECHE LAR MEIMEI [BAIRRO NOVO, OLINDA]





Fig. 13 a 17: Biblioteca e Creche 'Lar Meimei'

Olinda (PE)

Investimento: R\$ 18.885,01

Participantes: 91 crianças, 69 adolescentes, 17 jovens, 15 professores, 46 familiares
e 76 outros membros da comunidade

A segunda visita aconteceu em Olinda, no Bairro Novo. Na Creche do Lar Meimei, Flávia, educadora da Biblioteca Comunitária, nos acolheu. A história dessa biblioteca começa em 2000, com o estabelecimento do '*Projeto Brotar*', no qual houve formações específicas para os professores, incluindo-se a questão da leitura⁵³. Em 2002, firmou-se uma parceria com a prefeitura de Olinda - responsável por parte dos gastos com Recursos Humanos do local, bem como pela merenda da creche – além da obtenção de recursos junto ao Instituto C&A; o Centro de Cultura Luiz Freire, nesse momento, começa a prestar assessoria técnica ao projeto, graças a Cida Fernandez.

A Biblioteca do Lar Meimei foi uma das instituições pioneiras da Releitura, ao lado do CEPOMA e do Movimento Cultural Boca do Lixo, integrando a rede desde 2007. Com o apoio do PPL, a rede nasceu naquele momento por meio do projeto "*Lendo e Acontecendo*". Segundo Flávia, de 2006 a 2007 houve apoio do Instituto C&A para adequações na infra-estrutura e para a formação dos quadros da biblioteca; em 2008 e 2009 o foco esteve na qualificação de tais articuladores.

De acordo com dados citados por Flávia, o público real que frequenta a biblioteca da instituição abrange voluntários da creche, educadores, familiares, voluntários da biblioteca e público externo, numa média mensal de 130 pessoas. Além da direção de duas mediadoras, a biblioteca recebia o apoio de quatro voluntários, atendendo uma média de 207 usuários potenciais. São realizadas ações culturais no local tais como "conto na praça" e "contação de leitura" nas escolas do bairro.

Por sua vez, a Creche Escola Irma de Castro, ou 'Lar Meimei' é uma instituição filantrópica sem fins lucrativos, de assistência à criança carente, que há 22 anos vem promovendo a integração social e a educação de diversas crianças cujas mães ou responsáveis trabalhem no setor informal, ou que sejam portadores de quaisquer dificuldades que venham a comprometer o desenvolvimento integral de seus filhos. Atende comunidades próximas ao

⁵³ Nota-se, nesse sentido, a característica multiplicadora das atividades formativas em leitura, que iniciando-se no meio escolar, muitas vezes extrapolam seus muros.

Bairro Novo e aos Bultrins - mais especificamente as de Vila Esperança, Alto da Mina, Praia Verde, Invasões do Bonsucesso, Barreira do Rosário, Bultrins e Jardim Frágoso. São atendidas aproximadamente 80 crianças, em fase pré-escolar (2 a 6 anos), um serviço indispensável frente a demanda não totalmente atendida em relação a esse público.

O nome da instituição teve origem na homenagem feita a Irma de Castro, mineira, apelidada carinhosamente pelo esposo de 'Meimei' que significa "querida" ou "bem-amada" no idioma japonês. Meimei dedicou parte de sua vida à arte de ensinar. Levava as crianças a amarem os livros e os estudos com a intenção de "libertar as consciências da ignorância". De inspiração cristã, a iniciativa é fruto de grupo de antigos dirigentes do Grupo da Fraternidade Espírita Guillon / Domênico, que criou em março de 1980 a Mini Escola Creche Lar Meimei. Hoje a entidade possui personalidade jurídica independente, mas preserva os princípios da Fraternidade Cristã em suas atividades.

No folder da Biblioteca cedido por Flávia, o "*Espaço de Leitura*", do "*Projeto Lendo e Acontecendo*" apresenta como missão "*Contribuir para o desenvolvimento integral de crianças carentes na faixa etária de 02 a 06 anos, residentes no entorno de Bairro Novo em Olinda - PE, seus familiares e a comunidade fortalecendo a promoção bio-psicosocial, cultural, lúdica e literária*"; e o objetivo do "*Projeto de Leitura*" é o de "*Fortalecer e contribuir na formação de leitores conscientes*". Além de apresentar o horário, a forma de cadastro, e as "*atividades realizadas dentro e fora do espaço de Leitura*" - classificação e catalogação; empréstimo e devolução, roda de leitura; roda de poesia; oficina de leitura; um conto que anda (na praça), há um poema de Carlos Drummond de Andrade, que nos lembra a *palavra-mundo* freiriana:

A palavra mágica
Certa palavra dorme na sombra
De um livro raro.
Como desencantá-la?
É a senha da vida,
A senha do mundo
Vou procurá-la...

A seguir, a análise de acordo com os eixos do programa Prazer em Ler:

Mediação

- Além de Flávia, coordenadora da biblioteca, Márcia atuava como mediadora, atendendo ao público infantil bem como a familiares e freqüentadores externos. De acordo com Flávia, essa contadora de histórias era pedagoga, com formações específicas na área de leitura. Havia também o acompanhamento de um fonoaudiólogo, que trabalhava no apoio junto às mães e gestantes, facilitando a questão do desenvolvimento da linguagem nesse público.
- No local, são realizadas rodas de leitura (de manhã e à tarde), trabalhos com poesias, confecção de literatura de cordel, envolvendo a biblioteca no campo da arte-educação, próxima ao trabalho pedagógico desenvolvido pela creche. Tudo o que é realizado internamente visa a conscientização cívica por parte desses alunos, algo preconizado por instrumentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Embora o foco da Biblioteca seja o público infantil, pois se trata em primeira instância de uma biblioteca escolar, suas atividades são estendidas para os jovens e demais públicos da comunidade. Há rodas de leitura com mães e gestantes, em um trabalho semelhante ao que observou-se no Instituto Però, no 'Movimento Integração'. Oficinas de leitura em ambientes próximos, como escolas e praças, também eram feitas, eventualmente.

Acervo

- Os livros eram conseguidos sobretudo por doação, feitas em campanhas conjuntas - nas quais há o apoio de um supermercado da região. No momento da entrevista (2010), não existia verbas específicas da Releitura para essa questão. Contando com cerca de 3500 itens, o acervo era organizado de acordo com a cartilha de separação por cores

elaborada pelo Centro de Cultura Luiz Freire, algo assimilado por muitos dos integrantes da Releitura, nota-se. Havia um controle dos livros por meio de um catálogo do Excel, onde as obras eram localizadas pelo seu número tombo, ou por seu gênero - algo apontado como de “*difícil definição*”, pela coordenadora do espaço. Os empréstimos eram organizados em pastas separadas pelo tipo de público que frequentava o espaço - externo / interno, faixa etária ou sala etc.

- Os itens componentes da biblioteca eram variados - além dos livros infantis, havia um variado material pedagógico de apoio, como livros paradidáticos, vídeos infantis, revistas e brinquedos. Livros didáticos são sempre conseguidos de forma mais fácil, mas tais obras de apoio, importantes no desenvolvimento da aprendizagem infantil, por seu caráter lúdico e informativo, tem uma circulação mais restrita junto a essas bibliotecas, que preconizam materiais menos restritos quanto ao seu uso, privilegiando a *leitura literária* em seus acervos.

Espaço

- O Lar Meimei dispõe de 4 salas de aula amplas, ventiladas e com boa iluminação, 1 biblioteca onde funciona também a brinquedoteca contendo um laboratório de informática com jogos adaptados à faixa etária. Há 4 banheiros com vasos sanitários e chuveiros adaptados e em número suficiente para atender ao quantitativo de crianças. Existem também 3 banheiros para adultos, 2 escovódromos, refeitório, cozinha, secretaria, sala de coordenação, área livre para lazer, e um rol de entrada que funciona como espaço de espera.
- Com uma estrutura, que comporta cerca de 80 crianças, o espaço poderia ser ampliado. A Biblioteca, por exemplo, é '*calorenta*' - como indica um dos membros da Releitura em relação à algumas daquelas

iniciativas⁵⁴. Mesmo assim, o local é limpo, arejado o suficiente para o bem-estar das crianças que ali frequentam.

- Como pode ser observado pelas fotos no início desse excerto, há um grande cuidado da Flávia e das demais integrantes da Biblioteca com o ambiente da Biblioteca, que conta com diversos itens e materiais produzidos no local, tanto pelas coordenadores, como pelas crianças; temas como o folclore são muito utilizados, sobretudo.

Gestão

- A razão social da biblioteca, na época, pertencia ao Lar Meimei - que por sua vez tinha oito diretores, algo que segundo nos relatou Flávia, gerava uma certa dificuldade administrativa. Constava nos planejamento da biblioteca possuir um CNPJ próprio, graças ao apoio conseguido recentemente junto a UFPE com esse objetivo - de regularização jurídica, para celebração de convênios.
- Destaca-se uma interligação entre as atividades da biblioteca e o planejamento pedagógico da creche; por meio dos 'temas' a serem trabalhados junto às crianças, os esforços e atividades da creche e do espaço de leitura eram integrados.
- Com relação a gestão do projeto da Releitura, Flávia, como visto uma das fundadoras de tal rede, destacou a importância do trabalho em pólo, ressaltando o valor positivo de sua 'administração rotativa', que possibilitava uma contínua construção coletiva em prol da leitura.

Outros Aspectos:

- O aprendizado de tecnologia, uma demanda do local - e mesmo da Releitura - de acordo com uma esclarecedora expressão da

⁵⁴ Planejava-se a instalação de um ar-condicionado no espaço.

coordenadora Flávia, é um "*processo cármico evolutivo*". Há Internet no local, e até já foi realizado um curso de informática com as mães, porém sente-se uma necessidade de uma maior atenção quanto a esse campo no trabalho da Releitura. Como já relatado, haverá a migração dos registros das obras das bibliotecas da Releitura para o OPAC BibLivre, com o apoio do Departamento de Biblioteconomia da UFPE.

- Não há um estudo sistematizado de comunidade condensado, mas existe um controle das características das famílias que tem seus filhos inscritos na creche. Tais dados, de caráter sócio-econômico, podem ser utilizados em conjunto com informações provenientes de órgãos oficiais locais (dados que contemplem indicadores *setorizados* de educação e cultura, por exemplo), visando o melhor planejamento das atividades, possibilitando o acompanhamento de impactos do projeto a médio e longo prazo.

4. 2.3 BIBLIOTECA COMUNITÁRIA 'OS BRAVISTAS' [OURO PRETO (ZONA RURAL), OLINDA]





Fig. 18 a 21: Biblioteca 'Os Bravistas' & Creche Educacional Shekiná

Olinda (PE)

Investimento: R\$ 18.880,00

Participantes: 515 crianças, 147 adolescentes, 34 jovens, 962 professores e 116 familiares

O ‘*Centro Educacional, Social e Cultural Shekina*’ tem como lema “*educar para a vida*”, em um claro indício da sinergia entre a educação oferecida às crianças e o universo que os circunda, pelo qual desenvolvem suas primeiras leituras do mundo. Localizado na Zona Rural de Olinda, distante do aclamado Centro Histórico, o ambiente é amplo, sempre repleto de crianças. Não somente eu fiquei impressionado com a alegria demonstrada pelas crianças de lá, pois assim foi o relato dos estudantes de Biblioteconomia da UFPE, da disciplina de Serviço de Referência:

Não se sabe se é pelo clima bucólico da região ou se são reflexos das fábulas presente no cotidiano da meninada, que faz a nossa aura transcender o óbvio discurso de que a creche é apenas recinto de atividades lúdicas para crianças cujos pais, precisam passar o dia inteiro fora para trazer o alimento. Não! A visão que se tem de lá, logo na entrada, é de que as pessoas formam uma espécie de extensão da família, e as atividades educacionais, didáticas e recreativas, misturam-se como formula mágica enaltecendo o ego tanto dos funcionários (sempre engajados pela causa), das crianças (sempre alegres e saltitantes), dos pais (que vê na instituição uma saída, ou melhor, uma entrada para a inclusão de seus filhos na sociedade) e dos visitantes (que assim como nós, ficam deslumbrados de como ações sociais ininterruptas ajudam a transformar o cidadão)⁵⁵.

Em uma das fotos inseridas, estive frente a um grupo de crianças que estava em aula, no período diurno. Eles recitaram, de *cór*, dois poemas de Manuel Bandeira - talvez um dos momentos mais marcantes pra mim naquela inesquecível ‘*visita de campo*’.

Pertencente ao Centro Shekina, a Biblioteca Comunitária “*Os Bravistas*” surgiu em 2008, no espaço que antes abrigava um canil. O nome da biblioteca foi escolhido pelos alunos, pela relação estabelecida com o projeto “*Um final de semana feliz*”, da ALCOA, chamado “*Os Bravos*”, responsável pela estruturação do ambiente. Sua inserção na Releitura ocorreu em 2010. Selma, coordenadora do espaço de leitura, possui o Magistério, e trabalhava na creche Meimei. Aceitando o convite da diretora da creche, foi convidada por Rita Telles, diretora da Shekina, para ficar no espaço por 2 meses, e acabou ficando mais de 4 anos. Contando em seu início com cerca de 250 livros, teve originalmente o apoio da Biblioteca Comunitária Caranguejo Tabaiaries, que doou mais 500 obras. Desde então vem contando com outros apoiadores,

⁵⁵ Disponível no blog da disciplina de Srvços em Referência da Informação, do Derpartamento da Biblioteconomia da UFPE: <http://bibliotecascomunitariasrecife.blogspot.com.br/>

possuindo atualmente um acervo com mais de 3000 livros. A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira, de manhã e tarde.

Mediação

- A biblioteca lida com crianças da zona rural, de duas faixas etárias: até os 7 anos, e também algumas entre os 10 e os 14 anos, que freqüentam o reforço escolar; tais jovens, de acordo com o relato de Selma, são um pouco mais ariscos, pois anteriormente não tiveram bons vínculos com bibliotecas. Suas atividades são diárias, sendo programadas semanalmente sessões específicas de mediação. Existe, por parte da Releitura, formações constantes para que a mediadora tenha seu trabalho aperfeiçoado.
- Há a partilha da leitura com os demais integrantes da comunidade por meio de ações de extensão literária - seja através de rodas de conversas, contação de histórias, festivais e também recitais de poesias, gênero popular no local, de acordo com Selma. De acordo com ela, a própria poesia fez com que eles redescobrissem brincadeiras antigas, em uma verdadeira *retomada* de uma cultura popular submergida, mas ainda resistente, *emergente*.
- Além das atividades com livros, há vários fantoches no local, utilizados no teatro de bonecos - algo que parece ser muito apreciado pelas crianças, que criam seus próprios personagens, estimulando sua criatividade e indiretamente seu próprio poder literário, pelas vias da criatividade, da fabulação, da imersão em novos mundos.
- Por último, é preciso citar o ótimo exemplo do projeto "*4 cantos do conto*", feito por Selma, juntamente com uma apoiadora que fazia o registro de sua mediação, em escolas e creches da cidade de Olinda. Não consegui mais detalhes sobre seu andamento atual, mas tal

parceria entre um esforço comunitário e os entes públicos é um fruto altamente desejável a ser colhido em um âmbito mais amplo⁵⁶.

Acervo

- De acordo com Selma, o acervo era composto por cerca de 3250 livros (sem contar as revistas) com destaque para a coleção de obras infantis, e contando com itens diversificados para o público adulto: os de empréstimo mais freqüente versavam sobre culinária, ou continham muitas imagens - algo justamente planejado pelo fato de parte do público não possuir uma alfabetização plena. Obras de '*auto-ajuda*' e espíritas também eram muito procuradas. Livros didáticos para consulta, por parte de alguns estudantes de Educação de Jovens e Adultos, também eram solicitados.
- Havia um catálogo automatizado, disponível no computador da Creche, e uma versão impressa dele, na biblioteca; possivelmente o BibLivre foi implantado pela biblioteca, graças a parceria já mencionada com a UFPE. Os empréstimos eram controlados por meio de um cadastro básico automatizado, semelhante ao visto no Lar Meimei. A catalogação e classificação do acervo eram realizadas diariamente por Selma.
- Há produção de material próprio pelas crianças: alguns cartazes, bem como algumas obras de chita - algo, como já visto, também trabalhado com êxito no Instituto Perú. A mediadora afirmou que os alunos levam essas obras de chita para casa, em um claro caso de reconhecimento do seu valor artístico. Livros de poesias e de imagens também são feitos pelos alunos do Centro Shekina.
- A arrecadação de novas obras era proveniente de doações - as quais excediam as possibilidades do local - e por aportes do Instituto C&A.

⁵⁶ Observa-se a constante aproximação entre entidades comunitárias e públicas nas bibliotecas componentes da Releitura, um excelente indicador da relevância e amplitude de seu trabalho.

Não havia uma política de desenvolvimento do acervo⁵⁷, algo observado a partir dessa visita, um detalhe técnico que nas outras bibliotecas parece ser no máximo uma vaga preocupação dos coordenadores – os quais atentavam, por exemplo, para a oferta maciça de livros didáticos, considerados como itens a serem deixados de lado, quando já presentes em sua coleção.

Espaço

- O espaço é amplo, arejado e possui ar-condicionado, essencial em ambientes tão quentes - ainda mais com a lotação ocasionada pelas crianças. Por sessão, o ambiente pode acolher entre 10 e 15 pessoas. No seu lado externo, há uma ampla área que também pode ser utilizada pela mediadora, ao menos em dias de clima adequado; inclusive são realizados '*Festivais de Leitura*' em um local semelhante a um palco com platéia, contíguo a biblioteca.
- Há fotos da visita ao local, no qual podem ser vistas as pequenas mãos das crianças alunas da Shekiná: são suas palmas quem compõem as paredes da biblioteca, em um belo gesto desse 'ambiente comunitário'.

Gestão

- A razão social da Creche Shekina era usada pela Biblioteca; assim como a MeiMei, e as demais componentes da rede, a questão do CNPJ deve ser providenciada, como fruto da parceria com a UFPE.
- Havia encontros constantes com as mães dos alunos, para demonstrar as novas aquisições e novidades da Biblioteca. Tais ocasiões poderiam delinear conjuntamente a gestão do espaço, por meio do

⁵⁷ Ressalta-se que a equipe do programa de extensão do Departamento de Biblioteconomia da UFPE, o BLA (Bibliotecas, Leitura e Aprendizado), coordenada pela Profa. Edilene, desenvolveu um "*Manual de Formação e Desenvolvimento de Coleções*" para a Biblioteca Amigos da Leitura, que pode ser adaptada para essa e as demais bibliotecas componentes da Releitura.

estabelecimento de uma comissão consultiva quanto às atividades lá realizadas. Mas, certamente, a mediadora Selma, de alguma forma, já se valia das discussões ali feitas para trilhar suas ações.

4. 2. 4 BIBLIOTECA COMUNITÁRIA MULTICULTURAL NASCEDOURO [PEIXINHOS,OLINDA]





*Fig. 22 a 25: Movimento Cultural Boca do Lixo & Biblioteca Nascedouro
Olinda (PE)*

Investimento: R\$ 94.975,28

Participantes: 236 crianças, 182 adolescentes, 118 jovens, 2 professores, 55 familiares
e 85 outros membros da comunidade

A exploração invisível

Peixinhos

Enorme bairro, na fronteira imaginária Recife / Olinda

Aterros cotidianos, noturnos, silenciosos, transformaram o mangue em cidade

Água encanada, luz elétrica, armazém, sapateiro, costureira, farmácias...

As escolas poucas, insuficientes

As crianças muitas, carentes.

O povo constrói sua escola,

Escolhe sua professora,

E vamos arranjar merenda, salário, material escolar.

Os meninos aprendendo / ensinando

O que o mundo soprou no ouvido

fotografou em olhar

cheirou sem saber / sabendo

Milhares de homens, mulheres, crianças.

Qual a classe? A única...

(MONTENEGRO, [1984], apud CCLF, 1993).

O bairro de Peixinhos sempre teve um rol vibrante de atividades culturais, como atestam a tradicional Feira de Peixinhos, e o *mangue-beat*, idealizado por Chico Science e companhia, um dos movimentos culturais mais importantes no Brasil 'pós-Tropicália'. Parte da efervescência artística ali observada explica-se pela formação do bairro; impulsionada por grandes projetos, atraiu desde o começo do século XX diferentes grupos, vindos do interior pernambucano e mesmo de outros estados. Essa vibrante composição transformou-se, pouco a pouco, em um simbólico caldeirão de pessoas, que ressoa até hoje, com as diversas bandas e iniciativas comunitárias locais.

O desenvolvimento da região, como é característico nas metrópoles, ocorreu de forma desordenada. Peixinhos localiza-se numa região limítrofe entre Olinda e Recife, sendo que sua maior parte encontra-se na primeira cidade; sendo o segundo maior bairro de Olinda, em população, tem uma alta densidade demográfica, apresentando carência de equipamentos públicos, fruto da inexistência de planejamentos urbanísticos em sua evolução.

Vislumbrando a superação desse quadro, a luta pela emancipação social em prol da educação e cultura eclodiu de forma autônoma ainda na década de 80. Nesta ocasião, deu-se a participação da 'Profª Carminha', cuja experiência junto às Escolas Comunitárias de Peixinhos, juntamente com outras dezenas de professoras, merendeiras e assessores ajudaram, em seus primeiros cinco

anos de atuação, a atender cerca de 400 crianças, nas escolas do mangue, construídas em mutirões.

Atualmente existe um projeto diversificado e de longa duração que se espalha pelos galpões do abandonado, e outrora saqueado, Matadouro Industrial de Olinda. Ainda na década de 80, ao que parece por uma iniciativa desconhecida da prefeitura, grande parte da estrutura do Matadouro de Peixinhos foi demolida. Houve resistência de parte da sociedade, que conseguiu interromper a ação da Prefeitura; mesmo assim, algumas toneladas de ferro e de outras partes do Matadouro foram retiradas e vendidas por diversos moradores. Transformado em Refinaria Cultural pela Prefeitura de Recife, e em um Nascedouro⁵⁸ de novos sonhos pela comunidade que hoje o *ressignifica*, a ocupação desse Matadouro se explica, em parte, pelo fato dos grupos artísticos locais acharem nele um local para a realização de shows sem que os moradores do bairro fossem incomodados. Pelo abandono do poder público, o Matadouro tinha se tornado um local de 'desova' de cadáveres, além de funcionar como um ponto de tráfico: aliaram-se, assim, a questão de um novo espaço, mais livre a tais iniciativas artísticas, ao lado do desejo de edificar na área um ponto mais seguro para a comunidade.

Jovens componentes de um grupo artístico local, do qual participou Vinícius, que nos recebeu na Biblioteca Multicultural Nascedouro, tiveram, com o '*Movimento Underground*', em 1993, seus primeiros passos. Organizavam atividades musicais pelo bairro, e posteriormente usaram o espaço de uma escola local para realizar a '*1ª Semana da Cultura de Peixinhos*', na época trabalhando com diferentes linguagens artísticas, como a dança, artes plásticas, a poesia e o teatro. Como nos relatou Vinícius, tal diversificação levou, ainda que indiretamente, alguns dos membros a perceber que a leitura, a linguagem em si, precisava ser melhor desenvolvida pelos seus integrantes.

⁵⁸ Foi um septuagenário poeta, Caetano Alves Pereira, morador da comunidade, apoiador do movimento de jovens, ex-militar e dono de um alfarrábio no mercado, falecido recentemente, quem propôs o nome 'Nascedouro' ao Movimento Cultural Boca do Lixo, um dos grupos atuantes no espaço, diretamente responsável pela idealização e manutenção da Biblioteca.

Mais à frente, em 1999, já com o nome de “*Movimento Cultural Boca do Lixo*”⁵⁹ parte desse jovens, que tiveram apoio do Centro de Cultura Luiz Freire em um curso de elaboração e gestão de projetos, realizaram o projeto de uma “*biblioteca viva*” para o bairro; eles conseguiram o financiamento da UNICEF, e já em 2000⁶⁰, fundaram a “*Biblioteca Multicultural Nascedouro*”. Naquele momento o “*Grupo Comunidade Assumindo Suas Crianças*”, composto por moradores de Peixinhos, torna-se parceiro da biblioteca, agregando a experiência de seus 15 anos de atuação na área de educação popular. O próprio CCLF apóia inicialmente o projeto na parte administrativa, incentivando posteriormente o aprendizado de seus membros. Posteriormente, houveram apoios por parte do Observatório das Favelas (RJ), GAJOP (PE) etc.

Em sua inauguração, durante a VI Edição da Semana da Cultura de Peixinhos⁶¹, uma atividade de divulgação da leitura foi realizada, demonstrando o valor da leitura em prol do desenvolvimento comunitário. Com o passar do tempo, a experiência da Biblioteca iria influir positivamente na consolidação da organização do grupo, através de sua regularização como personalidade jurídica, em 2002 - com a qual tais atores passaram a ter maior autonomia para a formulação, gestão de projetos e para a captação e geração de recursos, em articulação e parceria com as demais organizações comunitárias de Peixinhos e adjacências e com outros Movimentos Culturais da Cidade, além de ONGs e órgãos do governo.

Dentro desse extenso histórico de construção coletiva, atuou Gabriel Santana, o atual coordenador da Releitura, formado em pedagogia pela UFPE. Sobre tal movimentação, ele afirmou: “*Quisemos ressignificar aquele espaço. Simbolizava a violência, a forma como muitas pessoas enxergam o bairro de*

⁵⁹ O nome foi uma homenagem em relação às pessoas que, nos anos de 1983 e 1984, impediram a instalação de uma estação de transbordo de lixo no bairro.

⁶⁰ O espaço da Biblioteca foi “conquistado na marra” em 1999; pelos relatos, não houve resistência do governo quanto a ocupação do local. Como havia desabrigados espalhados pelo local, existiu uma preocupação intensa dos jovens quanto ao fato; só após esse pessoal ser *realocado*, começou-se um mutirão de limpeza e também outro para arrecadação de livros. Desde o seu surgimento, a Biblioteca Multicultural Nascedouro encontra-se no segundo andar do prédio do antigo Matadouro.

⁶¹ O qual consegue, como prova de seu sucesso, ampla cobertura midiática, ainda que enfrente problemas com relação a obtenção de verbas por parte das Prefeituras de Olinda e Recife.

Peixinhos. A partir da cultura, o bairro pode nascer de novo". (SANTANA, 2010, apud SILVA, 2012).

Em 2007, a Biblioteca tornou-se uma das pioneiras na proposição do trabalho em rede, para o qual novamente o CCLF ofereceu suporte. Como percebido, a iniciativa da Biblioteca Multicultural Nascedouro demonstra como o ideário dos articuladores de tais bibliotecas integrou diversas questões ligadas a valorização simbólica de sua comunidade⁶². Essa trajetória, como alertou Vinícius em minha visita, foi essencial para "amadurecer" o grupo, desfazendo uma certa *ingenuidade* quanto às suas ações. Outra postura que se modificou ao longo do tempo, foi a relação com a academia: depois de certa resistência, a universidade, antes vista como um espaço de apatia em relação a luta social, ela foi tratada também como '*um espaço de construção*'⁶³. É interessante notar que, escavando as origens do movimento, percebe-se que esse tom reconciliatório entre comunidade e universidade já era demonstrado pelos articuladores das Escolas Comunitárias:

As Escolas Comunitárias de Peixinhos não defendem o paralelismo em relação às propostas oficiais de educação. A oposição ao paralelismo não é apenas retórica. Desde 1980, quando fizeram seu primeiro grande projeto reivindicando auxílio financeiro a diversos órgãos e instituições, firmaram o compromisso de que seu quadro de professores concluiria a educação formal minimamente exigida por lei. (...) Um outro sinal nesse sentido é que as Escolas de Peixinhos não se arvoram detentoras de algum saber único, especial e puro por ter uma origem popular. O convite para professores da UFPE assessorarem as professoras indicam a necessidade e a reconhecida importância atribuída ao contato e a troca com outras instâncias do saber. (MONTENEGRO, [1984], apud CCLF, 1993)

Voltando ao tempo presente, prossegue-se mais uma vez com uma análise de sua biblioteca, atentando-se aos eixos do Programa Prazer em Ler:

⁶² Como pode ser visto detalhadamente no recente trabalho de SILVA (2011), no qual Gabriel foi um dos entrevistados.

⁶³ No decorrer das visitas, aliás, percebeu-se que a grande maioria dos membros da Releitura procurou uma formação técnica ou universitária que o melhor capacitasse para seu trabalho: basta observar o fato de que os mediadores entrevistados ingressaram em cursos como pedagogia (em cerca de 8 casos), letras, administração e música (cada um com 1 estudante). A Biblioteconomia, embora vista como área essencial – pelo mote do programa, e pelas parcerias realizadas junto ao CCLF, além dos programas recentemente reafirmadas junto a UFPE - ainda não foi devidamente 'invadida' por esses atores, que muito teriam a acrescentar em nosso desenvolvimento.

Mediação

- Com cerca de 500 beneficiados diretos, os articuladores da Biblioteca estimam que pouco mais da metade dessas pessoas são crianças e adolescentes entre 3 e 17 anos; o restante se divide entre os jovens, adultos e idosos da comunidade. As atividades realizadas incluem: rodas de leitura (com semanas temáticas), auxílio às pesquisas escolares, recital de poesias além do '*BiblioBoca Mambembe*', que é:

Uma biblioteca itinerante que vai às ruas a cada quatro meses, visitando comunidades da Região Metropolitana do Recife que têm o acesso à informação bastante dificultado, realizando atividades lúdico-educativas de cultura e lazer. As atividades são articuladas e promovidas em parceria com organizações comunitárias, escolas, e moradores da comunidade que em um dia repleto de atividades têm sua auto-estima trabalhada, de modo a fazê-los perceber que é possível realizar mudanças em sua realidade, o que incide diretamente em sua comunidade. Na Bibliobôca são realizadas atividades de contação de histórias, teatro de rua, teatro de bonecos, oficinas pedagógicas, apresentações culturais, exibição vídeos e filme, brincadeiras populares, e cantigas de roda, também é montado um Cantinho de Leitura - um espaço de incentivo à leitura, disponibilizando um pequeno acervo de livros infanto-juvenis, cordel e folhetins de poesia, onde todos sem restrição de idade podem ter contato direto com os livros. A Bibliobôca tem por finalidade democratizar o conhecimento, a arte e a cultura, promovendo a reflexão e instigando a paixão pela construção do conhecimento. (BLOG DA BIBLIOTECA MULTICULTURAL NASCEDOURO, 2013)⁶⁴

- Vinícius enfatizou a necessidade de os formadores / mediadores estarem diretamente ligados a comunidade de Peixinhos, visando assim ser possível efetivamente "pensar em uma comunidade dentro da biblioteca". Como visto, a questão da cultura popular parece ser um eixo fortemente trabalhado, algo que entremeia as atividades de mediação. Outro recurso ao qual muito se recorre é a música; pude perceber um gosto sincero pelo fazer musical quando Vinícius me relatou de suas bandas, empunhando seu violão para algumas canções.

⁶⁴ <http://movimentobocadolixo.wordpress.com>

- Além disso, segundo Vinícius, desde 2007 eles desenvolviam atividades de extensão junto às escolas do município, para mediação de leitura. No momento de minha visita, ele também ofereceria uma sessão de contação de histórias no Teatro Joaquim Cardoso, ao preço de R\$15, numa atividade direta de mediação, e indiretamente relacionada à sustentabilidade do projeto.

Acervo

- Na ocasião da visita, a Biblioteca Comunitária Multicultural Nascedouro tem um acervo de quase 6000 itens, com 270 freqüentadores cadastrados, que possuem uma carteirinha individual para controle. Mensalmente, entre 100 e 200 livros são emprestados. Seu acervo tem grande amplitude nos temas de cultura afro-brasileira e indígena, e também comporta obras de literatura infanto-juvenil, livros didáticos, de artes (música e teatro, em especial), além de revistas e obras de referência.
- De acordo com o relato de Rogério, um dos coordenadores da Biblioteca, eles ainda desejam ampliar o acervo, através de parcerias e doações, para melhor articular a rede de Bibliotecas Comunitárias. Além de solidificar de vez o projeto das Malas de Leitura e das '*Anuncicletas*', que levam a leitura diretamente às ruas e vielas do bairro por bicicletas. Sobre as Malas de Leitura, elas são distribuídas aos alunos das escolas e colégios, durante o recreio ou no intervalo das aulas. Assim, existe a instauração de uma legítima "*Biblioteca Viva*", que transcende suas estantes, encontrando seu público também externamente.
- Na época da visita, um catálogo automatizado estava em construção, sendo que havia um livro de tombo para controle do material; possivelmente estão se valendo do BibLivre para seus relatórios, hoje. As obras eram classificadas em grandes áreas; tais temas foram determinados de acordo com os assuntos mais populares que constavam no acervo. Para a aquisição de novas obras, valiam-se de

um 'carrinho de mão' com o qual coletavam materiais de porta em porta; havia o recolhimento de livros por parte da Releitura também. Pelos relatos, havia distribuição de obras em momentos circunstanciais.

- Por último, destaca-se a produção de material próprio na biblioteca. Talvez como influência do Movimento Underground, havia algo semelhante a um fanzine, o "*Folhetim Poético*", que contava com a publicação de poemas dos moradores de Peixinhos. Havia oficinas variadas de criação artística (pintura e música, sobretudo), como pode ser observada em uma das fotos do ambiente.

Espaço

- A luta pela implantação do espaço, com cerca de 50 m², foi longa e ainda apresenta algumas dificuldades. De acordo com Rogério, "*O acesso é um pouco difícil. Mesmo com a reforma do centro, as ruas não são asfaltadas e, em dia de chuvas, alaga toda a entrada. Sem contar que a acessibilidade por pessoas especiais é dificultada*". Com a presença do setor público, aos poucos, sendo cada vez mais sentida - ao menos nos demais galpões do Nascedouro - é provável que a infraestrutura do local seja revista, e as vias próximas sejam reformadas.
- Algo a ser enfrentado é a questão da acessibilidade; por estar no segundo andar do prédio, essa é uma questão de resolução complexa para a Biblioteca, que ocupa um espaço ainda em desenvolvimento, e com recursos limitados. A expansão da biblioteca, tendo em vista sua diversidade de funções, seria uma alternativa válida, e para isso é necessário o estabelecimento de novos vínculos, que possam auxiliar o movimento sem alterar sua rota.

Gestão

- As atividades desenvolvidas são encaradas "*como uma estratégia*", algo que demonstra o amadurecimento político e organizativo de seus

integrantes. A gestão participativa é estimulada, visando detectar as necessidades emanadas pelo público da biblioteca, que orienta por sua vez o trabalho de seus articuladores; é assim buscada uma "ambiência positiva" que fortaleça a biblioteca como um todo, dentro de sua comunidade. Havia no local uma '*Ata Diária*', onde o que era desenvolvido no cotidiano era relatado. Há um '*Colegiado*', que na ocasião contava com Vinícius e mais sete pessoas, que determinavam os rumos do local; seus membros tinham diferentes formações, relacionados à artes e comunicação, oferecendo com esse prisma de visões, diferentes possibilidades para o desenvolvimento da iniciativa.

- Atualmente, além dos grupos artísticos oriundos de Peixinhos, há no espaço do Nascedouro o Centro Social Urbano (CSU), iniciativa da prefeitura do Recife e o Centro Tecnológico, outra ação governamental. Houve recentemente (2010) a realização de um Seminário de Gestão Integrada entre os atores dos equipamentos que ocupam o conjunto, que se caracterizou como um começo de conversa sobre o assunto. Com a multiplicidade de atores, e o *status* diferenciado alguns destes, é preciso atenção para que as decisões sobre o andamento dos projetos, e também sobre a consolidação de seus ocupantes, estejam inseridas em um processo democrático.

Outros Aspectos

- Existiam cerca de três computadores, utilizados apenas pela equipe administrativa. Hoje existe um centro tecnológico estadual contíguo, também no Nascedouro; uma parceria direta entre esses atores deve ser pensada – focando-se sobre a melhor fruição da informática dentro da biblioteca. O domínio da informação contido no saber com o impresso, e com o oral, refletido nos mais diferentes registros culturais, também se aloja hoje no domínio virtual, e, tendo isso em vista, é preciso a aprendizagem conjunta entre os articuladores de iniciativas digitais e literárias. Como o espaço permite a aproximação entre tais esferas, isso pode ser planejado, estimulando diferentes públicos

pertencentes a comunidade, cada qual com um olhar diferenciado sobre a questão: diferentes domínios para diferentes motivações.

- De acordo com Vinícius, o que lhe fazia continuar no projeto é "*o carinho pelo trabalho*"; além disso, era uma oportunidade para aplicação da teoria pedagógica que ele havia descoberto em sua formação universitária⁶⁵. Por fim, numa bela imagem, ele sugeriu que o importante era '*germinar a semente plantada, ao solidificar a mediação de leitura na biblioteca*'.

4. 2. 5 BIBLIOTECA COMUNITÁRIA DO CEPOMA - [BRASÍLIA TEIMOSA, RECIFE]



⁶⁵ Na época, ele mencionou que tinha a influência da *Pedagogia Waldorf* em sua atuação.



*Fig. 26 a 30: Centro de Educação Popular Mailde Araújo (Cepoma) & Biblioteca
Recife (PE)*

Investimento: R\$ 18.972,00

Participantes: 141 crianças, 33 adolescentes, 17 jovens, 7 professores, 82 familiares
e 31 outros membros da comunidade

Nossa quinta visita ocorreu no combativo bairro de Brasília Teimosa, local da primeira ocupação urbana do Brasil, região situada na orla marítima da zona sul da cidade do Recife, tendo uma localização privilegiada, pelo ponto de vista do sistema viário da cidade. No Centro Popular Mailde Araújo - o CEPOMA -, instituição presente há mais de 30 anos no bairro, a educadora Maria Tenório,

coordenadora do centro, e Isamar Marques, responsável pelas atividades de leitura, nos recepcionaram.

A instituição originou-se das necessidades concretas sentidas pela população no que se refere à educação pedagógica, como também de questionamentos e inquietações a respeito dos direitos de cidadania, envolvendo-se a partir daí com a comunidade em geral, desenvolvendo uma dimensão política frente a conjuntura política do país. Em um contexto onde a apregoada 'educação alternativa' conquistava aos poucos seu espaço, chegando, como visto, a abarcar cerca de 68.000 alunos nas Escolas Comunitárias de Recife, o CEPOMA foi um dos centros de maior destaque, integrando efetivamente a '*Aprendizagem pela Prática Cultural*'. Oferecemos sua própria voz para descrever seu histórico:

O CEPOMA foi fundado em março de 1982 por um grupo de militantes do movimento popular em Brasília Teimosa, preocupados em desenvolver um trabalho voltado para a reflexão e análise das questões referentes a situação de opressão a que cotidianamente nossa comunidade via-se submetida. O grupo reuniu-se durante 4 meses e após longas discussões decidiu iniciar um trabalho de animação cultural envolvendo principalmente os adolescentes residentes a beira-mar, que na época apresentavam um alto índice de consumo de drogas. Quando o grupo se reuniu pela primeira vez com os adolescentes para com eles decidir o começo do trabalho, viu-se que os mesmos não estavam interessados em animação cultural e o nível de aspiração deles estava em cima da aquisição formal; eles queriam aprender a ler e escrever, pois todos eram frutos da evasão escolar, tão comum nas escolas públicas oficiais. Uma vez discutida a proposta, pedimos o salão paroquial emprestado e trabalhamos durante todo o ano de 1982, alfabetizando um grupo de 25 adolescentes. (AEEC, 1992, p. 30)

Quanto a sua proposta pedagógica, ela:

(...) tem como fio condutor a questão do resgate da cultura da comunidade em todos os seus aspectos, dando ênfase especialmente à questão da arte popular que na nossa escola assume um caráter de atividade lúdica, na qual a vivência de diversos tipos de folguedos nos conduz a um repensar da arte popular, refletindo e questionando-a nos seus aspectos de dominação, recriando uma nova arte feita pelos filhos do povo, com a contribuição da análise reflexiva (...) e a interferência criativa dessas novas cabeças pensantes. (idem, p. 31)

Essa articulação entre educação e cultura popular é parte central do trabalho do CEPOMA, que tem um reconhecido e sólido trabalho nesse sentido, no qual o '*Maracatu Nação Erê*' é um belo exemplo. Assim, também pelo brincar, o aluno aprende as normas de convivência e da solidariedade além de

desenvolver competências relacionadas à educação formal - com o aperfeiçoamento da leitura e da escrita.

No momento da visita, o CEPOMA contava com cerca de 120 crianças atendidas pelos seus diversos projetos. A faixa etária das crianças vai dos 3 aos 16 anos; cerca de 50 estavam inscritas na pré-escola, e o restante participava das demais atividades artísticas. O centro contava com 8 integrantes, e alguns voluntários ocasionais - do Instituto C&A ou moradores do próprio bairro. Havia um apoio da prefeitura, junto ao órgão responsável pela educação infantil, que cedia merendas ao local, além de material didático. Também recebiam recursos e auxílios esporádicos de uma igreja católica e de uma escola alemã, que anualmente lhe remetia uma soma em dinheiro. Ofereciam atividades relacionadas a dança, música, oficinas de pintura e leitura, funcionando com um centro 'pré-escolar'⁶⁶. Segundo Maria Tenório, o trabalho desenvolvido no CEPOMA foi um dos pioneiros na educação infantil; a criação de creches e pré-escolas, tanto na esfera comunitária como na pública, por meio de ações da Prefeitura, e com os recursos do FUNDEB, na gestão do presidente Lula, seriam uma continuidade desse projeto.

Sempre houve um intenso trabalho orientado à leitura e à escrita no centro, e isso intensificou-se em 2006, quando em sua biblioteca dá-se início o projeto “*Prazer em Ler*”, com a orientação da pedagoga convidada Carminha Bandeira, a qual ofereceu um treinamento para o grupo responsável pelos dois espaços de leitura do local, além de transferir alguns livros de contos para o acervo. Em 2007, ao lado do Movimento Cultural Boca do Lixo e do Lar Meimei, o CEPOMA foi um dos responsáveis pelo nascimento da Releitura, oferecendo sua rica história em prol da educação a essa rede. Após essa etapa, em 2008 e 2009 com a campanha “*Roda de Leitura*” alguns livros de literatura clássica são adquiridos; e, em 2010, a biblioteca começa a funcionar como um Ponto de Leitura do MinC, em reconhecimento ao seu esforço junto a comunidade local.

⁶⁶ De acordo com Maria, havia na região 6 escolas particulares, 5 estaduais, 3 municipais e 2 comunitárias.

Abaixo, segue a análise detalhada do espaço de leitura do CEPOMA sob a perspectiva dos quatro eixos do Programa Prazer em Ler.

Mediação

- Como visto, os frequentadores da biblioteca são crianças e jovens, que buscam principalmente livros de literatura. São realizadas '*Rodas de Leitura*' pelas pedagogas do centro, que também auxiliam na pesquisa escolar. Ressalta-se que ao menos metade das integrantes do CEPOMA era formada em pedagogia, o que possibilitava um trabalho melhor orientado junto às atividades de mediação de leitura. As contações de histórias se fazem individualmente, em duplas ou em grupos; era trabalhada inclusive sob a tríade '*escrever / ler / pintar*', em uma postura de expressiva ludicidade. Uma das mediadoras ressaltou que a comunidade também frequenta a biblioteca, embora use com menos frequência que os alunos – os quais são constantemente estimulados para esse fim.
- Além das '*Rodas de Leitura*', uma atividade de extensão de destaque é a artesanal "*Mala de Leitura*" distribuída aos alunos do local, por meio de um sorteio semanal. Com o objetivo de disseminar a leitura na comunidade de Brasília Teimosa, essa experiência é amplamente reconhecida - tendo sido destacada com uma cobertura midiática constante, visto sua longevidade. Tal modelo, adaptado de uma experiência chamada "*Baú de Leitura*", foi replicado em outros locais da Releitura, como na Biblioteca Popular do Coque; cada mediador estabelece uma política, mas a idéia de transformar a leitura em uma atividade envolta no cotidiano familiar é uma constante em meio aos diversos projetos.
- Destacam-se também as atividades ligadas à cultura popular, desenvolvidas pelo CEPOMA - que encontram apoio e suporte na Biblioteca: o Maracatu Nação Erê, composto por crianças de 3 a 13 anos, o '*primeiro maracatu infantil de Baque Virado em Pernambuco*', já

consagrado em Brasília Teimosa. Há também o Grupo de Dança Pra-Pular, formado por crianças e adolescentes, onde a origem de diversas danças é aprendida através da re-criação de suas coreografias.

Acervo

- Com aproximadamente 5000 itens, divididos em 2 salas, o acervo é constituído principalmente por obras de literatura infanto-juvenil, mas há também parte do acervo voltada aos professores em formação que moram no bairro. A biblioteca é uma referência principalmente quanto aos seus itens sobre cultura popular, e sobre a história de Brasília Teimosa, trabalhados em suas aulas e demais projetos de extensão. São cerca de 100 empréstimos semanais, sendo que cada criança pode levar até 4 obras por vez; na época já havia um cadastro automatizado para controle, e cada aluno tinha sua carteirinha para retirar os itens. A ordenação dos livros obedecia a classificação por cores elaborada pelo CCLF, utilizada por outros integrantes da Releitura, em que os temas, indicadas por cores, facilitavam a autonomia tanto no processo técnico, como na busca feita pelos seus freqüentadores.
- O acervo era conseguido principalmente por doações, o que dificultava o desenvolvimento de uma Política de Desenvolvimento de Coleções. Por meio das parcerias estabelecidas junto a Releitura, bem como por eventuais premiações ou vinculações de aportes governamentais e de ONGs, o CEPOMA conseguia eventualmente uma verba nesse sentido. Com relação às obras compradas, eram basicamente compostas por indicações dos educadores. Havia doação de obras repetidas.
- Uma das preocupações sentidas no espaço vinculava-se a produção de material próprio por parte dos alunos. Pinturas e textos próprios - principalmente poemas e peças de teatro - eram tecidos, levando como base para sua composição pesquisas junto a comunidade, visando relembrar seu histórico de luta; é a interferência criativa dessas novas cabeças pensantes sendo fomentada mais uma vez.

Espaço

- Como mencionado, são dois espaços de leitura, pois o acervo é grande demais para apenas uma sala. O ambiente do CEPOMA é relativamente amplo, possuindo dois andares, uma sala ampla para atividades de dança e música, uma mais restrita exclusiva para leitura, além de salas de aula, no térreo. O espaço para leitura é arejado, e possibilita que as crianças leiam em pequenas mesas, ou mesmo no chão, onde há tapetes e puffs.

Gestão

- A personalidade jurídica do CEPOMA era compartilhada pela biblioteca; o convênio com a UFPE talvez tenha influído na regulamentação da iniciativa. A equipe era extremamente coesa quanto às suas proposições pedagógicas e políticas, tendo em vista o sólido trabalho realizado pelo centro ao longo dessas três décadas. Foi relatada uma falta de incentivo por parte de uma política governamental mais ampla, que pudesse ir além de apoios circunstanciais oferecidos. Por sua vez, a questão da sustentabilidade era trabalhada como um projeto específico, e tinha por objetivo desenvolver ações que permitissem a máxima autonomia financeira da instituição, visando uma gestão plena. Alguns pontos críticos do CEPOMA, de acordo com as educadoras entrevistadas, incidiam sobre a dificuldade de comunicação e divulgação das atividades realizadas.

4. 2. 6 BIBLIOTECA COMUNITÁRIA POPULAR DO COQUE - [COQUE, RECIFE]





Fig. 31 a 36: Biblioteca Popular do Coque

Recife (PE)

Investimento: R\$ 19.314,26

Participantes: 75 crianças, 20 adolescentes, 10 jovens, 15 professores, 15 familiares
e 21 outros membros da comunidade

O Coque é um bairro que faz parte da Ilha Joana Bezerra, situado entre dois grandes centros comerciais do Recife - Boa Viagem e Boa Vista. Também é próximo à Bacia do Pina, na qual há pelo menos outras duas comunidades que possuem bibliotecas gestadas de forma independente. Há cerca de 40.000 habitantes no Coque, de acordo com dados da Empresa de Urbanização do

Recife; do ponto de vista econômico, 57% da população vive com uma renda mensal entre meio e um salário mínimo, número acima da média estadual. São outras características da região: domicílios estruturados sobremaneira com a 'autoconstrução'; a alta densidade de habitações, bem como a elevada densidade demográfica; e a grande concentração de negros e descendentes de indígenas.

A comunidade do Coque é composta principalmente por migrantes de cidades interioranas do Estado de Pernambuco, do Agreste, da Zona da Mata e do sertão, frutos do êxodo rural. Esse público ocupou a região, sobretudo na década de 80, quando foram prometidas, pelo governo federal, a posse das terras aos seus novos moradores, os quais não receberam investimentos do Estado no desenvolvimento do bairro. Houve, também nessa época, um acentuado quadro de desagregação social, em decorrência do narcotráfico - então estimulado pela demanda dos bairros vizinhos. A condição de rápida ascensão econômica atraiu muitos jovens, que começaram a formar *gangues* no local. Aliás, o povoado desde o século XIX, foi ocupado por capatazes contratados para “fiscalizar” o transporte do comércio de produtos no Porto do Recife, que se agrupavam na região dos Coqueiros. A “*gente navalhada do Coque*” atemorizou o imaginário local, e hoje o bairro ainda carrega o estigma de ser uma região de pessoas violentas.

Contra esse panorama, aos poucos foram surgindo diversos grupos no Coque que enxergavam em ações com a cultura e a arte uma oportunidade para a valorização simbólica local, exemplos da '*Rede Coque Viva*', que agrega o Movimento Arrebentando Barreiras Invisíveis (MABI), um coletivo de jovens da comunidade, o Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis (NEIMFA), associação presente no bairro há mais de 20 anos, e que se aliou a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por meio de um programa de extensão. Por meio de pesquisas, debates, oficinas, circuitos culturais e das sistematizações dos trabalhos desenvolvidos, procura-se desenhar ações em conjunto para os moradores da região. Também há no Coque a Orquestra Criança Cidadã, idealizada por um desembargador, e comandada por um reconhecido maestro; tal projeto tem por objetivo revelar talentos musicais.

Com a ausência de uma biblioteca acessível ao Coque, já na década de 80, de acordo com Betânia - coordenadora da Biblioteca Popular do Coque, que nos recepcionou - havia uma biblioteca fruto de uma iniciativa dos moradores; no entanto, essa experiência foi desativada. Posteriormente, de acordo com o que foi relatado no blog da biblioteca⁶⁷:

A construção da Biblioteca Popular do Coque começou em outubro de 2006. Na ocasião foi realizada uma reunião entre jovens do MABI, estudantes da Universidade Federal de Pernambuco e Frei Aluísio Fragoso, da Igreja São Francisco de Assis. Ao lado de Frei Aluísio, estava Maria Betânia, moradora do Coque que nutria há muito o sonho de construir uma biblioteca na comunidade. A biblioteca seria construída a partir de doações e do acervo de Maria Betânia e Frei Aluísio e funcionaria no salão paroquial da Igreja de São Francisco de Assis, dividindo o espaço com várias outras atividades, como a catequese e o grupo dos Alcoólicos Anônimos. Os estudantes da UFPE, por sua vez, tinham em mente ministrar uma oficina que despertasse nos jovens da comunidade a intimidade com os livros e, conseqüentemente, o prazer pela leitura. (BLOG DA BIBLIOTECA DO COQUE, 2013)

Após ter a oportunidade de fazer um curso de formação em relação a criação de bibliotecas, oferecido pela Prefeitura, Betânia, em janeiro de 2007, deu início as atividades da então 'mini-biblioteca', com seus livros ao chão. Pouco após seu surgimento, parcerias foram conseguidas com o Banco do Nordeste, que ofereceu cerca de R\$ 30.000,00 ao projeto; outros apoiadores foram o NEIMFA, um ator social local já relatado, além de estudantes de Pedagogia e Biblioteconomia da UFPE. Já em 2007, a Biblioteca se associou a Releitura, quando Betânia se aproximou de Gabriel, Reginaldo e Isamar. Cida Fernandez, do CCLF, apoiou o grupo a elaborar um projeto ao Instituto C&A, que por fim os inseriu na sua rede do Programa 'Prazer em Ler'. Em 2008 houve o apoio às Bibliotecas, e em 2009 um apoio mais geral, com a rede já funcionando enquanto um pólo, isto é, com uma entidade responsável pela articulação entre as iniciativas, atuando como um tipo de apoiador pedagógico. Com isso, conseguiu-se a necessária capacitação técnica para realizar diversas atividades junto às Bibliotecas Comunitárias, sendo que Betânia contava com 5 jovens colaboradores em seu trabalho.

⁶⁷ <http://blogadabibliotecadocoque.wordpress.com>

Os componentes do projeto Coque Vive foram responsáveis pela idealização da Biblioteca, vislumbrada como um dispositivo essencial para a fruição da leitura na comunidade. Junto aos esforços de tal rede, atualmente a Biblioteca formalizou o projeto do "*Círculo De Histórias Do Coque – Diálogo, Educação e Cultura*", que procura desenvolver a produção e difusão de produtos culturais, ligados ao audiovisual, bem como incentivar a prática leitora das crianças e adolescentes.

É com o ideário da cultura de paz que a Biblioteca Popular do Coque funciona de segunda a sexta, disponibilizando um grande e diversificado acervo para sua comunidade, oferecendo diversas atividades que procuram o fortalecimento de vínculos solidários entre as crianças e jovens que a compõe. Assim a literatura é desenvolvida em conjunto com a auto-estima local, por meio da transmissão dos valores culturais de seus componentes, que são estimulador a construir suas próprias representações sobre o novo universo simbólico ao qual tem acesso.

Após essa breve contextualização da biblioteca, faz-se a análise de acordo com os quatro eixos do PPL.

Mediação

- Havia, na ocasião da visita (2010), cerca de 8 pessoas que trabalhavam principalmente junto às atividades de mediação de leitura no local; outras colaboradoras formadas em pedagogia, jornalismo e letras, e jovens voluntários, que estavam prestes a ingressar no ensino médio, também apoiavam suas atividades. O público diário era estimado entre 35 e 40 pessoas - acentuando-se nas férias, com a média de 60 frequentadores – e era composto em sua maioria por crianças e adolescentes, até os 13 anos, que recebiam ali uma oportunidade de reforço escolar, focado na questão da leitura. Era oferecida uma formação contínua referente a mediação de leitura, por parte da Releitura e também pela Prefeitura.

- Dentro de um esforço em se trabalhar uma cultura mais próxima a compartilhada por seus moradores, procurando a consolidação da biblioteca no imaginário local, foi realizada uma oficina de sensibilização, aprendizado e produção de textos sobre *“Escritores e Leitores do Nordeste”*. Tal prática em relação aos autores nordestinos transformou-se em uma preocupação pertencente das mediadoras, sendo a utilização da literatura de cordel uma das ações inseridas nesse processo.
- Durante o Carnaval, a Biblioteca Popular do Coque leva às ruas o “Urso Leitor”, com um trio de pé-de-serra pra levar a música para a '*meninada*' da comunidade. O Urso sai da Biblioteca, passa em algumas escolas das imediações, chega até a Academia da Cidade e volta. Trata-se de um bloco itinerante, no qual é entoado os versos da '*emancipação*' do urso, agora preparado para uma devida leitura do mundo que o cerca:

*“E agora que sabe ler
ele não passa sufoco,
ninguém mais engana o Urso,
pois de tudo sabe um pouco.”*

- A poesia, como observado nas demais bibliotecas, é estimulada com a produção de materiais próprios, confeccionados na biblioteca sob a forma de fanzines.
- Outra atividade de extensão, com o objetivo de estimular a leitura junto às famílias, era a Semana de Conto e Encantos, realizada anualmente; a última teve como tema '*Histórias que vêm da África*', em uma clara demonstração de vínculo com as características da comunidade a qual pertence o espaço. Junto às escolas eram realizadas pesquisas - pelas crianças - para compor tal evento.
- É de se destacar também a oficina de "*Resgate de Memórias*", realizada com as mães das crianças - público cativo de atenção por parte das mediadoras locais - na qual havia a contação de histórias tradicionais,

rememoradas por essas protagonistas da comunidade; a UFPE chegou a desenvolver um documentário sobre a atividade.

- Por último, o 'Dia da Beleza' era uma ocorrência singular da Biblioteca Popular do Coque: como era um ambiente marcado por certa informalidade, na esteira do 'comunitário', eram recorrentes os casos de crianças nuas que visitavam o espaço. Assim, Betânia idealizou um dia pra '*todo mundo ir bonitinho*', como um contraponto necessário de valorização ao asseio pessoal.

Espaço

- O atual espaço da biblioteca foi conseguido por meio de um patrocínio do Programa BNB de Cultura 2007. A Biblioteca Popular do Coque, localizada na Rua Centenário do Sul fica a poucos metros da Igreja e do NEIMFA, parceiros locais. Com vistas à reforma do espaço, foi promovida uma campanha de doação junto a lojas de material de construção; com essa ação, conseguiram adaptar a casa de dois quartos para um uso coletivo, com espaço de leitura, um ambiente mais restrito ao acervo, além de contar com uma pequena área nos fundos. Em 2010, ano de minha visita ao local, ocorreu o '*Carrossel de Poesias*', quando a biblioteca foi então remodelada, com uma nova pintura externa e interna, com alguns grafites, que podem ser observados em algumas das fotos inseridas.
- A infra-estrutura do espaço era sentida como um ponto crítico; é necessária sua ampliação, ou mesmo a compra de uma nova instalação, tendo em vista o grande público que utiliza seus serviços.

Acervo

- Contando inicialmente com três mil exemplares, doados por amigos e colaboradores, como a União de Cordelistas de Pernambuco e a

Fundação Joaquim Nabuco, o acervo recebeu um incremento do Ministério da Cultura, já que a biblioteca foi premiada junto ao Programa do Livro Popular. Atualmente, são cerca de 4500 itens, com destaque para livros de poesia, literatura infanto-juvenil, obras para vestibulares, revistas, literatura de cordel e contos populares. Havia também um amplo material audiovisual - com muitas fitas de videocassete. Na ocasião o controle do acervo ainda não era automatizado, mas com a parceria realizada junto a UFPE, tal quadro deve ter se modificado. Cada frequentador do espaço podia retirar até 3 obras por no máximo 5 dias. Havia doação de duplicatas, e a aquisição de novas obras estava sujeita a verbas da Releitura, que desenvolvia campanhas de arrecadação. O esquema da classificação das obras obedecia ao padrão por cores, idealizado pelo CCLF.

- No local estavam presentes as '*Malas de Leitura*', replicação de um projeto semelhante observado no CEPOMA; no Coque, por sua vez, as famílias visitavam a Biblioteca para escolher os livros que iria acolher. Na entrega de tais malas, as pessoas opinavam sobre suas leituras, facilitando a avaliação contínua de tal atividade.

Gestão

- Betânia, por morar há mais de três décadas na comunidade, tinha amplo reconhecimento por parte dos moradores quanto a seus esforços, agregando constantemente um público jovem que atuava como voluntário na iniciativa, de forma aparentemente duradoura. Assim, observa-se que a pretendida valorização da biblioteca como um espaço legitimamente público, favorecendo o nascimento de vínculos positivos entre as pessoas e provocando, conseqüentemente, o despertar do papel social de cada um dentro dele estava sendo alcançada, algo fortalecido com as amplas e sólidas parcerias conseguidas nesse curto espaço de existência da Biblioteca Popular do Coque; a mobilização de recursos nas instâncias municipal, estadual e federal demonstra a força política, conseguida com o apoio local, e também com o suporte da

Releitura, do Instituto C&A e do CCLF, que apoiou a biblioteca desde o seu início. Apoios circunstanciais, por exemplo, para doação de presentes no Natal, também foram conseguidos pela coordenadora do local, o que demonstra sua preocupação com a diversidade de parcerias, favorecendo a sustentabilidade do projeto.

- Betânia, quando indagada sobre o que a fazia continuar no projeto, relatou que era "*a fé no grupo que irá continuar*". Colocando-se a serviço dessa luta em prol da valorização da educação e da cultura nos meios populares, mas sabendo que tal esforço só tem sentido quando compartilhado, percebe-se o grande valor dado ao movimento entendido enquanto uma rede, que, nos dizeres do Gabriel, veio '*matar essa sede de leitura*' nas comunidades em que está inserida.

Outros Aspectos

- Existiam cerca de 5 computadores, estritamente para uso administrativo no local. Uma parceria visando o estabelecimento de um curso de informática para comunidade poderia ser realizada, tendo em vista a necessidade de aquisição desse saber formal por parte dos jovens.

4. 2. 7 BIBLIOTECA COMUNITÁRIA CARANGUEJO TABAIARES - [CARANGUEJO TABAIARES, RECIFE]





Fig. 37 a 42: Biblioteca Comunitária Caranguejo Tabaiães

Recife (PE)

Investimento: R\$ 39.838,63

Participantes: 933 crianças, 174 adolescentes, 182 jovens, 118 professores, 10 familiares e 56 outros membros da comunidade

Caranguejo Tabaiaries é um assentamento urbano localizado entre a Ilha do Retiro e uma parte de Afogados. Estando às margens do rio Capibaribe, recebe uma grande carga de poluentes pela falta de tratamento. Dados de Relatórios da Urbanização da Prefeitura do Recife atestam que no começo da década 66% das residências do local despejavam seus dejetos em valas a céu aberto, e 88% não estavam ligadas à rede de esgotos. Como inexistem áreas livres para construção de novas casas, há uma elevada taxa de ocupação do solo. Tais domicílios são construídos muitas vezes com materiais precários como madeira, barro ou papelão, com uma situação especialmente crítica nas palafitas. Por suas vulnerabilidades, a área é uma ZEIS⁶⁸, assim como o Coque e Brasília Teimosa.

Com suas origens remontando a 1910, o local a partir da década de 70 foi ocupado por novos moradores, advindos do êxodo rural. Na época, a área sofreu influências da Igreja Católica, por meio da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, que atuava junto a comunidade. Como a região é, até hoje em parte, um manguezal, o Caranguejo a caracterizou; por sua vez, o 'Tabaiaries' remete ao campo de futebol onde foram construídas as primeiras casas da comunidade.

Ainda não devidamente regularizada, uma rica diversidade circunda a região, inclusive com a proximidade da última ilha não habitada do Recife - a Ilha do Zeca. Porém a extinção gradual do mangue, a poluição devido a falta de infraestrutura básica de saneamento, e os frequentes aterros tem sido elementos constantes no seu processo de ocupação desordenada. Pó fim, ainda existe a carência de equipamentos urbanos públicos relacionados a saúde, lazer, cultura e educação.

Há aproximadamente 3.500 pessoas na comunidade; com relação a outros dados sobre Caranguejo Tabaiaries, tem-se um exemplo a ser seguido e aperfeiçoado. Há diversas pesquisas que envolveram o local, brevemente sistematizadas e disponibilizadas on-line pelo ETAPAS, centro de apoio às

⁶⁸ As ZEIS são as “Zonas Especiais de Interesse Social”, que visam incorporar a população de baixa renda no tecido urbano consolidado.

ações da Prefeitura do Recife. Ressalta-se, no entanto, que tais dados não estão devidamente atualizados.

Nesse quadro, é imprescindível que os moradores estejam envolvidos em movimentos *propositivos* junto ao poder público, que possibilitem, por exemplo, a construção de um Plano Urbanístico para a área. Espera-se que a discussão sobre tal projeto avance, de forma democrática, por meio do fortalecimento de iniciativas como a Biblioteca Comunitária Caranguejo Tabaiaries.

A Biblioteca, gestada em 2004, quando Reginaldo Pereira e mais 4 apoiadores começaram a 'organizar a classificação', foi inaugurada em 11 de outubro de 2005, com um acervo inicial de 800 livros doados pela Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco (FCAP), pela Associação Cultura Planeta, além de outras organizações como a ETAPAS, o Centro Josué de Castro, a FASE, a Escola Maria Goretti, contando também com o apoio de moradores da comunidade. O “*Clube de Idosos Unidos Venceremos*”, contíguo à biblioteca, sempre auxiliou na sua manutenção e na administração da iniciativa cultural, se configurando como seu principal parceiro ao longo do tempo, cedendo parte de sua área para as novas instalações da biblioteca, ainda em construção.

Iniciativa de lideranças comunitárias, representadas por Cleonice da Silva e Reginaldo Pereira, a biblioteca foi o espaço de atuação de um grupo de moradores, principalmente jovens, articuladores locais de ações voltadas à promoção da leitura. O espaço visa o reforço escolar dos alunos da comunidade; a falta de uma biblioteca para pesquisa por parte dos estudantes foi um dos motivos que estimulou a criação da biblioteca, segundo nos relatou Reginaldo. A própria composição original do acervo era composta principalmente por livros didáticos, algo que aos poucos foi se diversificando.

Desde 2007 a Biblioteca Comunitária Caranguejo Tabaiaries integra a Releitura. Atualmente é reconhecida como um Ponto de Leitura, do Ministério da Cultura. Funcionando das 8 às 21 horas, com intervalo para almoço, de segunda a sexta-feira, conta com uma equipe de cerca de 9 pessoas, sob a coordenação de Reginaldo. A Biblioteca tem se preparado para uma mudança de espaço

providencial, que possibilitará a expansão de suas atividades e de seu público; contudo, ainda precisa de patrocínio para finalizar tal projeto.

Abaixo, uma análise da atuação da biblioteca quanto aos eixos do PPL, e alguns detalhes quanto à configuração desse novo espaço:

Mediação

- A biblioteca funciona em horário quase integral, atendendo diariamente até 40 crianças - em função da limitação do espaço atual, pois a demanda é até maior. Além de Reginaldo, há mais oito jovens que atuam na biblioteca com atividades relacionadas a mediação de leitura. Pelo que me foi relatado, 1 tinha curso técnico e 2 estavam com cursos em andamento, no nível superior⁶⁹. A questão da limitada formação dos articuladores da biblioteca foi citada como um dos pontos críticos do projeto; na iniciativa em questão, havia muitos jovens envolvidos que estavam em processo de conclusão do ensino médio⁷⁰. As atividades de mediação eram realizadas constantemente, havendo preparação nesse sentido oferecida por parte da Releitura. Era recorrente o auxílio na realização de pesquisas escolares, principalmente junto aos adolescentes. Como diferencial, havia um '*Canto Coral*' com crianças e jovens que frequentavam a biblioteca, estimulado por voluntários; atividades de recreação, como pintura e exposição de vídeos, também eram feitas, com equipamento próprio.
- Na época da visita, existia um vínculo oficial com a Escola Municipal Santa Edwiges, por meio do Programa Mais Educação, do MEC. Há um convênio formal, pelo qual os mediadores da biblioteca atendem estudantes que, de acordo com indicadores dos sistemas de avaliação oficial, não desenvolveram de forma adequada competências relacionadas a leitura e escrita. Na biblioteca, como reforço escolar, os

⁶⁹ Administração, no caso do Reginaldo; Pedagogia, no caso do outro integrante.

⁷⁰ No local, aliás, ouvi o único relato de uma mediadora que desejava fazer o curso de Biblioteconomia, na UFPE.

alunos fazem a leitura de textos literários atendo-se à relação entre o escrito e o oral; assim, os mediadores pretendem facilitar a apropriação da leitura pelas crianças oriundas de comunidades onde a "cultura escrita" ainda não é uma pedra angular, e, ao permitir uma relação menos restritiva - e, por certa ironia, menos avaliativa - em relação ao ler, a criança pode aperfeiçoar suas capacidades nesse campo.

- Eventos externos eram um dos fatores de destaque da Biblioteca Comunitária Caranguejo Tabaiães; por envolverem um grande e cativo público da comunidade, e contarem com ampla cobertura midiática, ajudavam a iniciativa com uma maior exposição de suas ações, renovando, simbolicamente, a confiança para a continuação do projeto. Nesse panorama, a principal ação era a "*Semana do Conto de História*", realizado durante duas semanas no mês de férias escolares. Contações de histórias, rodas de leituras, oficinas e recitais de poesias para crianças, no período diurno, eram oferecidos, sendo que pela noite eram exibidos filmes educativos. Embora faltem mais dados para corroborar essa afirmativa, pelo que pude observar junto a programação de tais filmes é que, embora fossem de cunho educativo, eram ainda afeitos a um certo conceito comercial, sendo obras consideradas talvez como mais 'acessíveis' ao grande público que comparecia nas sessões. Porém, seria recomendável a preocupação com a veiculação de uma produção local, também no plano audiovisual que fosse contemporânea e adequada ao público infantil ao qual se destinam tais eventos. A presença dos realizadores dessas obras em tais ocasiões seria algo a ser pensado, algo que em São Paulo é verificado, por exemplo, no Cinema na Laje, na Cooperifa. Reginaldo preparava um ambiente especial para essa atividade, mais amplo que a biblioteca, por agregar muito mais crianças que o espaço comportaria. "*Sonhando alto com os pés no chão*", ele chegou a fazer um castelo em um dos anos do evento, como pode ser visto em uma das fotos relacionadas. Há muitos apoiadores - poetas, cordelistas e contadores de histórias - que auxiliam nessa ocasião; um parceiro recorrente dessa semana cultural é "O Movimento Cultural Cores do Amanhã", que produz a decoração do

espaço utilizado pelas crianças. Carminha, que apoia o projeto no plano pedagógico, também participa constantemente. Durante todo o dia, são cerca de 150 crianças para as quais é oferecida uma "*alternativa de ocupação sadia nas férias*".

- Existe uma parceria desenvolvida entre a biblioteca e um grupo social francês, que desenvolve uma biblioteca com moradores de rua da cidade de Nantes. São organizadas oficinas para o ensino de francês com as crianças da comunidade, que enviam materiais - como cartas, poesias e desenhos, que futuramente serão transformados em um livro. Inclusive há uma formação específica para os mediadores, que tem aulas de francês, o que de certa também lhes amplia o horizonte literário, além da multiplicação realizada junto às crianças, as quais dificilmente teriam outras oportunidades para desenvolver esse aprendizado, oferecido gratuitamente. Com contatos realizados eventualmente pelo Skype⁷¹, Reginaldo e alguns membros da biblioteca conheceram pessoalmente o grupo em Nantes, expandindo sua atuação para além de distantes fronteiras geográficas - algo possível graças ao forte empenho comunitário em benefício de uma comunidade de leitores infantis cujas fantasias resistem, ao menos em parte, graças ao seu esforço e de seus inúmeros parceiros.

Acervo

- A biblioteca começou suas atividades com a doação de 800 livros doados pela Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco (FCAP), a Associação Cultura Planeta, e outras organizações como ETAPAS, Centro Josué de Castro, FASE e a Escola Maria Goretti. Moradores da comunidade também auxiliaram nesse processo. Composto inicialmente, em sua maioria, por livros didáticos, os aproximadamente 4.500 itens que a biblioteca abriga atualmente se

⁷¹ O Skype é um programa de transmissão de áudio e voz. Reginaldo, ressalta-se, tinha um bom domínio de informática, utilizando-a essencialmente para garantir o fortalecimento de sua rede de apoiadores. No entanto, nem todos os outros membros da Releitura tinham as mesmas facilidades quanto ao uso da tecnologia.

compõem também por diversos livros literários, principalmente de literatura brasileira, literatura de cordel - estimulada nas atividades de mediação -, literatura infanto-juvenil e materiais audiovisuais. Na época havia um catálogo, com fichas para identificação dos livros; tal processo, com a implementação do BibLivre, deve ser automatizado, aos poucos. Quanto aos empréstimos, era permitida a retirada de no máximo 5 obras, pelo período de 8 dias; para controle de saída havia um caderno, mas estava se pensando em usar carteirinhas individuais para os leitores, como havia por exemplo na biblioteca do Instituto Però. Notou-se também a produção de materiais pelas crianças - cartazes, desenhos e livretos de cordel, por exemplo. O espaço tinha, por fim, alguns jogos, que tinham uso restrito ao espaço.

- Havia doações de duplicatas, e, eventualmente, de '*livros informativos*'. O desenvolvimento do acervo se dava por doações, e também com apoios das organizações que ajudaram a fundar o espaço. Uma parceria realizada junto a Prefeitura do Recife possibilitou a arrecadação de cerca de R\$1.000,00 para uso na última Bienal do Livro do Recife; tal incentivo oficial poderia, entretanto, ser não somente circunstancial, possibilitando um ambiente com plena possibilidade para sua constante renovação. A biblioteca foi contemplada pelo Programa do Livro Popular do MinC, algo a ser salientado. Verificou-se que não havia uma política específica para desenvolvimento de suas coleções.
- A classificação das obras, quando de minha visita, tinha uma particularidade: obedecia a um padrão formal, a Classificação Decimal de Dewey, ainda que adaptada e com menos detalhes que uma notação utilizada por Bibliotecas Públicas e Universitárias. Quando indaguei Reginaldo sobre o assunto, ele afirmou que tinha essa postura pois queria possibilitar o desenvolvimento da autonomia de seus leitores quando fossem a uma Biblioteca Pública - como a nem tão distante Biblioteca Popular de Afogados. Se por um lado essa preocupação tinha sua justificativa, é preciso que os articuladores de Bibliotecas Comunitárias percebam que a realidade local, de sua comunidade, é

quem vai dar respostas inclusive sobre o ordenamento de seu acervo. As cores, nos outros ambientes analisados, facilitavam a orientação dos leitores, como pude perceber; observa-se que mesmo na biblioteca de Caranguejo Tabaiães havia a utilização, em parte, dessa estratégia estimulada pelo CCLF.

Espaço

- A principal limitação da biblioteca era o seu espaço, que não mais comportava os leitores da comunidade. Assim, em 2011, com a ajuda do Clube de Idosos, apoio financeiro dos parceiros de Nantes, e a doação de materiais de uma construtora local, a construção de uma nova sede foi iniciada tendo em vista a expansão da biblioteca, e também a integração física com o Clube citado. O 'barraco' onde funcionava sua sede foi derrubado, e alguns engenheiros e arquitetos ligados à UFPE estão auxiliando no planejamento do novo local, que terá um piso térreo, destinado aos Idosos, e um primeiro piso, onde funcionará a biblioteca. Com isso, não haverá mais despesas diretas com o aluguel, custo precioso para uma instituição com recursos limitados. O prédio em construção terá capacidade para acolher diariamente até 150 visitantes, com uma ampla sala de leitura, e outra sala para atividades diversas, como as desenvolvidas atualmente ligadas ao canto coral e a pintura. De acordo com Reginaldo, a construção precisa de um valor entre R\$ 80 mil e R\$ 100 mil para seu término, um valor muito alto tendo em vista os recursos disponíveis à biblioteca. É visível o apoio do público ao projeto quando Reginaldo relata que *"jovens da comunidade que estão sem trabalhar ajudam com a mão-de-obra na construção do prédio"*; assim, o sonho desse novo espaço será, muito em breve, concretizado.
- Quando a visita foi realizada, um dos mediadores alertou sobre a falta de equipamento de segurança do local; os equipamentos de informática, por exemplo, seria passível de serem roubados. Algo que notei, assim como na maioria das iniciativas, também relacionada à segurança era a ausência de extintores de incêndio no local; essa ausência, se ainda for

algo recorrente na Releitura, deve ser enfrentada com os equipamentos adequados.

Gestão

- Assim como a Biblioteca do Coque, a coordenação pró-ativa de Reginaldo era essencial para diversidade de parcerias conseguidas pela biblioteca; a forte coesão observada entre os demais integrantes do projeto, principalmente os mais jovens, garantia o seu fortalecimento. A articulação com agentes locais era outro positivo; existiam fortes vínculos estabelecidos junto ao Clube de Idosos, e parcerias com a Associação de Moradores e o Centro Público de Economia Popular e Solidária 'Maria Luzinete Costa'. Havia externamente outras instituições que apoiavam a biblioteca: ETAPAS, SEBRAE, FCAP, FAFIRE, Fundação de Cultura Cidade do Recife, Programa Manuel Bandeira, Programa Pernambuco Lendo, Companhia Criativa, Associação Cultura Planeta etc, que se configuram como uma verdadeira rede solidária em favor da leitura na comunidade de Caranguejo Tabaiães. Uma posição exemplar é quanto a distribuição de recursos para os articuladores locais envolvidos nas atividades de mediação de leitura, o que demonstra seu amadurecimento desse coletivo, que se abnega de favorecimentos econômicos, em prol de seus esforços pela educação e cultura no local: de acordo com o que Reginaldo relatou, somando os recursos oriundos de convênios, como os do projeto do Instituto C&A, com algumas bolsas disponibilizadas pelo Programa Manuel Bandeira de Formação de Leitores, os jovens transformam o total numa espécie de 'bolsa-auxílio da biblioteca' e fazem uma redistribuição per capita que chega a aproximadamente a 50% do salário mínimo. Isso não é regular e em alguns meses, especialmente em janeiro e julho, por causa das férias, eles não contam com os recursos do Programa Mais Educação, o que provoca uma mingua na bolsa, que prejudica e às vezes impossibilita esse compartilhamento.

- Observa-se, quanto à sua regulamentação jurídica, que na época da visita era utilizada a razão social do Clube de Idosos, parceiro administrativo da biblioteca. Como mencionado, a recente aproximação com a UFPE deve ter oferecido autonomia a iniciativa analisada, com a instauração de um CNPJ próprio.

Outros Aspectos

- Havia equipamento de informática - computadores, impressora, scanner, e estrutura para Internet - mas estavam restritos ao uso administrativo. A biblioteca faz bom uso dos recursos tecnológicos - mantendo um blog atualizado com notícias referentes as atividades de mediação de leitura, e sugestões de novos livros do acervo, por exemplo.
- Recentemente a Biblioteca Comunitária Caranguejo Tabaiães foi reconhecida com o prêmio Anu, promovido pela Central Única das Favelas (Cufa), do Rio de Janeiro, que reconhece projetos sociais e culturais responsáveis pela valorização de suas comunidades; isso ocorreu entre os anos de 2010 e 2011, sendo que a iniciativa foi o principal destaque do estado de Pernambuco. A premiação pretende, por meio de sua continuidade, incentivar organismos e indivíduos a desenvolverem projetos sociais dentro dessas áreas e criar um banco de dados sobre instituições, fundações, ONGs, empresas, clubes, pessoas físicas e demais entidades que atuem em favelas, algo no qual o campo da Biblioteconomia, por exemplo, retomando um conceito já parcialmente abandonado - o dos Centros de Documentação Popular, presentes na década de 80 - poderia ajudar, *propositivamente*.

As duas bibliotecas descritas a seguir não foram visitadas para uma análise detalhada como as demais experiências. No entanto, para que o esforço desses agentes sociais em prol da leitura seja destacado, será brevemente delineado um quadro das iniciativas.

4. 2. 8 BIBLIOTECA COMUNITÁRIA AMIGOS DA LEITURA [RECIFE]



Fig. 43 a 46: Biblioteca Comunitária Amigos da Leitura

Criada em 15 de dezembro de 2004, fruto da união de esforços entre um morador da comunidade e técnicos do Porto Digital, funcionários da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de PE, profissionais da Associação Profissional de Bibliotecários de PE além do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, que cedeu o espaço para a biblioteca. Fábio Rogério Rodrigues, educador social responsável pela iniciativa, chegou a me recepcionar na minha visita, embora eu não tenha conhecido o local.

No início de sua trajetória eram desenvolvidas diversas atividades, ligadas em sua maioria a questão da mediação de leitura - como observado nas outras componentes da Releitura - chegando a possuir, de acordo com seus coordenadores, um fluxo de até 500 pessoas por mês. No local, havia a disponibilização de informações de interesse comunitário - como um 'banco de empregos', além da articulação de cursos com o Sindicato e o SENAI. Porém, em setembro de 2008, o Sindicato precisou do espaço anteriormente cedido e a biblioteca foi 'transferida' para a casa do morador que a idealizou, ocupando seu terraço. Visando o fortalecimento político da iniciativa, em 2009 teve seu ingresso na Releitura; no ano seguinte, visando sua melhor estruturação, um projeto foi aprovado junto ao Funcultura, de Pernambuco.

Além de Fábio, educador com uma trajetória repleta de formações - ligadas ao teatro, ao marketing cultural, a contação de histórias - que chegou a trabalhar como coordenador no projeto Escola Aberta da Unesco, participam da Biblioteca Comunitária Amigos da Leitura: Diógenes Bandeira da Silva, com segundo grau completo, que atua na catalogação e administração do acervo; Jéssica Tamara Lima dos Santos, estudante do ensino médio, que tem cursos de informática, e auxilia na divulgação virtual; Mayara Ferreira Barros, que participa programa Manuel Bandeira de Formação de Leitores, pela Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife - 'poetisa mirim', ela oferece oficinas de mediação; e Cibelle Cássia de Souza Lima, também integrante do programa Manuel Bandeira, atuando principalmente nas atividades de desenhos e pintura, no local.

Procurando 'Estimular a imaginação e a criatividade como formas de expressão', 'Desenvolver as aptidões de leitura, escrita e escuta', 'Despertar o desejo de ler, escrever, expressar-se', 'Promover oficinas sócio-educativas e culturais' e 'Favorecer o fortalecimento das relações, família e comunidade', a Biblioteca Comunitária Amigos da Leitura segue sua luta em defesa do direito a democratização da leitura junto aos meios populares.

4. 2. 9 LIVROTECA BRINCANTE DO PINA



Fig. 47 a 49: Livroteca Brincante do Pina

"Cada livro é como uma carta de alforria", Kcal Gomes, traficante de livros

A Livroteca Brincante do Pina, idealizada pelo artista Kcal Gomes, foi o primeiro Ponto de Leitura do Programa Mais Cultura, do MinC⁷². Instalada inicialmente em uma palafita de cerca 6 x 8m na beira da maré, mudaram-se para uma casa de alvenaria, de 55 m² em seguida, e, atualmente, ocupa o espaço das últimas fotos dessa seção.

Kcal é um dos artistas mais divulgado em relação à causa da leitura na periferia. Além de contar com a sua exposição junto ao MinC, ele teve a honra de estreitar uma produção internacional sobre sua luta. Inclusive eu tive a oportunidade de ver a estréia desse filme, "*A mão e a Luva*"⁷³ na comunidade do Pina. Uma multidão, em clima informal e amistoso, puderam acompanhar a história de Kcal no telão instalado ao ar livre. Após o filme, fomos conhecer o espaço, com um grande número de pessoas inclusive; Kcal falou brevemente comigo, pois Reginaldo tinha me levado, e Fábio também nos acompanhava. Pude perceber que muitos livros ainda precisavam ser catalogados e organizados nas estantes.

Contando com um acervo de cerca 2000 livros, a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco auxiliou em sua catalogação, no início das atividades. A biblioteca do Pina tem um mobiliário customizado com almofadas, pufes e tapetes, e são realizadas diversas atividades lúdicas como saraus, oficinas de música, desenho, dança, capoeira, teatro etc. Outros apoiadores do espaço foram o Centro de Cultura Luiz Freire, a Prefeitura de Recife, e o Instituto C&A, por meio do Programa Prazer em Ler. Ressalta-se que esse último apoio ocorreu de forma intermitente; a Livroteca compôs a Releitura em pouco mais da metade de sua trajetória.

⁷² A inauguração oficial dos programas Pontos de Leitura ocorreu numa visita do então ministro Juca Ferreira, em 14 de outubro de 2008, à comunidade do Pina.

⁷³ "*A mão e a Luva*", de Machado de Assis, foi o título do primeiro livro que o artista encontrou na maré, quando tinha 16 anos.

5. PERSPECTIVAS PARA A RELEITURA

Ao final da visita, após uma breve análise sobre as anotações feitas ao longo dos dias em que conheci a Releitura, estabeleci uma série de bons exemplos, complementares, das Bibliotecas Comunitárias locais, expondo alguns deles em uma apresentação de pré-sistematização no Centro Cultural Luiz Freire, junto a 10 integrantes da rede. A maioria dos 'modelos', eram relativos à mediação; ei-los:

- Na Biblioteca do Instituto Però a realização de grupos focais por idade para mediação de leitura me pareceu uma boa estratégia; além disso, o 'Movimento Integração', no qual são realizados contatos regulares com as mães das crianças que o projeto atende, pode servir como um modelo para outras instituições semelhantes;
- Na Biblioteca Mei-Mei, notei que a integração com os projetos pedagógicos influía positivamente na questão do uso da biblioteca pelos alunos do espaço. Além disso, o espaço físico, embora limitado, é amplamente decorado - com literatura de cordel, brinquedos etc - transformando-se em um local aconchegante para quem o frequenta.
- Na Biblioteca Os Bravistas a customização do espaço pelas pequenas mãos infantis que preenchem suas paredes é algo simbolicamente muito instigante; as atividades ao ar livre, relacionadas por exemplo ao teatro com bonecos é uma outra ação que merece destaque;
- Na Biblioteca Multicultural Nascledouro, um ponto interessante a ser citado é a sua administração, realizada por meio de um colegiado; contribui para isso o amplo histórico de luta no qual o grupo se insere, na comunidade de Peixinhos. Os Folhetins Poéticos, produções artesanais de frequentadores do espaço é outro bom exemplo.
- Na Biblioteca do CEPOMA a realização de atividades de leitura com diferentes 'composições' [individualmente, em dupla ou em grupo], de

acordo com a atividade planejada, me chamou a atenção; a ênfase na pintura, que possui um 'referencial teórico próprio' também vale ser mencionada;

- Na Biblioteca Popular do Coque, ressaltou, sobre o ponto de vista da mediação a questão do resgate de história de mães da comunidade, bem como os encontros temáticos, planejados de acordo com datas comemorativas tradicionais ou relativas a população local;
- Na Biblioteca Caranguejo Tabaiães as atividades públicas, como a Semana do Conto, atraem um grande público e divulgação da mídia, o que contribui na visualização e inserção do projeto em sua comunidade; pude observar, por acaso, o planejamento de uma semana de atividades no local, e percebi o ambiente democrático de partilha de responsabilidades, algo a ser notado.

Quanto as principais lacunas observadas, eram em sua maioria relativas a sustentabilidade dos projetos, e ao modo como inserir a tecnologia dentro desses ambientes. Os seguintes pontos foram levantados, visando a criação de ações específicas:

- Necessidade de reconhecimento quanto aos públicos (e ao '*não-público*') das bibliotecas, e de suas demandas;
- Estímulo a divulgação de material produzido pela Releitura e suas componentes;
- Fortalecimento da infra-estrutura tecnológica e capacitações específicas em ferramentas estratégicas, do ponto de vista técnico e pedagógico;
- Estruturação de um sistema para catalogação facilitada dos materiais, visando o uso dos acervos em rede;
- Criação de um canal favorecendo a relação e troca de experiências sobre a sustentabilidade de projetos comunitários de leitura.

Com relação ao primeiro tópico, com o qual podemos nos valer de um Estudo Sistematizado de Comunidade⁷⁴, ressalta-se que a área de Biblioteconomia ainda carece de fontes que digam respeito a esse tema. Nesse trabalho, tendo em vista a perspectiva também crítica proposta por VERGUEIRO⁷⁵ (1990), citaremos um trecho de sua Tese, onde é pormenorizado um modelo passível para um diagnóstico local sobre a leitura, oferecendo insumos para enriquecer a compreensão crítica das comunidades onde práticas leitoras autônomas inserem-se:

Do ponto de vista da comunidade, as características (*a serem levantadas para seu diagnóstico*) vão ser bastante variadas, incluindo as seguintes:

Históricas: abrangerá dados referentes a antecedentes históricos da comunidade principalmente no que diz respeito à sua evolução e crescimento. Estes dados poderão trazer-lhe subsídios para melhor compreensão do ponto de desenvolvimento econômico/social em que esta comunidade se encontra atualmente e de quais instrumentos deverá lançar mão para influir neste desenvolvimento;

Demográficas: número de habitantes, idade, nacionalidade, sexo, taxas de natalidade e mortalidade, caráter urbano-rural da comunidade etc.;

Geográficas: direção de crescimento físico da comunidade, levando em consideração, entre outras coisas, a existência ou não de barreiras para a expansão da mesma e da distribuição da população na área de abrangência da biblioteca;

Educativas: grau de analfabetismo existente, nível de instrução da população, instituições educacionais e o número de estudantes matriculados, cursos de férias, iniciativas educacionais ligadas a grupos com interesses variados, como é o caso de Igrejas, Associações, Sindicatos, Indústrias etc.;

Sócio-econômicas: atividades econômicas mais importantes. Principalmente, identificar se estas atividades ocorrem durante todo o período ou se são sujeitas a variações sazonais. Além disso, irá abranger, ainda, informações sobre o nível econômico da população e taxa de desemprego. É necessário, também, coletar informações sobre os serviços públicos existentes na área de saúde e assistência. O nível de organização da comunidade no que diz respeito à existência de organizações comunitárias e vicinais e à identificação dos líderes da comunidade também será um dado de imprescindível coleta;

Culturas e informacionais: organizações e grupos culturais existentes, expressões culturais características da comunidade, eventos culturais realizados com maior frequência, produtores culturais no local. Acrescente-se a estes, dados relacionados com os sistemas de comunicação disponíveis na comunidade: canais de televisão, estações de rádio, jornais, principais periódicos de acesso à população etc. Além disso, deve-se coletar dados sobre as demais instituições fornecedoras de informações existentes na comunidade, visando, principalmente, tanto um provável

⁷⁴ Há formas alternativas para essa expressão: “Levantamento de Necessidades de Comunidade”, “Relatório de Acompanhamento Pedagógico de Comunidade” etc.

⁷⁵ VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Bibliotecas públicas e mudança social: a contribuição do desenvolvimento de coleções. Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação, ECA/USP, 1990.

compartilhamento de recursos como a possibilidade de um programa efetivo para aquisição cooperativa.

Políticas & Legais: envolvem questões como a determinação de onde se localiza a autoridade sob a qual a biblioteca se encontra subordinada, ou seja, a quais órgãos ela se subordina, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento da coleção. Os dados políticos vão abranger questões outras, entre as quais destaca-se a existência ou não de partidos e/ou correntes políticas na comunidade e sua influência sobre a comunidade. (VERGUEIRO, 1990, p. 154-157)

Quanto às informações Históricas procurou-se nesse trabalho estabelecer alguns marcos - a lembrar, o Movimento de Cultura Popular, na década de 60, sob as figuras de Paulo freire, Paulo Rosas, Miguel Arraes, entre outros, prosseguido dos esforços desempenhados pelas Escolas Comunitárias da região; mais à frente, ampliando o espectro dessa luta popular pelo seu reconhecimento simbólico, juntam-se ao movimento organizações do terceiro setor, bem como o próprio governo – ao menos, no começo do estabelecimento de normas legais sobre o tema, e no financiamento, ainda que incipiente, de algumas iniciativas. Compreender tal histórico, bem como os desdobramentos das ações desempenhadas por seus atores deve ser um passo inicial na construção de diagnósticos locais sobre a leitura.

Algumas Informações Demográficas Geográficas, Sócio-econômicas, Educativas⁷⁶ de algumas comunidades atendidas pelas bibliotecas da Releitura foram coletadas para compor os anexos do trabalho. Tais informações sobre a Região Metropolitana de Recife, uma composição múltipla de indicadores, podem servir de baliza para eventuais relatórios de acompanhamento sobre a evolução dos índices em diferentes áreas que possam convergir para uma real idéia de *desenvolvimento humano*. Sob tal perspectiva, é valido atentar à observação de MACHADO:

Apesar de algumas bibliotecas comunitárias apresentarem um bom desempenho no que se refere ao estímulo à leitura, elas não conseguem chegar ao nível de especialização a ponto de trabalhar a informação pública. Este dado nos faz concluir que, apesar do forte trabalho com a leitura, são poucas as bibliotecas comunitárias que conseguem avançar na gestão e transferência da informação pública, sendo que a maioria deixa a cargo da mídia comercial esse serviço. É fato também que o mesmo acontece em relação às nossas bibliotecas públicas. (MACHADO, 2008, p. 148)

⁷⁶ Quanto às Informações Culturais e Informacionais, elas foram esboçadas na contextualização histórica das Instituições mantenedoras de Bibliotecas Comunitárias.

Para analisar as Informações Políticas & Legais, deve-se atentar ao trabalho recente desempenhado pelos componentes dessa rede de leitura para perceber como esse tipo de preocupação tem sido um dos focos de sua atuação. Isso porque a força política da Releitura, advinda de sua intensa atuação dedicada aos meios populares, encontrou o poder público na formulação de um Plano de Leitura para a cidade. Mesmo com esse instrumento sancionado, parece existir uma resistência quanto a avanços reais para as Bibliotecas Comunitárias no planejamento local⁷⁷.

Na época da eleição, a rede entregou aos candidatos um rol de propostas para a efetivação de políticas públicas de incentivo à leitura, com foco nas bibliotecas públicas e comunitárias, tendo como objetivo “contribuir para a definição de políticas públicas que levem à formação de cidades mais leitoras”, conforme relatou Gabriel Santana à época. O documento consta nos Anexos desse trabalho. Tais propostas alcançam nos últimos anos ressonâncias além da esfera local, como pode ser visualizado nas discussões ocorridas no I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas, realizado em novembro de 2012, com a participação de 200 pessoas, entre mediadores dos Pólos de Leitura do Programa Prazer em Ler, gestores da cultura, educação e coordenadores do Sistema Nacional, Estadual e Municipal de Bibliotecas. Por meio desse diálogo foi estabelecida a Carta do Recife, contendo os principais pontos de reivindicações desse movimento, pontuadas sobre nove eixos:

- 1) definir o conceito do que é biblioteca pública, biblioteca comunitária e biblioteca escolar;
- 2) enfatizar a necessidade de dotação orçamentária que garanta autonomia para o desenvolvimento da biblioteca com qualidade;
- 3) apontar a urgência da abertura de concurso público para suprir as necessidades dos segmentos de bibliotecas pública e escolar;
- 4) exigir o reconhecimento do fim público da biblioteca;
- 5) reforçar o direito de acesso a todo o tipo de informação, conforme determina a lei;
- 6) reivindicar a inclusão das bibliotecas escolares nos planos municipal e estadual de educação, com orçamento específico;
- 7) ressaltar a importância de se criar a rede de bibliotecas públicas;
- 8) requerer a criação do Fórum Permanente de Defesa da Biblioteca, do Livro e da Leitura, com participação mista;
- 9) Destacar a importância do comparecimento dos gestores públicos nos eventos relacionados ao setor.

⁷⁷ Os Planos Municipais de Leitura de Recife e Olinda, ambos recém-elaborados estão nos anexos, para consulta.

Comprovando os avanços estabelecidos pro meio dessas discussões, uma Audiência Pública foi realizada em maio de 2013, na Assembléia Legislativa de Pernambuco, a pedido da Comissão Intersetorial em Defesa da Biblioteca, do Livro, da Leitura e da Literatura, composta entre outros membros por Gabriel Santana e Cida Fernandez, protagonistas da Releitura. Contando com a Comissão de Educação e Cultura, representantes do PNLL, a Secretaria da Educação de Pernambuco, a Secretaria de Segurança Urbana do Recife, funcionários das Bibliotecas Públicas de Afogados e Casa Amarela, da Biblioteca Pública Estadual e dos Bagulhadores do Mio, além de estudantes de Biblioteconomia e professores da UFPE e UFRPE e produtores culturais.

Por fim, muito recentemente foi reinstalado o Fórum Pernambucano em defesa das Bibliotecas, do Livro e da Leitura, o que, segundo disse lembra Fábio Rogério, um dos articuladores da Releitura: *“É o primeiro passo concreto para viabilizar a reivindicação explícita na Carta do Recife”*. Como afirma Gabriel Santana o objetivo do Fórum é, por meio da ampla participação da sociedade, *“unir forças para garantir o atendimento das reivindicações de melhoria na qualidade das bibliotecas públicas e comunitárias no Estado”*, criando instâncias oficiais de conscientização pública sobre o tema da leitura.



Fig. 50: Convite para Reativação do Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura

Contando com um acervo circulante em torno de 25 mil livros, mobilizando 4.500 pessoas, sobretudo crianças e adolescentes, os 11 integrantes⁷⁸ da Releitura implantaram, em 2013, a gestão coletiva de sua rede. Sua coordenação foi compartilhada em cinco *Grupos de Trabalho* (GT):

- GT de Incidência Política – Fábio Rogério (Amigos da Leitura) e Rogério Vinícius (Multicultural Nascedouro)
- GT de Formação – Rodrigo Fischer (Peró) e Flávia Messias (Lar Meimei)
- GT de Eventos e Mobilização – Maria Betânia (BP Coque), Reginaldo Pereira (Caranguejo Tabaiars) e Selma Maria (Os Bravistas-Shekiná)
- GT de Comunicação – Flávio Rogério (Amigos da Leitura), Isamar Martins (Cepoma) e Sulamita Esteliam (Assessora de Comunicação)
- GT de Gestão Compartilhada – Flávio Rogério e Isamar Martins

As informações abaixo dizem respeito à sua atual situação financeira, relativa aos aportes realizados pelo Programa Prazer em Ler, no exercício financeiro de 2012:

INSTITUIÇÃO	Movimento Cultural Boca do Lixo – Projeto BMN/Rede de Bibliotecas	Associação Círculo de Histórias do Coque – Diálogo, Educação e Cultura – Biblioteca Popular do Coque	Associação Instituto Peró	Biblioteca Comunitária Caranguejo Tabaiars (Clube de Idosos Unido Vencerá)
INVESTIMENTO	R\$ 94.975,28	R\$ 19.314,26	R\$ 20.277,00	R\$ 39.838,63
INSTITUIÇÃO	Centro de Educação Popular Mailde Araújo (Cepoma)	Creche Educacional Shekiná	Lar Mei Mei	TOTAL
INVESTIMENTO	R\$ 18.972,00	R\$ 18.880,00	R\$ 18.885,01	R\$ 231.142,18

Tabela 3: Dados sobre Financiamento das Bibliotecas Comunitárias da Releitura (Programa Prazer em Ler / Instituto C&A, 2012)

⁷⁸ Desde 2013 as Bibliotecas Comunitárias do Poço da Panela, em Casa Forte e Educ Guri, da Comunidade da Mangueira, ambas no Recife, e a Simón Bolívar, de Abreu e Lima, também compõe a rede.

Com a finalidade esboçar uma comparação, no orçamento público da área cultural no Recife, observar-se que a linguagem da literatura encontra-se em um contexto desfavorável, dentro de um quadro de excessiva concentração, pois no período de 2001 a 2007 cerca de 77,80% dos recursos foram voltados a Música, Artes Cênicas e ao Audiovisual, como visto a seguir:

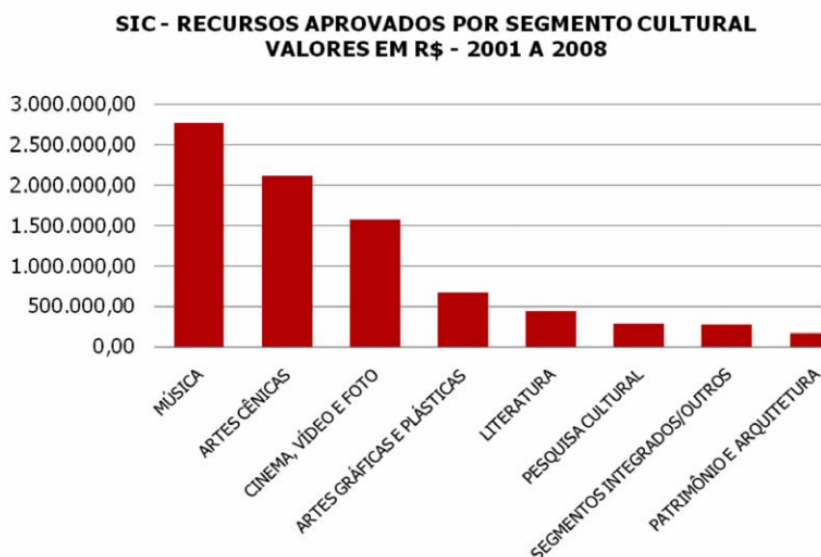


Gráfico 2: Recursos Aprovados por Segmento Cultural – Prefeitura do Recife
[valores totais de 2001 a 2008]

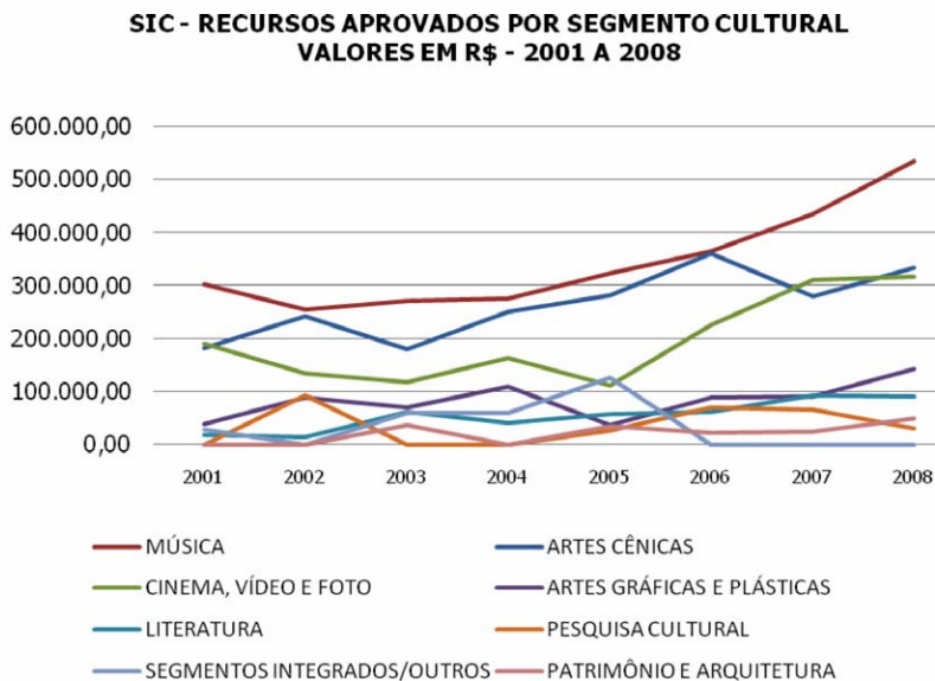


Gráfico 3: Recursos Aprovados por Segmento Cultural – Prefeitura do Recife
[valores escalonados de 2001 a 2008]

Tais aportes precisam ser multiplicados, e a Releitura deve basear suas atividades de forma estratégica, observando as particularidades dos seus diferentes públicos. Pode-se traçar um quadro temporal que permita entender quais as principais faixas etárias atendidas, suas demandas, e os trabalhos com elas desenvolvidos. Abaixo, tenta-se estabelecer um quadro mencionando número de atendimentos em cada biblioteca, que pode ser expandido aos demais anos em que a Releitura fez-se presente no cenário local:

INSTITUIÇÃO	Movimento Cultural Boca do Lixo	Biblioteca Popular do Coque	Instituto Però	BC Caranguejo Tabaiars
CRIANÇAS	236	75	178	933
ADOLESCENTES	182	20	170	174
JOVENS	118	10	38	182
PROFESSORES	2	15	22	118
FAMILIARES	55	15	44	10
OUTROS MEMBROS DA COMUNIDADE	85	21	311	56
INSTITUIÇÃO	Cepoma	Creche Educacional Shekiná	Lar Mei Mei	TOTAL
CRIANÇAS	141	515	91	1422
ADOLESCENTES	33	147	69	546
JOVENS	17	34	17	348
PROFESSORES	7	0	15	157
FAMILIARES	82	116	46	124
OUTROS MEMBROS DA COMUNIDADE	31	0	76	473

Tabela 4: Dados sobre Atendimento por Faixa Etária na Releitura (Programa Prazer em Ler / Instituto C&A, 2012)

INSTITUIÇÃO	Movimento Cultural Boca do Lixo	Biblioteca Popular do Coque	Instituto Però	BC Caranguejo Tabaiars
Total de Público Atendido	678	156	763	1473
INSTITUIÇÃO	Cepoma	Creche Educacional Shekiná	Lar Mei Mei	TOTAL
Total de Público Atendido	311	812	314	4507

Tabela 5: Dados sobre Atendimento por Biblioteca Componente na Releitura (Programa Prazer em Ler / Instituto C&A, 2012)

6. POLÍTICAS LEITORAS & A DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA ESCRITA

O ideal seria estabelecer e avaliar a relação entre essas duas abordagens: a educação mais tradicional, estruturada e sistematizada, que tem lugar nas escolas, versus a abordagem mais dinâmica, livre e contraditória (ainda que mais criativa) no interior dos movimentos sociais. Aprender com eles, mas a eles igualmente algo ensinar. A colaboração mais importante de um educador seria avaliar os elementos teóricos dentro das práticas desses movimentos. O educador crítico deve fazer surgir a teoria implícita nessas práticas, de modo que as pessoas possam apropriar-se das teorias de sua própria prática. O papel do educador não é, pois, chegar ao nível dos movimentos sociais com teorias *a priori* para explicar as práticas que ali ocorrem, mas sim descobrir os elementos teóricos que brotam da prática. (FREIRE & MACEDO⁷⁹, 1990, p. 43)

Baseando-se nas idéias expostas por Paulo Freire, procurei nesse trabalho desvelar a origem orgânica do movimento comunitário em defesa da leitura no Recife; para isso foram citados documentos históricos que demonstram, se não o pioneirismo, sobretudo a grande contribuição que o Movimento de Cultura Popular trouxe às bibliotecas comunitárias locais, e *quicá* no Brasil. Para além de incluir essa questão na esfera pública, trabalhou-se, juntamente com outros movimentos atuantes em sua época, a problemática da 'leitura do mundo'.

Como exposto no começo desse trabalho, no Brasil aportes legais que abrangem as Bibliotecas Comunitárias foram estabelecidos, notadamente nas recentes políticas culturais do Governo Lula e Dilma, por meio do Plano Nacional de Cultura (2006) e do Plano Nacional do Livro e da Leitura (2011). Esse último documento, fruto de pelo menos uma centena de discussões que remontam a 2004⁸⁰, enseja que a formulação de políticas públicas para a leitura deve se nutrir de um coletivo “*desejo daqueles que trabalham nos estados e municípios em trazer para uma dimensão local as bases em que está consolidada a política nacional*”. (PNLL, 2010, p. 22)

Em outro instrumento norteador, o “Guia para Elaboração e Implantação das Políticas Estadual e Municipal de Leitura” (Instituto Pró-Livro, MinC & MEC, 2011), relata-se que:

⁷⁹ FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. Alfabetização – leitura do mundo / leitura da palavra. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

⁸⁰ Entre debates, conferências, palestras, oficinas, seminários, mesas-redondas, e assembléias estaduais e/ou nacionais, com gestores dos órgãos públicos, e representantes de organizações da sociedade civil, bem como profissionais atuantes nas cadeias produtivas e criativas do livro. (c. v.: Instituto Pró-Livro, MinC & MEC: Caderno do PNLL, 2010, p. 22).

Por mais que o Estado e a sociedade se empenhem em incluir milhões de brasileiros a cada ano no sistema de ensino, a maior parte deles não ultrapassa a condição de analfabeto funcional, levando a que um formidável conjunto de esforços, energia e investimentos públicos e privados não cumpra plenamente suas finalidades. A leitura desse cenário leva a percepção de que, mais do que uma **política para difusão do livro, são necessárias políticas municipais de fomento à leitura**. [*grifo nosso*] (Instituto Pró-Livro, MinC & MEC, 2011)

Ainda nesse documento, é citada a necessidade de uma reflexão no nível local para a consolidação de políticas na área da leitura; desse modo, os formuladores do Guia citado prosseguem, afirmando que:

É, afinal, no município que o sujeito desenvolve plenamente sua cidadania, estabelecendo laços de pertencimento e partilhando objetivamente do processo de construção da sociedade. É na sua cidade, portanto, que ele irá perceber e se apropriar dos pontos focais de promoção da prática da leitura, principalmente se os governos locais adotarem redes de programas e projetos de estímulo à leitura combinadas com a institucionalização de políticas e marcos legais que garantam a continuidade dessas ações. (idem, 2011)

Justamente no caso dos Pontos de Leitura, dispositivos responsáveis pela democratização de espaços leitores pelo país, LABREA alerta em sua pesquisa junto aos premiados na primeira edição de tal programa que *“a (sua) fragilidade está na sua dificuldade em articulação tanto com a comunidade quanto com parceiros potenciais a fim de tornar o ponto realmente um espaço comunitário e popular”* (LABREA, 2011).

Algo a ser salientado é a influência direta de redes financiadas pelo Programa Prazer em Ler responsáveis pela elaboração e/ou efetivação de Planos Municipais de Leitura. Em Porto Alegre e Recife as leis correspondentes foram fruto de discussões iniciadas por organizações desse programa; atualmente procedimentos semelhantes ocorrem em Salvador, São Luís e também em São Paulo, onde o Grupo de Discussão⁸¹ (GD) responsável por oficializar um Grupo de Trabalho (GT) sobre o tema tem se reunido constantemente na Biblioteca Monteiro Lobato, com a presença de instituições comunitárias, coordenadore(a)s das diversas bibliotecas públicas municipais, entre outros. Ainda assim, mesmo com a regulamentação de Planos Municipais de Leitura, algumas das cidades ainda não obtiveram avanços reais nesse campo, e, por isso, é preciso um acompanhamento sistemático desses atores quanto às

⁸¹ Página sobre o PMLL em São Paulo: <http://www.facebook.com/pmlbsp>

políticas locais para a democratização da cultura escrita. Nesse sentido, algumas considerações advindas da recente reflexão teórica sobre o tema da democratização da cultura escrita na América Latina, reafirmam as orientações do trabalho desenvolvido pela Releitura, sendo utilizadas para o fechamento desse diagnóstico parcial.

FERREIRO, pedagoga argentina responsável por consideráveis avanços na área da leitura, em obra recente sobre a 'Cultura Escrita e Educação'⁸², alerta:

A necessidade de que os grupos marginalizados possam expressar suas demandas, seus modos de perceber a realidade, torna-se cada vez mais patente para que a própria idéia de democracia não nos venha totalmente abaixo. Essas exigências devem ser expressas, de maneira crescente, no estilo próprio de um texto escrito. (FERREIRO, 2001, p. 127)

Por sua vez, CASTRILLON, bibliotecária com um destacado trabalho na Colômbia⁸³, em conferência sobre 'O Direito de Ler'⁸⁴, vislumbrando a construção coletiva de políticas públicas de leitura na América Latina, pontua ações centradas no intercâmbio entre as práticas dos educadores, na diversificação de fontes visando a democratização da cultura escrita, e que objetivem por fim o incentivo de projetos comunitários relacionados a leitura. Em suas palavras:

Em primeiro lugar, e sem dúvida a mais importante condição, é o investimento de esforços para melhorar a formação dos docentes. O propósito de formar leitores exige professores bem formados, conscientes da necessidade de mudanças importantes na estrutura social da escola e atualizados, não por meio de cursos breves ou oficinas, mas, sim, por meio de programas de longa duração, que partam de sua prática cotidiana e que também introduzam o conhecimento da teoria e a necessidade da reflexão e do debate. Formação que lhes permita romper com a tradição de ensinar como aprenderam. Professores também formados como leitores e escritores, condição primordial para ensinar a ler e a escrever. (CASTRILLON, 2011, p. 24)

⁸² FERREIRO, Emilia. Cultura Escrita & Educação, 2011.

⁸³ Sílvia Castrillon liderou em seu país a criação de importantes entidades, como a pioneira Asociación Colombiana para el Libro Infantil y Juvenil, e a Fundalectura – Fundación para el Fomento de la Lectura. Atualmente Consultora da Unesco, OEA, Cerlalc e da ONU, dirige atualmente a Asolectura - Asociación Colombiana de Lectura y Escritura, por meio da qual iniciou um amplo debate sobre a importância da sociedade civil na formulação de políticas públicas que reconheçam e respondam pela promoção do direito de ler e escrever.

⁸⁴ CASTRILLON, Silvia. O Direito de Ler e Escrever. São Paulo: Ed. Pulo do gato, 2011.

Ao observar a experiência de Recife, nota-se que o Programa Manuel Bandeira de Formação de Leitores⁸⁵ serve como um parâmetro a ser seguido, sendo que existem outras propostas semelhantes em andamento pelo país a serem (re)conhecidas, sistematizadas, e analisadas – como é o caso do ‘*SuperAção*’, um projeto recentemente instituído em algumas salas de leitura nas escolas públicas do estado de São Paulo, gerenciado pelo Instituto Ayrton Senna, em conjunto com as coordenadorias regionais de ensino⁸⁶. Conitnuando, CASTRILLON afirma:

Em segundo lugar, uma escola bem equipada com materiais de leitura, não apenas com textos didáticos que pouco ou nada contribuem para a descoberta de que ler serve para alguma coisa, e sim, com livros e outros materiais impressos, mas não de maneira exclusiva, que permitam que a escola se converta numa ‘comunidade de leitores e escritores’ (LERNER, 2002⁸⁷) e possa adiantar, dentro de todos os seus espaços, práticas de leitura e de escrita que se assemelhem às que a sociedade realiza com a linguagem escrita. Algo que também requer atenção e reflexão é a gestão do tempo dentro da escola, que oferece cada vez menos possibilidades para a reflexão e o pensamento, sendo que ambos se relacionam diretamente com a leitura. Alunos e professores necessitam de tempo para a leitura, para a reflexão e para o debate, mais tempo para o pensamento e menos para a ação (idem, p. 24-25).

Esses trechos são elencados nesse trabalho, para demonstra que o trabalho com a leitura antecede as Bibliotecas Comunitárias, instituições que surgiram para complementar a atuação de dispositivos responsáveis pelo acesso, fornecimento e mediação da informação no país. Sendo uma das sementes responsáveis pelo estímulo a novos leitores, tais bibliotecas devem dedicar parte de sua atuação junto às escolas locais⁸⁸, e envolver-se com a discussão acerca das políticas de leitura esecíficas para esse setor.

Em outro campo que discorre sobre o planejamento de equipamentos de acesso público à leitura, CASTRILLON recomenda que:

⁸⁵ Ao menos em algumas fases onde obteve maior fortalecimento administrativo, notadamente no período em que Carminha e o CCLF estavam à frente do projeto.

⁸⁶ Isso denota, inclusive, a presença marcante de atividades no campo da leitura como uma das práticas de organizações do terceiro setor (as ONGs) no Brasil.

⁸⁷ LERNER, Delia. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. São Paulo: Artmed, 2002.

⁸⁸ No caso da Releitura, o Insituto Perú destaca-se quanto a essa ação.

Quanto à biblioteca pública, os debates cidadãos realizados nos encontros mencionados levantou a necessidade de que as bibliotecas sejam construídas a partir de **projetos das próprias comunidades**, que sirvam a seus propósitos, que se convertam em verdadeiros mecanismos de acesso à cultura letrada e, portanto, que permitam democratizar esse acesso, o que significa chegar a toda a população e não de maneira quase exclusiva à escolarizada. (idem, p. 25)

Assim, o reconhecimento de iniciativas em prol da leitura já em andamento nas comunidades brasileiras deve ser uma das balizas para as políticas de fomento às bibliotecas comunitárias no país, *capilarizando* recursos, facilitando sua utilização⁸⁹, promovendo a diversificação necessária dos públicos que freqüentam esses espaços emergentes da cultura escrita. O fortalecimento do Programa dos Pontos de Leitura, que até hoje ofereceu resultados modestos em sua trajetória, tem que ser realizado junto a um acompanhamento por parte de instâncias em que membros da sociedade civil tenham acesso pleno. Parcerias com órgãos que possam sistematizar tais programas, também devem ser melhor estruturadas, de forma a contar também com a presença da academia e dos próprios integrantes desse processo; essas análises precisam ser sobretudo locais, oferecendo subsídios precisos e encaminhamentos práticos para as diversas iniciativas nesse campo. Ainda remetendo a CASTRILLON, deve-se considerar que:

Para que o problema da falta de leitura seja traduzido à linguagem da ação política e da necessidade do exercício cidadão, é preciso que a sociedade civil organizada intervenha, peça a palavra, a palavra escrita. Porém também é necessário saber que a comunidade não se organiza de maneira espontânea, nem em instâncias superiores, nem ao redor de temas sobre os quais não esteja totalmente convencida ou que não constituam uma necessidade para ela. **Inscrever a leitura no contexto das necessidades das pessoas é postulá-la em dois âmbitos: no da sobrevivência imediata, da defesa dos direitos, da possibilidade de participação consciente nos destinos de sua comunidade e no futuro do pensamento, do pensamento divergente e reflexivo, do pensamento que busca significações.** [*grifo nosso*] (CASTRILLON, 2011, p. 94-95)

Dessa forma, o trabalho de base, visando uma efetiva conscientização da importância do ato de ler junto às camadas populares, desenvolvido por coletivos como a Releitura, deve estar cada vez mais dentro de um ciclo

⁸⁹ Realizando, periodicamente, 'Premiações' para tais práticas. Ressalta-se que esse modelo de transferência de recursos por parte dos entes federados às iniciativas da sociedade civil oferece meios menos burocráticos para a destinação da verba alocada, o que configura uma vantagem estratégica para essas bibliotecas, que muitas vezes carecem de um quadro técnico que possa preocupar-se estritamente com procedimentos contábeis.

virtuoso que possa envolver de maneira ampla a sociedade civil que a circunda, seja por meio de parcerias estratégicas com entes articulados (como grupos artísticos locais, associações de bairro etc), ou por meio de campanhas de sensibilização realizadas junto a comunidade nas quais tais bibliotecas se encontram (com a promoção de saraus, a distribuição pública de livros, por exemplo). Atualmente, com a consolidação de Planos Municipais de Leitura em andamento tanto em Recife como em Olinda, debates, leituras e Audiências Públicas devem continuar a ser planejados e agendados, de forma a garantir aos mais diferentes atores sociais o ingresso de suas demandas nesse campo.

Finalizando o espaço para as contribuições de CASTRILLON, a autora situa, em outro terço que:

A cultura escrita é um bem público e um meio para a construção individual e coletiva do público, e a biblioteca, enquanto espaço social complexo sustentado por uma rede de relações, é um bem para a construção do público, capaz de desempenhar um papel na construção da democracia e na dignificação do espaço público (CASTRILLON, 2011, p. 96)

Assim, reafirmando a necessidade de uma maior atenção às Bibliotecas Comunitárias, responsáveis diretas pela construção de uma nova voz na construção de políticas leitoras, democratizadoras da cultura escrita, é preciso que sejam realizados esforços amplos e coordenados, junto aos diversos cursos de Biblioteconomia inseridos em cidades que contenham tais práticas. Carentes de um órgão ou associação que lhes dê representatividade enquanto um grupo além da realidade local, as Bibliotecas Comunitárias devem ter como uma de suas ações o estabelecimento contínuo de alianças que não comprometam sua autonomia, mas que permitam seu desenvolvimento, fortalecendo seus esforços em prol da leitura nos meios populares, entendida efetivamente como um direito social a ser conquistado.

BIBLIOGRAFIA

- AEEC PE (Associação dos Educadores das Escolas Comunitárias – PE). AEEC-PE nas ruas do Recife: resiste e luta. Recife: AEEC-PE, (1992)
- ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Bibliografia comentada: Bibliotecas Públicas e Alternativas. In. : Rev. Bras. Bibliotecon. e Doc., São Paulo, v. 26, n. 1/2, 1993, p. 115-127.
- ÁVILA, Alais. Contextualização do programa Prazer em Ler. Barueri: Instituto C&A, 2009.
- BANDEIRA, Carmen Lúcia Bezerra. A leitura e o direito à educação de qualidade: lições das Oficinas de Leitura. In. [Observatório da Educação e da Juventude]. Políticas e práticas de leitura no Brasil. São Paulo: Ação Educativa, 2003 (Série Em Questão, 2)
- BANDEIRA, Carmen Lúcia Bezerra; ROSA, Ester Calland de Sousa; BRANDÃO, Maria Solange (org.). Programa Manuel Bandeira de Formação dos Leitores: uma política de leitura na Rede Municipal de Ensino do Recife. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2009
- BANDEIRA, Carmen Lúcia; JOSEFA, Delma; CALLAND, Ester; FERNANDEZ, Cida (coords.); PEREIRA, Luzete (cons.). Política de Leitura: qualidade que não pode mais esperar (ou qualidade cansada de esperar?). Olinda: CCFL, 2000
- BANDEIRA, Carmen Lúcia Bezerra. (Depoimento). In. Colóquio sobre a política de formação de profissionais da educação no estado de Pernambuco. São Paulo: Ação Educativa, 1998 (Série Debates, 6)
- BANDEIRA, Carmen Lúcia Bezerra. O movimento das Escolas Comunitárias de Olinda / Recife. In. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (org.). Educação de Jovens e Adultos – teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez Educativa, Instituto Paulo Freire, 1995.
- BRASIL. MEC / MINC. Decreto Nº 7.559, de 1º de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL - e dá outras providências.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – CASA CIVIL – SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Lei n. 12.343, de 02 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais e dá outras providências.
- CARMEN FEIJOÓ, Maria del; HIRSCHMAN, Sarah. Gente y cuentos: educación popular y literatura. Buenos Aires: CEDES, 1984.
- CASTRILLON, Silvia. O Direito de Ler e Escrever. São Paulo: Ed. Pulo do gato, 2011.
- CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE. Escolarização básica nas camadas populares da Região Metropolitana do Recife. Olinda: CCFL, 1993
- CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE. Uma Estratégia de Sobrevivência Escolar na Região Metropolitana do Recife. Olinda: CCFL, 1994
- CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE. Oficinas de Leitura Aprendendo a Gostar de Ler: Fundamentos e Sistematização do Método. Olinda: CCLF, 1994.
- CENTRO DE ATIVIDADES MARIA DA CONCEIÇÃO. Aprendizagem pela prática cultural. Recife, [1989].
- DUARTE, Fábio; FREY, Klaus. Redes Urbanas. In. DUARTE, Fábio et al. O tempo das redes. SP: Perspectiva, 2008
- FERREIRO, Emilia. Cultura Escrita & Educação. Porto Alegre: ARTMED, 2011.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1982.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. Alfabetização – leitura do mundo / leitura da palavra. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Censo Nacional de Bibliotecas Públicas. Brasília, 2010.

GOÊS, Moacyr de. De pé no chão também se aprende a ler (1961 – 1964) – uma escola democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

INSTITUTO C&A. Relatório sobre o Programa Prazer em Ler – Exercício 2011/2012. Barueri: Instituto C&A, 2012.

INSTITUTO C&A. Prazer em Ler: 3 anos. Barueri: Instituto C&A, 2009.

INSTITUTO C&A. Programa Prazer em Ler: Proposta Técnica. Barueri: Instituto C&A, 2009.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO, MINC & MEC. Brasília: Caderno do PNLL, 2010

LABREA, Valéria Viana. Cartografia da cadeia Criativa do Livro: subsídios para uma política pública. Brasília: DLLL / MinC; UNESCO, dez./2011

LUIS CARBAJO, José; ESPINA RELUCE, Gonzalo. La Biblioteca como signo de cultura popular. Revista Contexto & Educação, n. 13, jan./mar. 1989.

MACHADO, Elisa; VERGUEIRO, Waldomiro. A prática da gestão participativa em espaços de acesso à informação: o caso das Bibliotecas Públicas e das Bibliotecas Comunitárias. Rev. Interameric. de Bibliotecología, Medellín, v. 33, n. 1, jan./jun., 2010

MACHADO, Elisa Campos. Bibliotecas Comunitárias como prática social no Brasil. Tese de Doutorado. ECA/USP, 2008.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. A Biblioteca ‘fora do tempo’: políticas governamentais de Bibliotecas Públicas no Brasil, 1937-1989. 1994. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação), ECA/USP, 1994.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. Bibliotecas Públicas: políticas do Estado brasileiro de 1990 a 2006. Dissertação de Mestrado - ECI/UFMG, 2008.

PREFEITURA DO RECIFE – SECRETARIA DE CULTURA. Plano Municipal de Cultura do Recife 2009 – 2019. Recife: Prefeitura..., 2008.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo. São Paulo: Humanistas, 2001.

ROSAS, Paulo. O movimento de cultura popular – MCP. In.: XXXII Reunião Anual da SBPC, 1980. (mimeo.)

SCHELLING, Vivian. A presença do povo na cultura brasileira: ensaio sobre o pensamento de Mário de Andrade e Paulo Freire. Campinas: EdUnicamp, 1990

SILVA, Ana Claudia Perpétuo de Oliveira. É preciso estar atento: a ética no pensamento expresso dos líderes de bibliotecas comunitárias. Dissertação de Mestrado - PGCIN/UFSC, 2011.

SOUZA, Euclisia Ferreira de. Região Metropolitana do Recife: escolarização das camadas populares. Revista Tempo e Presença, v. 15, n. 272, dez. 1993.

SPOSITO, Marília Pontes; RIBEIRO, Vera Masagão. Escolas Comunitárias: contribuição para o debate de novas políticas educacionais. São Pulo: CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1989.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Bibliotecas públicas e mudança social: a contribuição do desenvolvimento de coleções. Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação, ECA/USP, 1990.

VERRI, Gilda Maria Whitaker. Templários da Ausência em Bibliotecas Populares. Recife: EDUFPE, 2010.

ANEXOS

ANEXO 1: Dados sobre atividades desenvolvidas nos Pontos de Leitura, do MinC (coletados de: LABREA, Valéria Viana. Cartografia da cadeia Criativa do Livro: subsídios para uma política pública. Brasília: DLLL / MinC; UNESCO, dez./2011).

Descrição	Região Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Iniciativas premiadas	30	187	46	204	48	514
%	6%	36%	9%	40%	9%	100%
Iniciativas que participaram da pesquisa	18	94	16	96	20	244
%	60%	60%	36%	47%	42%	48%
Atividade existente no Ponto de Leitura: Contação de histórias	10	80	14	78	16	198
%	66%	86%	88%	81%	80%	81%
Atividade existente no Ponto de Leitura: Cultura digital	10	30	4	38	10	92
%	66%	32%	25%	40%	50%	38%
Atividade existente no Ponto de Leitura: Empréstimo de livro	16	76	10	80	16	198
%	89%	81%	63%	83%	80%	81%
Atividade existente no Ponto de Leitura: Esporte e lazer	4	18	2	32	8	64
%	22%	19%	13%	33%	40%	26%
Atividade existente no Ponto de Leitura: Estudos, formação e pesquisa	12	60	8	62	8	130
%	67%	63%	60%	64%	40%	63%
Atividade existente no Ponto de Leitura: Formação de leitores críticos	12	64	8	38	8	120
%	66%	67%	60%	40%	40%	49%
Atividade existente no Ponto de Leitura: História oral, memória da comunidade	8	64	10	44	4	120
%	44%	67%	63%	46%	20%	49%
Atividade existente no Ponto de Leitura: Confecção de Livro	4	12	6	28	6	56

artesanat						
%	88%	18%	38%	89%	80%	88%
Atividade existente no Ponto de Leitura: Ludicidade	8	78	10	64	14	158
%	44%	77%	68%	56%	70%	66%
Atividade existente no Ponto de Leitura: Cinema e vídeo	8	16	8	34	6	60
%	11%	17%	18%	35%	30%	85%
Atividade existente no Ponto de Leitura: Desenho	8	30	4	34	10	80
%	11%	38%	85%	35%	50%	33%
Atividade existente no Ponto de Leitura: Oficinas literárias	10	56	10	50	18	138
%	56%	60%	68%	58%	60%	57%
Atividade existente no Ponto de Leitura: Oficinas de música	4	84	4	36	8	76
%	88%	86%	85%	38%	40%	31%
Atividade existente no Ponto de Leitura: Produção textual	10	38	18	50	10	180
%	56%	40%	75%	58%	50%	49%
Atividade existente no Ponto de Leitura: Arte-educação	8	18	8	46	6	80
%	44%	19%	18%	48%	30%	33%
Atividade existente no Ponto de Leitura: Organização de rede	4	10	8	18	8	36
%	88%	11%	18%	19%	10%	16%
Atividade existente no Ponto de Leitura: Feira do livro	8	8	0	18	6	88
%	11%	9%	0%	18%	30%	11%
Atividade existente no Ponto de Leitura: Roda de conversa com autores	8	38	4	36	4	84
%	44%	34	85%	38%	80%	34%
Atividade existente no Ponto de Leitura: Sarau literário	6	40	6	50	4	106
%	33%	48%	38%	58%	80%	43%

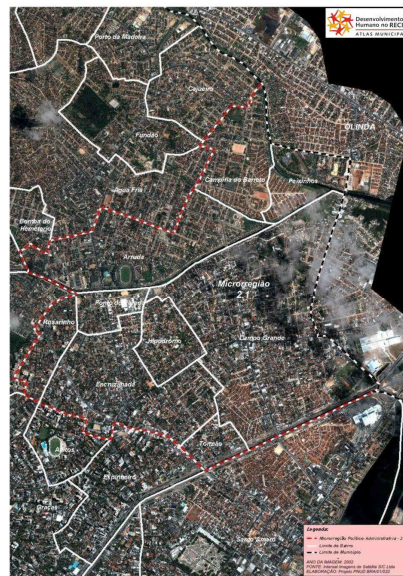
Atividade existente no Ponto de Leitura: Teatro	8	34	6	40	8	96
%	44%	36%	38%	48%	40%	39%
Atividade existente no Ponto de Leitura: Oficinas de Meio ambiente/MA	0	14	1	13	8	30
%	0	15%	6%	14%	10%	18%
Necessidade do Ponto de Leitura: Recursos financeiros para renovação do acervo	9	59	10	59	15	158
%	50%	63%	63%	61%	75%	68%
Necessidade do Ponto de Leitura: Recursos financeiros para pgto de bibliotecária	7	61	7	59	14	148
%	39%	65%	44%	61%	70%	61%
Necessidade do Ponto de Leitura: Recursos financeiros para pagamento de local e manutenção	9	55	8	58	10	140
%	50%	59%	50%	60%	50%	57%
Necessidade do Ponto de Leitura: Recursos financeiros para bolsistas e monitores	10	63	10	66	11	160
%	56%	67%	63%	69%	55%	66%
Necessidade do Ponto de Leitura: Recursos financeiros para oficinairos e formadores	13	77	13	79	16	198
%	78%	88%	81%	88%	80%	81%
Necessidade do Ponto de Leitura: Recursos humanos	9	61	10	68	18	154
%	50%	65%	63%	65%	60%	63%
Necessidade do Ponto de Leitura: Qualificação e formação dos recursos humanos já existentes	10	61	10	68	11	154
%	56%	65%	63%	65%	55%	63%

Necessidade do Ponto de Leitura: Catalogação do acervo	5	33	4	33	7	33
%	33%	35%	35%	34%	35%	34%
Necessidade do Ponto de Leitura: Local adequado	5	35	1	36	5	33
%	33%	37%	6%	38%	35%	34%
O Ponto de Leitura tem parcerias com escolas	5	37	5	36	5	63
%	33%	39%	31%	37%	35%	33%
O Ponto de Leitura tem parcerias com bibliotecas	4	18	4	16	4	46
%	33%	19%	35%	17%	30%	19%
O Ponto de Leitura tem parcerias com livrarias	3	36	5	35	5	64
%	17%	38%	31%	36%	35%	36%
O Ponto de Leitura tem parcerias com Secult	5	37	6	34	6	33
%	37,78%	39,36%	37,50%	35,48%	30,00%	36,07%
O Ponto de Leitura tem parcerias com outros pontos de leitura	4	31	7	18	6	56
%	33%	33%	44%	19%	30%	33%
Ponto de Leitura que conta com Bibliotecária	3	33	3	31	7	56
%	17%	34%	13%	33%	35%	33%
Ponto de Leitura que conta com Divulgação do trabalho do ponto	1	34	4	31	3	73
%	6%	36%	35%	33%	40%	33%
Ponto de Leitura que conta com Acesso a internet	1	34	4	33	5	56
%	56%	36%	35%	33%	35%	33%
Ponto de Leitura que conta com Autores no Ponto	10	39	9	39	11	103
%	56%	43%	56%	41%	55%	44%
Ponto de Leitura que é Biblioteca comunitária	18	77	16	30	19	310
%	100%	33%	100%	33%	95%	36%
Ponto de Leitura que é Biblioteca itinerante	3	30	4	34	4	30
%	44%	33%	35%	35%	30%	33%
Ponto de Leitura que é Brinquedoteca	3	30	4	31	7	30

%	44%	38%	85%	38%	35%	33%
Ponto de Leitura que tem Contadores de histórias	13	59	9	68	13	156
%	78%	63%	56%	65%	65%	63%
Ponto de Leitura que trabalha junto a livrarias para compor programação cultural	1	13	8	10	6	38
%	56%	14%	13%	10%	30%	13%
Ponto de Leitura que trabalha junto a bibliotecas para compor programação cultural	8	88	4	89	7	76
%	44%	30%	85%	30%	35%	31%

ANEXO 2: Georreferenciamento Aéreo, e Indicadores Intraurbanos das comunidades no raio de ação da Releitura, (coletados de Relatórios Disponibilizados por *Kairós Desenvolvimento Social*, em seu projeto *Observatório do Recife* [<http://observatoriodorecife.org.br>]

Dados Demográficos & Educacionais sobre Peixinhos [Biblioteca Multicultural Nascedouro]



Microrregião 2.1

SAÚDE		ESCOLAS		POPULAÇÃO 2010	
Equipamentos existentes:	16	Creches:	12	Total:	82.473
		Pré-escolas:	35	0 a 3 anos:	4.214
		Ensino fundamental público:	16	4 a 5 anos:	2.114
		Ensino médio público:	5	6 a 14 anos:	10.786
				15 a 17 anos:	3.857
				18 a 24 anos:	9.614
				25 a 29 anos:	7.569
				30 a 59 anos:	33.591
				60 anos ou mais:	10.728
ASSISTÊNCIA SOCIAL		CULTURA			
Equipamentos existentes:	4	Museus:	0		
		Teatros:	0		
BAIRROS					
Arruda, Campina do Barreto, Campo Grande, Encruzilhada, Hipódromo, Peixinhos, Ponto de Parada, Rosarinho, Torreão					

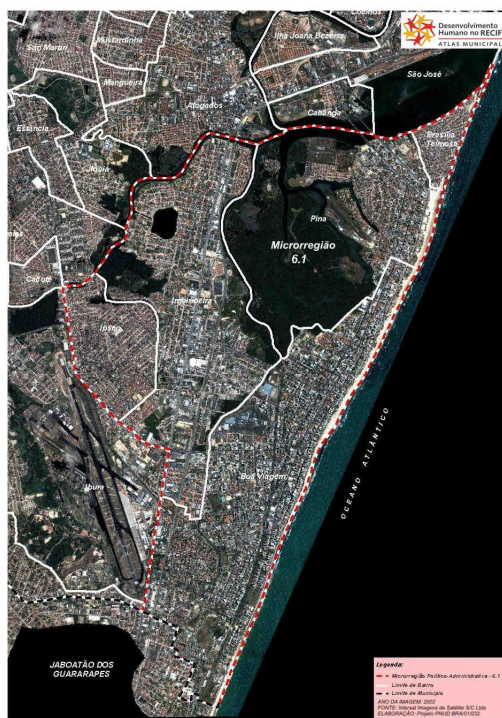
Clique no nome dos equipamentos para ver o que existe nesta microrregião

INDICADORES INTRAURBANOS

Educação

MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MELHOR	MELHOR	MELHOR	PIOR	BAIXA	BAIXA	BAIXA
13,37 por cento	5,83 por cento	33,75 por cento	5,25 por cento	5,37 por cento	37,79 por cento	3,34 pontos	2,52 pontos	9,90 por cento	45,51 por cento
Reprovação fundamental (público)	Abandono fundamental (público)	Distorção fundamental (público)	Reprovação médio (público)	Abandono médio (público)	Distorção médio (público)	Ideb anos iniciais	Ideb anos finais	Cobertura de creche	Cobertura de pré-escola

Dados Demográficos & Educacionais sobre Brasília Teimosa & Pina [CEPOMA & Livroteca]



Microrregião 6.1

SAÚDE		ESCOLAS		POPULAÇÃO 2010	
Equipamentos existentes:	20	Creches:	26	Total:	243.973
		Pré-escolas:	68	0 a 3 anos:	10.830
		Ensino fundamental público:	41	4 a 5 anos:	5.682
		Ensino médio público:	14	6 a 14 anos:	27.669
				15 a 17 anos:	10.478
				18 a 24 anos:	28.390
				25 a 29 anos:	22.504
				30 a 59 anos:	102.931
				60 anos ou mais:	35.489
ASSISTÊNCIA SOCIAL		CULTURA			
Equipamentos existentes:	2	Museus:	0		
		Teatros:	1		
BAIRROS					
Boa Viagem, Brasília Teimosa, Imbiribeira, Ipsep, Pina					

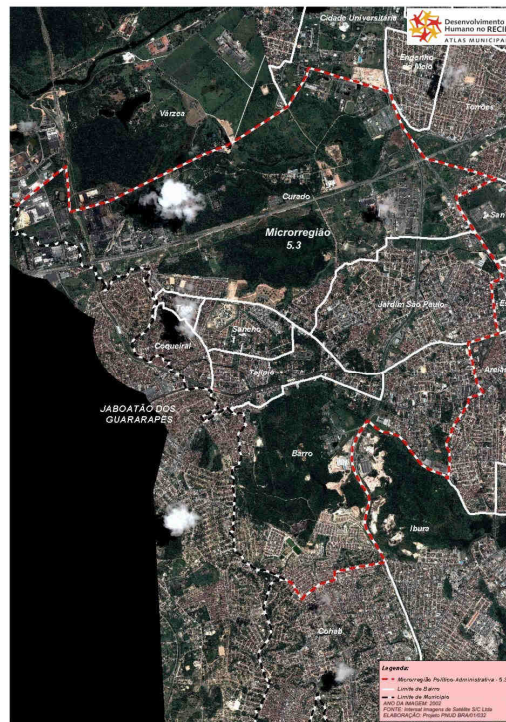
Clique no nome dos equipamentos para ver o que existe nesta microrregião

INDICADORES INTRAURBANOS

Educação

MÉDIA	BAIXA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MELHOR	BOA	BAIXA	MELHOR	BOA
13,61 por cento	6,43 por cento	34,13 por cento	10,53 por cento	16,44 por cento	51,68 por cento	3,94 pontos	2,48 pontos	17,35 por cento	54,54 por cento
Reprovação fundamental (público)	Abandono fundamental (público)	Distorção fundamental (público)	Reprovação médio (público)	Abandono médio (público)	Distorção médio (público)	Ideb anos iniciais	Ideb anos finais	Cobertura de creche	Cobertura de pré-escola

Dados Demográficos & Educacionais sobre Coque



Microrregião 5.3

SAÚDE Equipamentos existentes: 11		ESCOLAS Creches: 4 Pré-escolas: 50 Ensino fundamental público: 30 Ensino médio público: 10		POPULAÇÃO 2010 Total: 109.732 0 a 3 anos: 5.597 4 a 5 anos: 3.081 6 a 14 anos: 15.210 15 a 17 anos: 5.710 18 a 24 anos: 13.168 25 a 29 anos: 9.754 30 a 59 anos: 45.280 60 anos ou mais: 11.932	
ASSISTÊNCIA SOCIAL Equipamentos existentes: 2		CULTURA Museus: 0 Teatros: 0			
BAIRROS Barro, Coqueiral, Curado, Jardim São Paulo, Sancho, Tejipió, Totó					

Clique no nome dos equipamentos para ver o que existe nesta microrregião

INDICADORES INTRAURBANOS

Educação

MÉDIA	BOA	MÉDIA	MÉDIA	BOA	BOA	MÉDIA	MELHOR	BAIXA	MÉDIA
13,16 por cento	3,92 por cento	31,54 por cento	11,29 por cento	16,38 por cento	56,18 por cento	3,92 pontos	2,96 pontos	9,36 por cento	46,80 por cento
Reprovação fundamental (público)	Abandono fundamental (público)	Distorção fundamental (público)	Reprovação médio (público)	Abandono médio (público)	Distorção médio (público)	Ideb anos iniciais	Ideb anos finais	Cobertura de creche	Cobertura de pré-escola

Dados Demográficos & Educacionais sobre Ilha do Retiro [Biblioteca Caranguejo Tabaiaries]



Microrregião 4.1

SAÚDE Equipamentos existentes: 6		ESCOLAS Creches: 23 Pré-escolas: 59 Ensino fundamental público: 28 Ensino médio público: 11		POPULAÇÃO 2010 Total: 155.551 0 a 3 anos: 7.601 4 a 5 anos: 3.811 6 a 14 anos: 18.946 15 a 17 anos: 7.050 18 a 24 anos: 19.504 25 a 29 anos: 14.877 30 a 59 anos: 65.294 60 anos ou mais: 18.468	
ASSISTÊNCIA SOCIAL Equipamentos existentes: 3		CULTURA Museus: 0 Teatros: 0			
BAIRROS Cordeiro, Ilha do Retiro, Iputinga, Madalena, Prado, Torre, Zumbi					

Clique no nome dos equipamentos para ver o que existe nesta microrregião

INDICADORES INTRAURBANOS

Educação

BOA	PIOR	BAIXA	BOA	BAIXA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MELHOR	BOA
12,71 por cento	6,61 por cento	35,65 por cento	9,58 por cento	18,82 por cento	63,09 por cento	3,84 pontos	2,64 pontos	20,59 por cento	49,70 por cento
Reprovação fundamental (público)	Abandono fundamental (público)	Distorção fundamental (público)	Reprovação médio (público)	Abandono médio (público)	Distorção médio (público)	Ideb anos iniciais	Ideb anos finais	Cobertura de creche	Cobertura de pré-escola

Dados Demográficos & Educacionais sobre Alto José Bonifácio [Biblioteca Amigos da Leitura]



Microrregião 3.2

SAÚDE		ESCOLAS		POPULAÇÃO 2010	
Equipamentos existentes:	6	Creches:	13	Total:	72.953
		Pré-escolas:	25	0 a 3 anos:	3.792
		Ensino fundamental público:	15	4 a 5 anos:	2.098
		Ensino médio público:	2	6 a 14 anos:	10.540
ASSISTÊNCIA SOCIAL		CULTURA		15 a 17 anos:	3.881
Equipamentos existentes:	0	Museus:	0	18 a 24 anos:	9.016
		Teatros:	0	25 a 29 anos:	6.384
				30 a 59 anos:	29.423
				60 anos ou mais:	7.819
BAIRROS					
Alto José Bonifácio, Alto José do Pinho, Mangabeira, Morro da Conceição, Vasco da Gama					

Clique no nome dos equipamentos para ver o que existe nesta microrregião

INDICADORES INTRAURBANOS

Educação

BAIXA	MELHOR	BOA	PIOR	MELHOR	BOA	MELHOR	BAIXA	MÉDIA	PIOR
14,25 por cento	3,29 por cento	28,76 por cento	18,65 por cento	9,14 por cento	57,60 por cento	4,12 pontos	2,56 pontos	10,60 por cento	37,46 por cento
Reprovação fundamental (público)	Abandono fundamental (público)	Distorção fundamental (público)	Reprovação médio (público)	Abandono médio (público)	Distorção médio (público)	Ideb anos iniciais	Ideb anos finais	Cobertura de creche	Cobertura de pré-escola

ANEXO 3: Dados Educacionais – Recife (Censo Escolar INEP/MEC, 2010)

Cobertura de creche

Opções: Regiões | Município

Definição do Indicador

Percentual de crianças de 0 a 3 anos em creche ou pré-escola na rede pública ou particular. (Fonte: Censo Escolar /INEP/MEC 2010)

Recife	14,47 /	11.114
---------------	----------------	---------------

Indicador	Valor	C	Regiões
37,21 /	1.912		Microrregião 3.1
20,59 /	1.565		Microrregião 4.1
18,46 /	262		Microrregião 1.1
17,35 /	1.879		Microrregião 6.1
17,09 /	519		Microrregião 5.2
15,75 /	161		Microrregião 1.2
15,19 /	588		Microrregião 6.2
14,12 /	331		Microrregião 4.2
12,71 /	585		Microrregião 5.1
11,80 /	486		Microrregião 4.3
10,60 /	402		Microrregião 3.2
9,90 /	417		Microrregião 2.1
9,36 /	524		Microrregião 5.3
8,63 /	564		Microrregião 3.3
8,53 /	373		Microrregião 2.2
7,69 /	259		Microrregião 2.3
6,47 /	89		Microrregião 1.3
5,54 /	198		Microrregião 6.3

Desigualdade

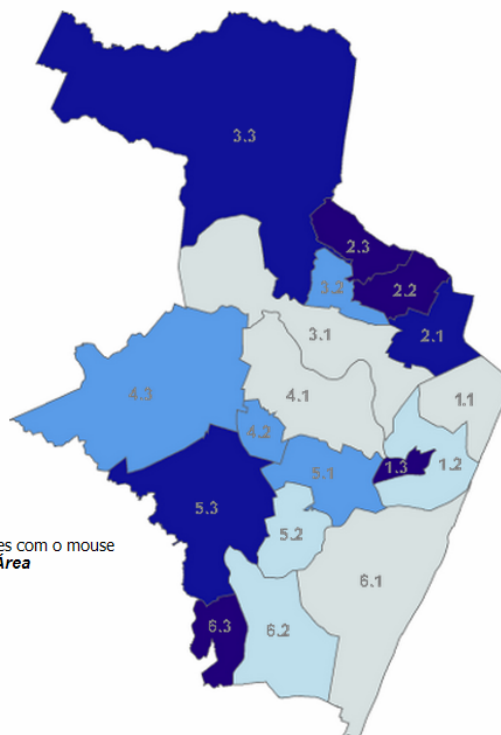
6,72

vezes
é a proporção entre
o melhor e o pior
valor entre as regiões

Legenda

Melhor
Boa
Média
Baixa
Pior

Identifique as regiões com o mouse
Composição da Área



Cobertura de pré-escola

Opções: Regiões | Município

Definição do Indicador

Percentual de crianças de 4 a 5 anos em pré-escola na rede pública ou particular. (Fonte: Censo Escolar /INEP/MEC 2010)

Recife	51,81 /	20.958
---------------	----------------	---------------

Indicador	Valor	C	Regiões
108,58 /	2.785		Microrregião 3.1
66,54 /	509		Microrregião 1.1
64,61 /	345		Microrregião 1.2
58,79 /	953		Microrregião 5.2
54,93 /	412		Microrregião 1.3
54,54 /	3.099		Microrregião 6.1
49,70 /	1.894		Microrregião 4.1
48,27 /	1.019		Microrregião 4.3
48,26 /	1.067		Microrregião 6.2
46,80 /	1.442		Microrregião 5.3
46,30 /	1.654		Microrregião 3.3
45,64 /	890		Microrregião 6.3
45,55 /	1.105		Microrregião 5.1
45,51 /	962		Microrregião 2.1
43,21 /	487		Microrregião 4.2
42,23 /	709		Microrregião 3.2
37,46 /	786		Microrregião 2.2
35,76 /	840		Microrregião 2.3

Desigualdade

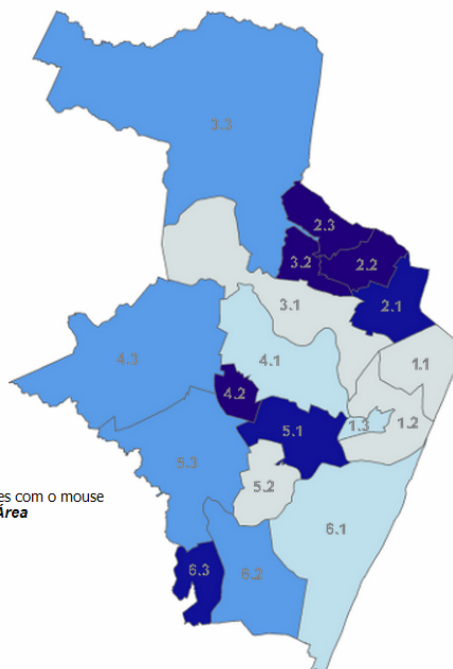
3,04

vezes
é a proporção entre
o melhor e o pior
valor entre as regiões

Legenda

Melhor
Boa
Média
Baixa
Pior

Identifique as regiões com o mouse
Composição da Área



Dados Educacionais – Recife (Censo Escolar INEP/MEC, 2010) [Cont.]

Reprovação no ensino fundamental na rede pública

Opções: Regiões | Município

Definição do Indicador

Percentual de alunos reprovados no ensino fundamental na rede pública, por local de matrícula (Fonte: Censo Escolar/INEP/MEC 2010)

Recife 13,50 / 19.841

Indicador	Valor	C	Regiões
7,51 /	169		Microrregião 1.3
8,52 /	810		Microrregião 6.3
10,36 /	1.317		Microrregião 3.3
10,89 /	942		Microrregião 2.3
12,23 /	476		Microrregião 1.1
12,71 /	1.400		Microrregião 4.1
12,92 /	701		Microrregião 4.3
13,16 /	1.342		Microrregião 5.3
13,36 /	1.057		Microrregião 5.1
13,37 /	731		Microrregião 2.1
13,61 /	2.190		Microrregião 6.1
14,21 /	962		Microrregião 2.2
14,23 /	733		Microrregião 4.2
14,25 /	880		Microrregião 3.2
14,88 /	751		Microrregião 1.2
16,86 /	1.036		Microrregião 5.2
17,75 /	2.329		Microrregião 6.2
18,15 /	2.075		Microrregião 3.1

Desigualdade

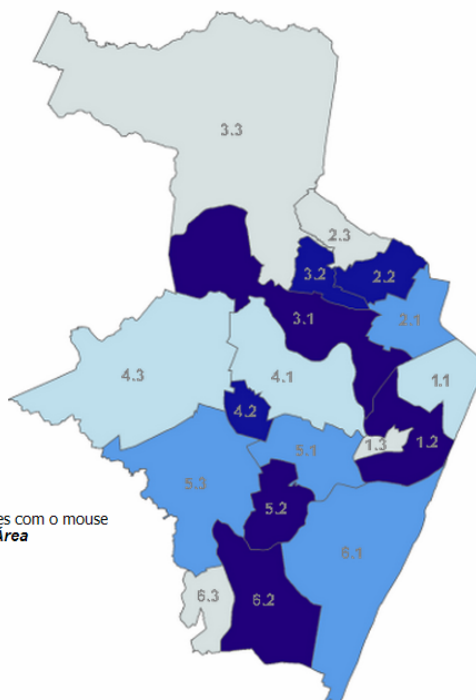
2,42

vezes
é a proporção entre
o melhor e o pior
valor entre as regiões

Legenda

Melhor
Boa
Média
Baixa
Pior

Identifique as regiões com o mouse
Composição da Área



Abandono no ensino fundamental na rede pública

Opções: Regiões | Município

Definição do Indicador

Percentual de alunos que deixaram o ensino fundamental na rede pública, por local de matrícula (Fonte: Censo Escolar/INEP/MEC 2010)

Recife 5,50 / 8.083

Indicador	Valor	C	Regiões
1,99 /	45		Microrregião 1.3
2,95 /	160		Microrregião 4.3
3,21 /	305		Microrregião 6.3
3,29 /	203		Microrregião 3.2
3,92 /	400		Microrregião 5.3
4,12 /	356		Microrregião 2.3
4,39 /	559		Microrregião 3.3
4,52 /	306		Microrregião 2.2
5,50 /	278		Microrregião 1.2
5,83 /	319		Microrregião 2.1
5,93 /	778		Microrregião 6.2
6,32 /	722		Microrregião 3.1
6,43 /	1.035		Microrregião 6.1
6,60 /	257		Microrregião 1.1
6,61 /	728		Microrregião 4.1
6,86 /	354		Microrregião 4.2
9,24 /	731		Microrregião 5.1
10,48 /	644		Microrregião 5.2

Desigualdade

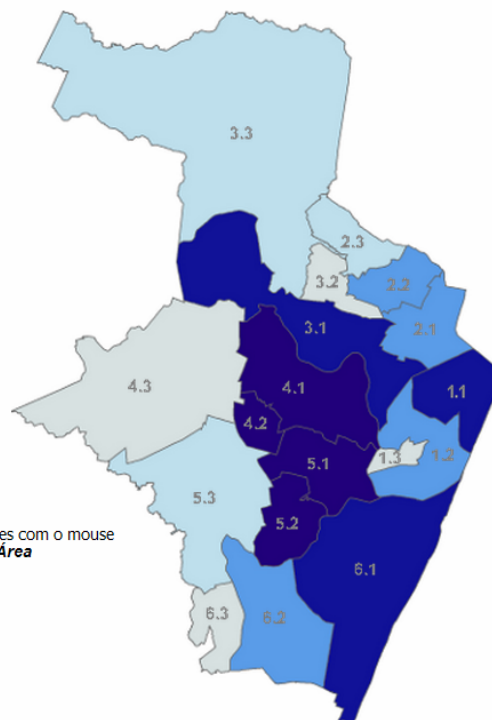
5,27

vezes
é a proporção entre
o melhor e o pior
valor entre as regiões

Legenda

Melhor
Boa
Média
Baixa
Pior

Identifique as regiões com o mouse
Composição da Área



Dados Educacionais – Recife (Censo Escolar INEP/MEC, 2010) [Cont.]

Ideb (anos iniciais)

Opções: Regiões | Município

Definição do Indicador

Média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica para os anos iniciais do ensino fundamental público (Fonte: INEP/MEC 2009)

Recife 4,10 / 4,10

Indicador	Valor	C	Regiões
4,48 /	4,48		Microrregião 3.1
4,12 /	4,12		Microrregião 3.2
4,10 /	4,10		Microrregião 6.3
4,06 /	4,06		Microrregião 4.3
4,01 /	4,01		Microrregião 6.2
3,96 /	3,96		Microrregião 5.2
3,94 /	3,94		Microrregião 6.1
3,92 /	3,92		Microrregião 5.3
3,84 /	3,84		Microrregião 4.1
3,79 /	3,79		Microrregião 1.2
3,78 /	3,78		Microrregião 2.2
3,71 /	3,71		Microrregião 1.1
3,48 /	3,48		Microrregião 4.2
3,47 /	3,47		Microrregião 2.3
3,34 /	3,34		Microrregião 2.1
3,19 /	3,19		Microrregião 3.3
2,96 /	2,96		Microrregião 5.1
1,49 /	1,49		Microrregião 1.3

Desigualdade

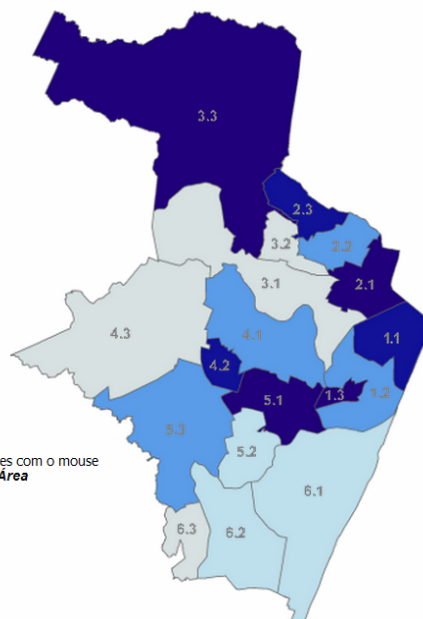
3,00

vezes
é a proporção entre
o melhor e o pior
valor entre as regiões

Legenda

Melhor
Boa
Média
Baixa
Pior

Identifique as regiões com o mouse
Composição da Área



Ideb (anos finais)

Opções: Regiões | Município

Definição do Indicador

Média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica para os anos finais do ensino fundamental público (Fonte: INEP/MEC 2009)

Recife 2,80 / 2,80

Indicador	Valor	C	Regiões
3,28 /	3,28		Microrregião 4.2
3,27 /	3,27		Microrregião 4.3
3,18 /	3,18		Microrregião 1.2
2,96 /	2,96		Microrregião 5.3
2,83 /	2,83		Microrregião 3.1
2,80 /	2,80		Microrregião 2.3
2,70 /	2,70		Microrregião 3.3
2,70 /	2,70		Microrregião 1.3
2,68 /	2,68		Microrregião 6.3
2,66 /	2,66		Microrregião 2.2
2,64 /	2,64		Microrregião 4.1
2,56 /	2,56		Microrregião 3.2
2,52 /	2,52		Microrregião 2.1
2,48 /	2,48		Microrregião 6.1
2,44 /	2,44		Microrregião 5.1
2,41 /	2,41		Microrregião 6.2
2,38 /	2,38		Microrregião 1.1
2,06 /	2,06		Microrregião 5.2

Desigualdade

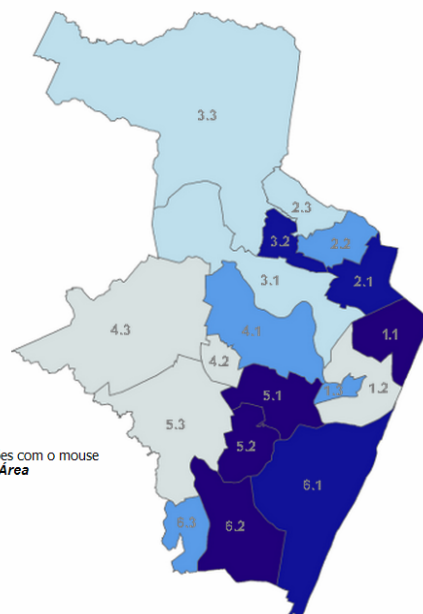
1,59

vezes
é a proporção entre
o melhor e o pior
valor entre as regiões

Legenda

Melhor
Boa
Média
Baixa
Pior

Identifique as regiões com o mouse
Composição da Área



ANEXO 4: LEI Nº 17.600 / 2009 - Ementa: Estabelece a Política Municipal do Livro e de Incentivo à Cultura da Leitura do Recife

Art. 1º. Fica criada no Município do Recife, a Política Municipal do Livro e de Incentivo à Cultura da Leitura.

Art. 2º. A Política Municipal do Livro e de Incentivo à Cultura da Leitura tem como princípios fundamentais:

- I. A leitura e a escrita como meios principais de difusão da cultura e transmissão do conhecimento
- II. A democratização do acesso ao livro e à leitura;
- III. A existência de famílias leitoras no município
- IV. A existência de escolas que saibam formar leitores.

Art. 3º. O objetivo principal da política é assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda população recifense;

Art. 4º. A Política Municipal do Livro e de Incentivo à Cultura da Leitura tem como objetivos específicos:

- I. Ampliar o acesso ao livro e à leitura
- II. Formar leitores, buscando de maneira continuada o aumento do índice municipal de leitura em todas as faixas etárias;
- III. Elevar o nível qualitativo das leituras realizadas;
- IV. Implantar novas bibliotecas e qualificar as existentes;
- V. Expandir o número de salas de leitura e ambientes diversificados voltados à leitura;
- VI. Fomentar a formação de professores de bibliotecas e mediadores de leitura;
- VII. Valorizar a profissão do bibliotecário;
- VIII. Incentivar a criação de redes de leitura e escrita;
- IX. Incentivar a produção literária, autoral e editorial;
- X. Construir o Plano Recifense do Livro e da Leitura- PRL.

Art. 5º. O PRL ampliará o acesso ao livro e à leitura com:

- I. Implantação de Bibliotecas Públicas em todos os bairros ou regiões desprovidos desses equipamentos
- II. Apoio as iniciativas populares de criação de Bibliotecas Comunitárias;
- III. Garantia de implantação das bibliotecas nas Refinarias Multiculturais em atividade e naquelas previstas no Plano Municipal de Cultura;
- IV. Implantação de bibliotecas em todas as escolas municipais do Recife;
- V. Garantia de um acervo mínimo às bibliotecas conforme recomendação da UNESCO, incluindo livros em Braille, livros digitais, audiolivros, jornais, revistas e outras publicações periódicas
- VI. Incorporar em todas as bibliotecas o uso da tecnologia de informação e comunicação.

§1º. As novas bibliotecas a serem implantadas devem apresentar plano de gestão, sustentabilidade e integração com a rede existente. §2º. A construção, ampliação ou reforma de Bibliotecas Públicas ou de uso público devem obedecer ao disposto no Decreto Federal nº 5.296/2004, complementadas

pelas regras de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e pelas disposições contidas nas legislações específicas do Estado e do Município.

Art. 6º. Os órgãos responsáveis pela aplicação do Plano Recifense do Livro e da Leitura – PRLL deverão:

- I. Ampliar, modernizar e qualificar as Bibliotecas Públicas, escolares e as salas de leitura;
 - II. Apoiar as Bibliotecas Comunitárias existentes;
 - III. Criar o sistema municipal de integração das bibliotecas de uso público;
 - IV. Fortalecer a integração das bibliotecas com as tecnologias de informação e comunicação;
 - V. Promover a capacitação permanente de gestores, bibliotecários, professores de bibliotecas e mediadores de leitura;
 - VI. Garantir de maneira permanente a aquisição e manutenção dos acervos.
- Parágrafo único. As bibliotecas do Município devem apresentar a respectiva administração a que estejam vinculadas, anualmente, um plano de gestão e sustentabilidade;

Art. 7º. Para o favorecimento da criação de novos espaços de leitura os Órgãos encarregados devem:

- I. Consolidar cantinhos de leitura;
- II. Criar e apoiar salas de leitura e bibliotecas circulantes;
- III. Incentivar as atividades de leitura em hospitais, Postos de Saúde, Centros de Saúde, asilos, rodoviárias, Centros de Apoio Psico-Social - CAPS, Centros Sociais Urbanos - CSU, ruas, parques, praças e jardins, museus, locais de trabalho, entre outros

Art. 8º. Para concretizar a difusão do livro serão promovidos ações, programas e projetos, visando:

- I. Garantir a distribuição gratuita de material didático e não didático aos professores (as) e alunos (as) no início do ano letivo;
- II. Garantir que os livros publicados, via projetos de educação e cidadania, sejam doados em quantidade suficiente às bibliotecas de uso público;
- III. Ampliar a assinatura de jornais, de revistas e livros especializados nas áreas de educação e cultura
- IV. Garantir e atualizar os valores de bônus na aquisição de livros;
- V. Garantir a distribuição de material multimídia;
- VI. Estimular campanhas de doações de livros
- VII. Estimular a participação em circuitos nacionais e estaduais de feiras de livro;
- VIII. Criar programas que assegurem o acesso à leitura das pessoas com deficiência.

Art. 9º. O Plano Recifense do Livro e da Leitura - PRLL, deve ainda observar

- I. Acessibilidade dos portais e sítios eletrônicos da rede de Bibliotecas Públicas, na rede mundial de computadores (Internet), conforme determina o art.47 do Decreto Federal nº 5.296/2004, para o uso de pessoas com deficiência visual, garantindo-lhes pleno acesso às informações;
- II. o desenvolvimento de projetos que incorporem tecnologias de informação e comunicação para a preservação dos acervos, ampliação e difusão de bens culturais, e informatização de bibliotecas;

- III. a ampliação dos quadros técnicos das bibliotecas para atuação na implementação dessa política;
 - IV. o incentivo à formação profissional, com o estabelecimento de planos de formação continuada de educadores, bibliotecários, professores de bibliotecas e mediadores de leitura;
 - V. estratégias de fomento à leitura na formação dos profissionais citados no inciso anterior;
 - VI. os meios de educação à distância na formação de promotores de leitura;
 - VII. a garantia de capacitação de servidores de bibliotecas e salas de leitura no sistema Braille e na Língua Brasileira de Sinais;
 - VIII. o estímulo àqueles que trabalhem com experiências inovadoras na promoção da leitura;
 - IX. o fomento a estudos e pesquisas na área do livro e da leitura;
 - X. a permanente atualização do cadastro e do mapeamento das bibliotecas e espaços de leitura de uso público e sua disponibilização à população em geral;
 - XI. a consolidação da Rede de Leitura e Escrita do Recife - RELER e promoção anual de um seminário sobre políticas públicas de leitura;
 - XII. o estímulo a criação de canais de diálogo permanente com instituições internacionais, nacionais, estaduais e municipais voltadas ao livro e a leitura;
 - XIII. o incentivo e incremento à produção editorial municipal, observando-se as condições de qualidade, quantidade, distribuição, promoção, preço e diversidade dos livros;
- Art. 10. O Plano Recifense do Livro e da Leitura – PRL, deve ser implantado no prazo de 2(dois) anos, a partir da aprovação dessa Lei; Parágrafo único. A elaboração, implantação, gestão e execução do Plano Recifense do Livro e da Leitura, serão feitas com a participação do Conselho Municipal de Cultura e do Conselho Municipal de Educação.
- Art. 11. Os Órgãos envolvidas na execução do PRL estabelecerão na Lei Orçamentária Anual, as ações e metas relativas à implantação do mesmo, com seus programas, projetos e ações.
- Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Recife, 09 de setembro de 2009.

Luciano Siqueira, Vereador

ANEXO 5: Política Municipal do livro, da Leitura, da Literatura e das Bibliotecas de Olinda

Art.1º Fica instituída no Município de Olinda a Política Municipal do livro, da Leitura, da Literatura e das Bibliotecas (PMLLLB).

Art.2º Será assegurado como um direito, extensivo a todas as pessoas, independente de suas diferenças, à Política Municipal do Livro, da Leitura, da Literatura e das Bibliotecas (PMLLLB), considerando o seguinte:

I. Livro é no seu conceito tradicional o conjunto de idéias expressas em textos, imagens, desenhos e/ou fotos que o ilustra e impresso em papel, tinta e encadernado;

II. Acompanha a idéia de livro a evolução tecnológica, digital, social e racional de seu uso comprometido com a acessibilidade, proliferando múltiplas formas de apresentação de textos, imagens, sons produzidos em diversas mídias, utilizando como instrumentos de difusão: tablets, computadores, walkmans, navegadores de Internet, leitores de tela, impressão em Braille e outras formas a serem criadas pelo avanço tecnológico;

III. A literatura são todas as criações poéticas, ficcionais, dramáticas, humanísticas, biográficas ou autobiográficas, desde que guardem uma ordem de reflexão e beleza em todos os níveis da sociedade, envolvendo os mais variados tipos de cultura, compreendendo o folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção humana.

Art.3º O Município de Olinda, ratifica o compromisso que o Brasil assumiu com a implementação da acessibilidade prática e o decreto federal Nº 6949/2009, que promulgou a emenda constitucional à Convenção da ONU, relativa aos direitos das pessoas com deficiência e dá força legal ao Decreto Nº 5296/2004, que trata especificamente da acessibilidade como direito a todas as pessoas.

I. Compromete-se o Município de Olinda criar instrumentos eficazes e efetivos que permitem que as pessoas com deficiências tenham acesso adequado e usufruam com autonomia da Política Municipal do Livro, da Leitura, da Literatura e das Bibliotecas.

II. A leitura com acessibilidade é um direito fundamental assegurado a toda e qualquer pessoa independentemente de suas diferenças.

Art.4º Empreenderá o Município de Olinda esforços no sentido de obter apoio financeiro público ou privado para produção de livros de modo que seja assegurada adaptação e a criação das matrizes de acessibilidade digitais para todas as tecnologias assistivas necessárias e pertinentes que permitam a leitura do livro por qualquer pessoa.

Art.5º Livro só deve ser considerado produto pronto e acabado para fins de usufruir financiamento público municipal para sua publicação, desde que atenda previamente as seguintes exigências e condições:

I. Ser produzido e disponibilizado pelo(a) autor(a) em mídia digital compatível com os formatos empregados pelos programas de computadores comerciais e de software livre usuais;

II. Ser produzido e disponibilizado pelo(a) autor(a) as matrizes de Acessibilidades necessárias para garantir a reprodução através de tecnologias assistivas de conteúdo do livro, incluindo as seguintes exigências:

- a) Descrição textual que permita audiodescrição de fotos, desenhos e imagens que porventura façam parte ilustrativa do livro, mediante profissionais de autodescrição devidamente credenciados;
- b) Formatação do texto para impressão em Braille, por profissional braillistas credenciados;
- c) Produção do texto para apresentação e leitura por navegadores de Internet, com a incorporação das descrições que permitam aos leitores de tela, fazer a leitura em voz sintetizada, inclusive das audiodescrições das imagens testadas na prática;
- d) Tradução para LIBRAS, por intérprete de libras credenciado, e gravada em mídia digital que permita a disponibilização do livro em Sinais.

Art.6 Esta lei considera como espaço de leitura a biblioteca e a sala de leitura, entendendo o seguinte:

I. Biblioteca é o ambiente preparado para a realização de pesquisas, leituras espontâneas empréstimos de livros e atividades de mediação de leitura;

a) O acervo é composto de obras literárias e de (referência (dicionários, enciclopédias, manuais, gramáticas da língua portuguesa, mapas, atlas, entre outros;

II. Sala de Leitura é o ambiente preparado para a realização de atividades de mediação de leitura, empréstimos e leitura espontânea.

a) O acervo é composto, majoritariamente de obras literárias;

b) Poderá haver os Cantos da Leitura adotados em salas de aula ou disponibilização de acervos em instrumentos móveis opcionais e de caráter complementar aos serviços prestados pela biblioteca e ou sala da leitura da escola, que não substituem os espaços definidos nos parágrafos I. e II. do Art. 7º, da presente lei.

Art.7º Fica recomendado que espaços de leitura destinado ao papel de formar leitores possuam equipamentos que apresentem as seguintes características:

I. Espaço físico acolhedor amplo, cuidado, bem arejado, iluminado e organizado com mobiliário apropriado para a exposição do acervo para a leitura e para as atividades de mediação de leitura e ou pesquisa;

II. Ficará o acervo disposto de maneira atrativa e de fácil manuseio, assegurado autonomia por parte dos leitores;

III. será composto o ambiente de leitura por diversos suportes mediáticos que favoreçam a interlocução com os portadores de textos e estimulem à leitura e a pesquisa: obras literárias, obras de referência, TV. e DVD, aparelhos de som, computadores com Internet e outras formas de difusões que forem criadas;

IV. deverá ser aberto diariamente o espaço de leitura, com a necessária presença sistemática de educadores, mediadores de leitura que desenvolvam uma programação dessas atividades, divulgada junto ao público, fazendo do espaço uma referência para comunidade

Art.8º A Política Municipal do Livro, da Leitura, da Literatura e das Bibliotecas tem como princípios fundamentais:

- I. A leitura e a escrita como meios principais de difusão da cultura e transmissão do conhecimento;
- II. A existência de famílias leitoras no município;
- III. A existência de escolas que saibam formar leitores;
- IV. O fortalecimento das bibliotecas, espaços de leitura e outros espaços de difusão do livro, da leitura e da literatura;
- V. O estímulo à abordagem historiográfica da cultura literária do município;
- VI. A valorização da literatura de cordel;
- VII. A preservação do patrimônio literário e documental do município.

Art.9º O objetivo principal da política é assegurar e democratizar o acesso ao livro, à leitura, à literatura e às Bibliotecas á toda população de Olinda.

Art.10º A Política Municipal do Livro, da Leitura, da Literatura e das Bibliotecas tem como objetivos específicos:

- I. Constituir uma sociedade leitora, buscando de maneira continuada o aumento do índice municipal de leitura em todas as faixas etárias;
- II. Elevar o nível qualitativo das leituras realizadas;
- III. Implantar, novas bibliotecas e qualificar as existentes;
- IV. Promover a criação de bibliotecas em todas as instituições de ensino públicas e privadas do município, de acordo com a Lei Federal nº 12.244, de 24 de maio de 2010, e fortalecer as já existentes;
- V. Apoiar as iniciativas populares de criação de Bibliotecas Comunitárias;
- VI. Expandir o número de espaços, salas, cantinhos de leitura e outros ambientes voltados para esta finalidade;
- VII. Garantir um acervo mínimo às bibliotecas conforme recomendação da Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência – UNESCO, incluindo livros em Braille, livros digitais, audiolivros, jornais, revistas e outras publicações periódicas;
- VIII. Formar professores de bibliotecas e mediadores de leitura;
- IX. Valorizar a profissão do bibliotecário (a);
- X. Garantir a acessibilidade dos portais e sítios eletrônicos da rede de Bibliotecas Públicas, na rede mundial de computadores (Internet), conforme determina o art. 47 do Decreto Federal nº 5.296/2004, para o uso de pessoas com deficiência visual, oferecendo-lhes pleno acesso às informações;
- XI. Garantir a capacitação de servidores de bibliotecas e salas de leitura no Sistema Braille e na Língua Brasileira de Sinais;
- XII. Incentivar a criação de redes de leitura e escrita;
- XIII. Promover a capacitação permanente de gestores, bibliotecários, professores de bibliotecas e mediadores de leitura;
- XIV. Incentivar a produção literária, autoral e editorial de autores e escritores do município;
- XV. Garantir a pesquisa e difusão da produção textual sobre o município;
- XVI. Garantir acessibilidade às produções literárias apoiadas pela Prefeitura Municipal de Olinda;
- XVII. Incentivar a distribuição e comercialização da produção textual local contemplando todos os gêneros e manifestações;
- XVIII. Apoiar e incentivar à implantação de livrarias no município de Olinda;
- XIX. Incentivar atividades que promovam a produção literária local no calendário cultural do município;

XX. Estimular a participação dos autores e editores do município em circuitos nacionais e estaduais de feiras de livros;
XXI. Estimular a criação de canais de diálogo permanente com instituições internacionais, nacionais, estaduais e municipais voltadas ao livro e a leitura;
XXII. Servir como documento orientador para elaboração do Plano Municipal do Livro, da Leitura, da Literatura e das Bibliotecas.

a) As bibliotecas devem apresentar plano de gestão, sustentabilidade e integração com o Sistema Municipal de Bibliotecas a ser criado;
b) Construção, ampliação reforma de Bibliotecas Públicas ou de uso público devem obdecer ao disposto do Decreto Federal nº 5.296/2004, complementadas pelas regras de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e pelas disposições contidas nas legislações específicas do Estado e do Município.

Art.11º O Plano Municipal do Livro, da Leitura, da Literatura e das Bibliotecas (PMLLLB) deverá ser elaborado com a participação da sociedade e apresentado pelo poder executivo à Câmara Municipal de Olinda, no prazo de 01 (hum) ano a partir da aprovação desta lei, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

Art.12º Os órgãos responsáveis pela elaboração e implementação do Plano Municipal do Livro, da Leitura, da Literatura e das Bibliotecas (PMLLLB) são as Secretarias de Patrimônio e Cultura e a de Educação do Município.

Art.13º É necessário na elaboração do Plano Municipal do Livro, da Leitura, da Literatura e das Bibliotecas (PMLLLB), que, a Secretaria de Patrimônio e Cultura e a Secretaria de Educação convoquem a Sociedade Civil, o Poder Legislativo, o Conselho Municipal de Políticas Culturais, instâncias governamentais federais e estaduais da área de cultura, instituições ligadas aos setor e demais interessados.

Art.14º O Plano Municipal do Livro, da Leitura, da Literatura e das Bibliotecas (PMLLLB) deverá ser revisado e readequado a cada 05 (cinco) anos ou em período menor, caso haja necessidade, sempre com a participação da Sociedade Civil, Poder Legislativo, Conselho Municipal de Educação e de Políticas Culturais, instâncias governamentais federais e estaduais da área de cultura, instituições ligadas ao setor e demais interessados..

Art.15º Será garantida no Plano Municipal do Livro, da Leitura, da Literatura e das Bibliotecas (PMLLLB), o equilíbrio entre ações voltadas para a cadeia criativa, produtiva e mediadora.

Art.16º Devera estabelecer o Plano Municipal do Livro, da Leitura, da Literatura e das Bibliotecas (PMLLLB), as fontes de recursos para implementação de suas ações..

Art.17º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO 6: Proposta para Políticas Públicas de Leitura n região Metropolitana do Recife (2012)





Releitura

BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS EM REDE

Para tecer o futuro nas teias da literatura e da criatividade

Propostas da Releitura – Bibliotecas Comunitárias em rede - e parceiros que atuam no campo da leitura, desenvolvendo ações de incentivo à leitura nas bibliotecas comunitárias

O presente documento, elaborado pela Releitura – Bibliotecas Comunitárias em Rede, vem somar-se às questões apontadas por instituições parceiras, leitores e escritores acerca do cenário da leitura nos municípios da Região Metropolitana. Especialmente, a realidade das bibliotecas comunitárias, no tocante aos recursos humanos, acervo, atividades de incentivo à leitura, espaço/ambiente e gestão.

Entendemos que uma política de leitura se faz a partir do incentivo à ampliação e qualificação das bibliotecas públicas, entre as quais se incluem as comunitárias, que devem ser inseridas na agenda da política pública de cultura, em especial no campo da política de leitura.

As Bibliotecas são os principais espaços de democratização do acesso ao livro e de formação de leitores, por se tratarem de equipamentos públicos que podem disponibilizar, em termos quantitativos e qualitativos, acervo amplo e diversificado à população. Associa a isso o desenvolvimento da consciência de bem coletivo e o aprendizado cidadão do zelo pelo livro da biblioteca entendido como patrimônio da comunidade.

O poder público, juntamente com a sociedade civil organizada, deverá estar em sintonia com este entendimento, incentivando ações de planejamento/execução, monitoramento, e avaliação de uma proposta de incentivo à leitura que torne a cidade mais leitora. Implica, necessariamente, fortalecer as bibliotecas públicas, que incluem as bibliotecas comunitárias.

Nós, da Releitura – Bibliotecas Comunitárias em Rede, desde 2007, trabalhamos no sentido do fortalecimento político e pedagógico das bibliotecas comunitárias, desenvolvendo ações de formação/qualificação dos coordenadores das bibliotecas e mediadores de leitura, além da gestão do acervo e do espaço de leitura, ações de comunicação para dar mais visibilidade à importância da leitura, participação e incidência política para o controle social sobre a política de leitura nos municípios e Estado. E desenvolvemos ações coletivas de incentivo à leitura.

EM REDE, MOBILIZAMOS MAIS DE 15 MIL PESSOAS DIRETAMENTE, COM FORMAÇÕES, EVENTOS LITERÁRIOS, ATIVIDADES DE MEDIAÇÃO DE LEITURA; E INDIRETAMENTE MAIS DE 60 MIL PESSOAS, ENTRE FAMÍLIAS, MORADORES E MORADORAS DAS APROXIMADAMENTE OITO COMUNIDADES, MAIS ADJACÊNCIAS. EM REDE, AS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS CONSEGUEM FAZER CIRCULAR UM ACERVO DE MAIS DE 25 MIL LIVROS, ATRAVÉS DO PROCEDIMENTO DE EMPRÉSTIMOS. ESTES DADOS SE REFEREM AO ANO DE 2010 A 2011. PORTANTO, AS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS SÃO IMPORTANTÍSSIMOS ESPAÇOS DE INFORMAÇÃO, ESTÍMULO À LEITURA, ACESSO A LIVROS, TANTO QUANTITATIVAMENTE COMO QUALITATIVAMENTE. SENDO ASSIM, É DE TOTAL PERTINÊNCIA INTEGRÁ-LAS COMO FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO DE UMA

REDE DE LEITURA INSERIDA COMO PARTE DA POLÍTICA PÚBLICA DE LEITURA DO MUNICÍPIO.

Atualmente, a *Releitura – Bibliotecas Comunitárias em rede* – é composta de oito bibliotecas comunitárias, localizadas no município de Olinda, Recife, e Jaboatão dos Guararapes, assim distribuídas:

RECIFE: Biblioteca Comunitária Caranguejo Tabaires (Caranguejo Tabaires); Biblioteca Comunitária Amigos da Leitura (Alto José Bonifácio); Biblioteca do CEPOMA – Centro de Educação Popular Mailde de Araújo – (Brasília Teimosa); Biblioteca Popular do Coque (Ilha Joana Bezerra – Coque); e Biblioteca Multicultural Nascedouro (Peixinhos Olinda/Recife);

OLINDA: Biblioteca Lar Meimei (Bairro Novo), Biblioteca Os Bravistas (Ouro Preto);

JABOATÃO: Biblioteca Però (Piedade).

Com base na nossa experiência, entendemos que uma política de formação de leitores deve compreender um conjunto de ações pra qualificar não apenas as ações que as bibliotecas desenvolvem, mas apoiar a reestruturação dos espaços físicos das bibliotecas, uma vez que um ambiente adequado é fundamental tanto para acolher os leitores, como para dispor de forma conveniente o acervo, facilitando a dinamização e o acesso. O ambiente adequado contempla também mobiliários, equipamentos e definição de estratégias de renovação e diversificação permanente do acervo.

Outro aspecto de relevância maior, a ser considerado, se refere a uma política de recursos humanos voltada para o apoio, reconhecimento e ampliação do pessoal que atua nas bibliotecas, especialmente considerando, aqui, o caso das bibliotecas comunitárias. A manutenção e sustentabilidade das bibliotecas exigem dedicação permanente de uma equipe de profissionais, que investem na formação enquanto mediadores de leitura, através de estratégias de formação continuada, junto a instituições privadas e à própria Universidade. Todavia, enfrentam grande dificuldade de viabilizar o pró-labore ou remuneração dessa rede, que atualmente atua como trabalho de 32 pessoas. Sem contar que no âmbito geral, a rede de bibliotecas públicas também se encontra deficitária em relação ao item, seja no aspecto quantitativo, quanto à necessidade de atualização da formação, para enfrentar as exigências dos novos tempos, no campo da leitura, comunicação e informação.

O diagnóstico situacional revela a realidade das Bibliotecas Comunitárias que integram a *Releitura – Bibliotecas Comunitárias em Rede*.

Diagnóstico Situacional

Estrutura (espaço físico/ambiente):

- Espaços físicos insuficientes, em alguns casos muito pequenos e inadequados para atender a demanda de acesso à leitura, comunicação e informação na cidade. Dificuldade na manutenção dos espaços (telhado, acústica, reformas nas paredes e piso), os espaços são pouco acessíveis para deficientes físicos.

- Ambientes pouco climatizados (apenas duas bibliotecas oferecem ambientes climatizados, com ar condicionado)

Móveis e equipamentos e utensílios:

- As Bibliotecas Comunitárias não dispõem de recursos para que haja a manutenção de equipamentos eletrônicos, como computadores conectados a internet, câmeras fotográficas, impressoras, scanners, ventiladores, aparelho de som. Ocorrem muitas perdas de arquivos e documentos importantes para a gestão da biblioteca, pela dificuldade de manutenção dos computadores e infiltrações devido a problemas de ordem climáticas. A quantidade de mesas e cadeiras é insuficiente, e apenas uma das bibliotecas da rede dispõe de computador para acesso ao usuário/frequentedor da biblioteca.

Acervo:

- Na Releitura há cerca de 40 mil livros. Destes, cerca de 50% foi constituído por doação, inclusive de programas governamentais. A dificuldade de aquisição através da compra de novos livros torna-se um desafio para as bibliotecas comunitárias, pois não dispõem de recursos para renovação periódica do acervo, a partir da escolha de própria equipe e dos usuários.
- Disposição do acervo pouco atrativa para o público, devido a dificuldade de espaços adequados. O acervo é digitalizado, em parte, mas na maioria das bibliotecas a gestão do acervo é toda feita manualmente, o que dificulta o gerenciamento e controle, ocasionando muitas perdas no acervo. Dificuldades no processo de tombamento, classificação, e catalogação dos livros por falta de condições para pagamento de profissionais para este fim. No nosso entendimento, isso é resultado de uma distorção nas políticas de leitura que, até agora, tem priorizado a edição e publicação de livros, sem pensar na situação adequada dos equipamentos para receber e acondicionar devidamente os acervos, o que implica adequação dos espaços e qualificação das pessoas; ou seja, nas competências múltiplas dos mediadores de leitura.

Equipe de profissionais:

Os tipos de funções desenvolvidas nas bibliotecas comunitárias são as seguintes:

Coordenador/a da Biblioteca – articulador responsável por dinamizar recursos necessários para realização das atividades, além de ser o responsável pelo planejamento, monitoramento e avaliação das atividades.

Mediador/a de Leitura - tem como principal atribuição atender o público, em sua maioria constituído de crianças e adolescentes, realizando atividades de incentivo a leitura na biblioteca.

Cabe também ao mediador/a de leitura a organização do espaço da biblioteca, além da responsabilidade de catalogar e fazer tombamento do acervo e fazer o empréstimo de livros. No caso de bibliotecas que têm computador, cabe também ao mediador/a de leitura (principalmente o que demonstra afinidade com a linguagem) fazer a manutenção regular do blog.

Assim, as atribuições vão se confundindo ou se sobrepondo, o que exige uma avaliação técnica,

para poder ajudar a organizar melhor essas funções. Em algumas bibliotecas se utiliza o termo Gestor para o profissional que atua, diretamente, nas atividades técnicas (organização do acervo – tombamento, classificação e catalogação, realização e empréstimo de livros, apoio aos mediadores de leitura e coordenadores). É uma função de maior peso administrativo. Além disso, há poucos bibliotecários dando apoio à equipe.

Entendemos que a definição de uma política de recursos humanos é o principal desafio para uma política pública de leitura, hoje. Há que considerar, inclusive, que esta é uma área do conhecimento que está passando por mudanças profundas, provocadas pelo desenvolvimento da informática. Além do que, as bibliotecas comunitárias são um contraponto que precisa ser analisado, cuidadosamente, pois, no nosso entender, representa uma porta de entrada dos segmentos excluídos da população no mundo do letramento, a começar pelos próprios mediadores.

Nesse campo dos recursos humanos, as bibliotecas comunitárias enfrentam dificuldades na manutenção de um quadro estável de coordenadores/as, gestores/as e mediadores/as de leitura. Os quadros são muito rotativos, devido as poucas condições no pagamento, variando de meio a um salário mínimo para os mediadores de leitura e gestores, e um a dois salários mínimos para coordenadores das bibliotecas. Ressalte-se que parte da equipe técnica, mesmo tendo a cobertura de bolsas, por vezes, atua como voluntário em muitas atividades, e não tem as coberturas devidas em Lei (CLT). A pouca condição de manter um quadro efetivo de qualidade é a dificuldade de pagar um salário que valorize a atuação destes profissionais, pois as bibliotecas “sobrevivem” de projetos, que não contemplam a regularização do profissional.

Atualmente, as bibliotecas comunitárias lidam com a necessidade de qualificar melhor os serviços para poder atender cada vez melhor o seu público. Por isso, precisam investir em formação continuada, o que gera ruptura e descontinuidade das atividades da biblioteca. Não se faz um bom mediador sem um investimento contínuo em formação e sem remuneração ou pró-labore condizente com a qualidade que se exige dele.

Dada as condições acima descritas, temos algumas propostas que visam a valorização das bibliotecas comunitárias e, assim, maior qualidade no desenvolvimento de ações de incentivo à leitura na cidade. Acreditamos que a leitura é fundamental para o desenvolvimento da cidade, pois não existe lugar no mundo, cidade nenhuma no mundo, que se desenvolveu sem o acesso à leitura. As propostas que se seguem têm a intenção de tornar a cidade mais leitora.

Propostas:

- Elaboração/execução urgente de um Plano Municipal de Leitura, voltado ao apoio e fortalecimento das bibliotecas, incentivo à Literatura e à produção autoral, incluindo edição e circulação de Livros, de forma a contemplar as questões apontadas acima, relacionadas às bibliotecas públicas, que incluem as bibliotecas comunitárias.
- Criação de uma linha de ação voltada para a reestruturação física das bibliotecas públicas, que inclui as bibliotecas comunitárias, a partir de um conceito de ambiente discutido amplamente com a Releitura.
- Criação de linha de ação voltada para uma política de recursos humanos para as bibliotecas públicas, que aprofunde o conceito de mediador de leitura, a partir dos desafios atuais colocados para o campo da leitura, comunicação e informação.
- Criação de uma linha de estágio para mediadores de leitura, capaz de identificar perfis compatíveis com essa demanda e oferecer uma perspectiva inicial de formação e atuação junto a bibliotecas comunitárias ou ações afins, como projeto Agentes de Leitura.
- Criação e instituição de um Fundo Municipal de incentivo as Bibliotecas, em que o município destine parte do orçamento público na manutenção de um fundo público para o

fomento a criação e manutenção de bibliotecas públicas (chamamos biblioteca pública toda biblioteca de natureza pública, de acesso livre e gratuito, as bibliotecas comunitárias também são bibliotecas públicas);

- Constituição de uma Frente Parlamentar Mista para Biblioteca, a Leitura e o Livro;
- Implementação da Lei de incentivo ao livro e a cultura da leitura (aprovada e sancionada na cidade do Recife e em Olinda);

O Centro de Cultura Luiz Freire e o Instituto C&A são parceiros da Releitura – Bibliotecas Comunitárias em Rede.

Agradecemos, desde já, a atenção, e reiteramos nossa crença na formação de uma cidade mais leitora.

Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes, outubro de 2012